



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FLAVIANA FRANCO DE ALMEIDA

**AUDIOVISUAL: análise da disponibilidade de vídeos digitais em repositórios  
institucionais brasileiros**

Recife  
2024

FLAVIANA FRANCO DE ALMEIDA

**AUDIOVISUAL: análise da disponibilidade de vídeos digitais em repositórios  
institucionais brasileiros**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestra em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia

**Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Almeida, Flaviana Franco de.

Audiovisual: análise da disponibilidade de vídeos digitais em repositórios institucionais brasileiros / Flaviana Franco de Almeida. - Recife, 2024.  
133 p. : il.

Orientador(a): Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.  
Inclui referências, apêndices.

1. Audiovisual. 2. Vídeo digital. 3. Repositório institucional. 4. Comunicação científica. 5. Ciência da Informação. I. Correia, Anna Elizabeth Galvão Coutinho. (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2024 - 135)

FLAVIANA FRANCO DE ALMEIDA

**AUDIOVISUAL: análise da disponibilidade de vídeos digitais em repositórios  
institucionais brasileiros**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovada em: 27 / 02 / 2024

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra de Albuquerque Siebra (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior (Examinador Externo)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho é dedicado ao meu filho Luca.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à força invisível que me impulsiona na busca pelos meus sonhos e felicidade.

Retornar a “vida acadêmica” representou um grande desafio, foram superados muitos bloqueios e crenças. Após quase uma década longe da universidade, decidi buscar as realizações que havia adiado. Expresso minha profunda gratidão a todas as pessoas que cruzaram meu caminho ao longo desses dois anos de mestrado.

Começarei os agradecimentos pela minha querida e estimada orientadora, a Professora Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia, que me acolheu e guiou de forma primorosa na construção deste trabalho, dando-me insights e incentivos durante todo o processo. Meu sincero obrigada!

Agradeço também ao meu filho, por sua especial atenção e carinho comigo, e à minha família pelo apoio. Gostaria de incluir nesta página o nome de todos que contribuíram para minha jornada, mesmo que não saibam disso, com conselhos, dicas, indicações, exemplos dos mais variados, apoio, incentivos, sorrisos, abraços e conversas leves e edificantes. Minha profunda Gratidão.

Espero não esquecer de mencionar ninguém. Expresso meu sincero agradecimento à Professora Sandra Siebra por “abrir a porta” da universidade e me acolher em seu grupo de pesquisa, o “Núcleo Curadoria Digital”, além de sua singular contribuição na construção e andamento desse trabalho. Ao Professor Rene Faustino por iluminar a direção da pesquisa com suas valiosas informações e conhecimento. Agradeço também à Sandra Rafaela e Geisa Fabiane, pela amizade, apoio e colaboração constante. Meu muito obrigada à Rinaldo Ribeiro, Camilla Barros, Jonatan Cândido, Getúlio Batista, Gigliolla Moura, Sânderson Dorneles, Maria Cristiana, Daniela Eugênia, Édla, Eliane Sotério, Mayara Atanásio, e aos Professores Fábio Mascarenhas, Raimundo, Natan e Nadi. Essas pessoas foram fundamentais durante todo o processo, e suas contribuições foram inestimáveis. Expresso minha mais profunda Gratidão.

## RESUMO

O audiovisual, em seu formato digital, está gradualmente sendo inserido no ambiente informacional acadêmico de pesquisa, embora talvez de forma lenta, por meio dos repositórios digitais. Para incluir um recurso audiovisual nesses repositórios, são necessárias algumas ações e tratamentos técnicos, como exigido para qualquer material digital. No entanto, é preciso um olhar mais criterioso devido à complexidade de suportes e formatos, bem como a vulnerabilidade às rápidas mudanças tecnológicas, aos requisitos de metadados e à necessidade de preservação a longo prazo. Neste estudo, serão explorados especificamente os vídeos digitais, uma ferramenta de abrangência do audiovisual. O objetivo geral é analisar como o recurso audiovisual está sendo disponibilizado nos RIs. Para alcançar tal objetivo, a pesquisa visa caracterizar os recursos audiovisuais que estão disponibilizados pelos RIs; examinar o uso e disponibilidade do recurso audiovisual nos RIs; e identificar as iniciativas para a disponibilização dos vídeos digitais nos RIs. O processo metodológico envolve um estudo de caso múltiplo em repositórios selecionados, uma pesquisa documental nas Políticas de Informação dos repositórios e a observação direta nas páginas dos RIs. Os repositórios participantes são: Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF); Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC); e o Arca - Repositório Institucional da Fiocruz. A análise nos RIs foi conduzida por meio da técnica observação não participante, aliada a guias específicos para a coleta dos dados. Os resultados indicam que os RIs analisados adotam diferentes práticas em relação à inclusão de metadados de preservação e disponibilização de vídeos. Alguns repositórios oferecem informações detalhadas, incluindo metadados específicos para vídeos, direitos autorais, informações sobre preservação e estatísticas de uso, enquanto outros têm uma abordagem menos abrangente. Entre os resultados observados, destaca-se a acessibilidade, observou-se que os vídeos analisados no ambiente dos repositórios não oferecem ferramentas ou recursos adequados para pessoas com deficiência, destacando uma necessidade de melhorias nesse aspecto. A caracterização dos vídeos selecionados para análise, com o auxílio dos metadados descritos no guia de observação não participante, mostrou a não utilização de alguns metadados importantes relacionados com a preservação do objeto digital, como o formato de vídeo. Ao examinar o uso e disponibilidade do recurso audiovisual nos RIs, foi possível observar as estatísticas de uso, fazendo inferências a partir dos números de *downloads* e dos tamanhos dos vídeos. Nessa direção, pôde-se perceber que o tamanho do arquivo de vídeo pode estar associado a um dos motivos pelo qual o mesmo não é acessado. O estudo ressalta a complexidade e importância da gestão de vídeos digitais em RIs, enfatizando a necessidade de processos minuciosos e contínuos para garantir a durabilidade desses conteúdos a longo prazo. A implementação de políticas de informação claras e bem estruturadas, além do conhecimento sobre metadados, é fundamental para garantir a compreensão e adesão de toda a equipe envolvida na preservação dos recursos digitais.

**Palavras-chave:** Audiovisual; Vídeo digital; Repositório institucional; Comunicação científica; Ciência da Informação.

## ABSTRACT

Audiovisual, in its digital format, is gradually being inserted into the academic research information environment, although perhaps slowly, through digital repositories. To include an audiovisual resource in these repositories, some technical actions and treatments are necessary, as required for any digital material. However, a more careful look is needed due to the complexity of media and formats, as well as vulnerability to rapid technological changes, metadata requirements and the need for long-term preservation. In this study, digital videos will be specifically explored, a comprehensive audiovisual tool. The general objective is to analyze how audiovisual resources are being made available in IRs. To achieve this objective, the research aims to characterize the audiovisual resources that are made available by IRs; examine the use and availability of audiovisual resources in IRs; and identify initiatives to make digital videos available in IRs. The methodological process involves a multiple case study in selected repositories, documentary research into the repositories' Information Policies and direct observation on the IRs' pages. The participating repositories are: Institutional Repository of the Fluminense Federal University (RIUFF); Lume - Digital Repository of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS); Institutional Repository of the Federal University of Ceará (UFC); and Arca - Fiocruz Institutional Repository. The analysis in the IRs was conducted using the non-participant observation technique, combined with specific guides for data collection. The results indicate that the analyzed IRs adopt different practices in relation to the inclusion of metadata for preserving and making videos available. Some repositories offer detailed information, including video-specific metadata, copyright, preservation information, and usage statistics, while others take a less comprehensive approach. Among the results observed, accessibility stands out, it was observed that the videos analyzed in the repositories environment do not offer adequate tools or resources for people with disabilities, highlighting a need for improvements in this aspect. The characterization of the videos selected for analysis, with the help of the metadata described in the non-participant observation guide, showed the non-use of some important metadata related to the preservation of the digital object, such as the video format. By examining the use and availability of audiovisual resources in IRs, it was possible to observe usage statistics, making inferences based on the number of downloads and video sizes. In this sense, it was clear that the size of the video file may be associated with one of the reasons why it is not accessed. The study highlights the complexity and importance of managing digital videos in IRs, emphasizing the need for thorough and continuous processes to guarantee the durability of these contents in the long term. The implementation of clear and well-structured information policies, in addition to knowledge about metadata, is essential to ensure the understanding and adherence of the entire team involved in preserving digital resources.

**Keywords:** Audiovisual; Digital video; Institutional repository; Scientific communication; Information Science.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resolução de cores em sistemas ou padrões analógicos.....	33
Quadro 2 - Formatos digitais de vídeo.....	35
Quadro 3 - Características, vantagens e desvantagens dos principais codecs de vídeo. ....	36
Quadro 4 - Características, vantagens e desvantagens dos principais formatos de vídeo.....	37
Quadro 5 - Formatos de acordo com as suas potencialidades de preservação para o futuro. ....	39
Quadro 6 - Padrões de metadados úteis para vídeo.....	45
Quadro 7 - Elementos Dublin Core (DC).....	46
Quadro 8 - Termos de uso padrão Creative Commons (CC). ....	51
Quadro 9 - Áreas principais de política de informação em conformidade com o Acesso Aberto (OpenDOAR). ....	65
Quadro 10 - Estratégia de pesquisa. ....	71
Quadro 11 - Metadados vídeo (Repositório Institucional UFF). ....	76
Quadro 12 - Metadados vídeo-live (Repositório Institucional UFF). ....	78
Quadro 13 - Metadados vídeo (Repositório Lume). ....	82
Quadro 14 - Metadados vídeo (Repositório UFC). ....	88
Quadro 15 - Metadados vídeo (Repositório Arca). ....	94
Quadro 16 - Comparação entre metadados utilizados nos repositórios selecionados.....	99

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparação da densidade de formatos de vídeo. ....	35
Figura 2 - Interação entre os elementos lógicos no ambiente software. ....	43
Figura 3 - Utilização de plataformas de software. ....	66
Figura 4 - Informações de tamanho do vídeo (RIUFF).....	77
Figura 5 - Informações de tamanho do vídeo (live) - RIUFF. ....	79
Figura 6 - Informação sobre o tamanho do arquivo de vídeo – Lume. ....	84
Figura 7 - Informação sobre o tamanho do arquivo de vídeo no RI da UFC.....	89
Figura 8 - Visualização do tamanho do arquivo de vídeo do RI Arca. ....	95

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de repositórios por país.....	63
Gráfico 2 - Acessos e Downloads do vídeo “100 Anos da Relatividade Geral” (Set/2015 - Jun/2023).....	85
Gráfico 3 - Ranking de Visitas por Países – Vídeo (Maio 2020 - maio 2023). ....	91

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA PERSPECTIVA DOS PARADIGMAS FÍSICO, COGNITIVO E SOCIAL</b> .....	20
2.1 A informação e a comunicação .....	23
2.2 A comunicação científica e a internet.....	25
<b>3 O AUDIOVISUAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA</b> .....	29
3.1 Formatos utilizados para vídeo.....	32
3.2 Streaming de mídia.....	39
3.3 Metadados e preservação para vídeo .....	41
3.4 Dublin Core .....	46
3.5 Direitos autorais.....	48
3.6 Vídeo digital: potencialidades e desafios .....	52
3.6.1 <i>Produção do vídeo</i> .....	53
3.6.2 <i>Lives</i> .....	55
3.6.3 <i>Tempo de tela</i> .....	55
3.6.4 <i>A divulgação científica e a duração dos vídeos</i> .....	56
3.6.5 <i>Acessibilidade</i> .....	57
3.6.6 <i>O futuro dos vídeos e as demandas de conexão</i> .....	59
<b>4 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS</b> .....	62
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	67
5.1 Caracterização da Pesquisa.....	67
5.2 Contexto da pesquisa .....	68
5.3 Etapas metodológicas .....	68
5.4 Limitações da pesquisa.....	72
<b>6 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	74
6.1 Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF).....	74
6.2 Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) .....	80
6.3 Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC).....	87
6.4 Arca - Repositório Institucional da Fiocruz .....	92
<b>7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	97
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109
APÊNDICE A - Guia de observação não participante – Metadados (Dublin Core).....	123
APÊNDICE B - Repositórios brasileiros de Acesso Aberto (IBICT).....	125

APÊNDICE C - Guia de observação não participante – Políticas de Informação dos Repositórios Institucionais .....	131
---	-----

## 1 INTRODUÇÃO

O audiovisual, em seu formato digital, está gradualmente sendo inserido no ambiente informacional acadêmico de pesquisa, embora talvez de forma lenta, por meio dos repositórios digitais. Para incluir um recurso audiovisual nesses repositórios, são necessárias algumas ações e tratamentos técnicos, como exigido para qualquer material digital. No entanto, é preciso um olhar mais criterioso devido à complexidade de suportes e formatos, bem como a vulnerabilidade às rápidas mudanças tecnológicas, aos requisitos de metadados e à necessidade de preservação a longo prazo.

Com o avanço da tecnologia, o uso do audiovisual tem se tornado cada vez mais prevalente no campo científico. Destacando-se como “um poderoso instrumento de comunicação e compartilhamento de conhecimento, com uso cada vez mais exponencial devido às novas tecnologias de comunicação e informação (TIC), especialmente com o advento da Internet” (Machado, 2023, p.3).

O termo audiovisual para este estudo é entendido como “unidade discursiva de sons e imagens e sua gravação tem possibilidade de reprodução e/ou transmissão” (Montero Díaz; Paz Rebollo, 2013, p. 163, tradução nossa) por meio digital. Portanto, serão explorados especificamente os vídeos digitais, uma ferramenta de abrangência do audiovisual (Valim; Marques, 2020).

A explosão informacional no período pós-guerra foi um fato marcante para a Ciência da Informação (CI), caracterizado pelo caos documental e pelo constante crescimento de informações e registros, especialmente em Ciência e Tecnologia. De acordo com Barreto (2002, p.71), “durante os anos contíguos ao pós-guerra, este era o principal problema a ser resolvido: Ordenar, organizar e controlar uma explosão de informação”. Na era digital surgem novos problemas, e um deles é decorrente do grande volume de vídeos digitais sendo produzidos, impulsionado pelo avanço das TICs.

Muitos dos vídeos digitais, de conteúdo científico, estão sendo disponibilizados em plataformas de mídia informal, como YouTube, TikTok, Kwai, inclusive em formatos de vídeos curtos do YouTube. Uma limitação evidente nessas plataformas é a ausência de um processo estruturado para a recuperação e organização das informações apresentadas, constituindo-se assim em uma significativa barreira. Até mesmo o antigo Twitter, agora denominado X, passou a disponibilizar alguns vídeos de natureza científica. Em alguns casos, tais produções são arquivadas com professores, técnico-administrativos, bolsistas, estagiários e outros profissionais, que participam de eventos, ações, palestras, aulas online, bancas de defesa no contexto da pós-

graduação e outras situações, documentadas por meio de registros em formato de áudio e vídeo (Santos, 2018).

Existe uma necessidade de institucionalizar a gestão, mediação e disponibilização da informação audiovisual, principalmente considerando a perda de conteúdo informacional que poderia ser (re)utilizado pela universidade em um futuro próximo (Santos, 2018). Nesse sentido, os Repositórios Institucionais (RIs) de acesso aberto, surgem como uma importante ferramenta de autoarquivamento, permitindo a rápida distribuição, preservando a longo prazo e tornando-se acessível ao público (Cho, 2017).

É inerente a muitos fenômenos a presença de diferentes aspectos, que podem apresentar tanto efeitos benéficos quanto desfavoráveis, e o vídeo digital não é exceção. Na polaridade positiva, estudantes universitários têm utilizado vídeos disponibilizados no *YouTube* como fonte de estudo, especialmente para compreender conceitos e para sanar dúvidas, como por exemplo, sobre expressões em Língua Brasileira de Sinais (Libras) (Nagumo, 2018). Na pandemia de COVID-19, que aconteceu entre 2020 e 2022, alguns conteúdos audiovisuais foram produzidos para frisar recomendações, como a importância da higienização das mãos, traduzidos para libras, áudio e legendas em português, realizado pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2020a).

Em contrapartida, existem alguns desafios a serem observados, sendo um deles a disseminação e o conteúdo das campanhas de desinformação promovidas por vídeos. Como exemplo, a COVID-19, que no Brasil, ocorreram em diversas redes de vídeos. Muitas dessas redes demonstrando uma forte rejeição a conteúdo científico, e as eventuais referências à ciência aconteciam de forma a distorcer a produção científica em favor de interesses econômicos, políticos, ou com narrativas de cunho geopolítico ou religioso (Machado *et al.*, 2020).

Embora esta pesquisa não trate diretamente a temática da pandemia COVID-19, ela parte do pressuposto de que a partir desse evento, segundo Gomes e Costa (2020), houve uma crescente migração de eventos científicos e profissionais para o ambiente online, com a utilização de diversas plataformas, como o *Google Meet*, *Zoom*, *YouTube* entre outras, além da realização das transmissões ao vivo, as *lives*. O surgimento dessas apresentações ao vivo antecede a crise sanitária, visto que mídias sociais como *YouTube*, *Instagram* e *Facebook* já ofereciam esse recurso interativo aos seus usuários. No entanto, é inegável que a situação de isolamento físico promoveu um aumento significativo no número de *lives* (Borba; Souto; Canedo Junior, 2022).

Com os constantes avanços da tecnologia e a crescente relevância da informação na sociedade contemporânea, surgem cada vez mais estudos na comunidade acadêmica que se dedicam à representação e organização de documentos audiovisuais, como os trabalhos intitulados “Um estudo acerca dos recursos audiovisuais no contexto do Linked Data”, de 2016 e

“Audiovisual e web semântica: estudo de caso da biblioteca da ECA”, de 2018. Assim como são realizadas pesquisas sobre o desenvolvimento de competências digitais para profissionais na área Ciência da Informação, como o trabalho realizado em 2021 intitulado “O desenvolvimento de competências digitais de profissionais do audiovisual”. Contudo, esta pesquisa busca analisar o uso de vídeos digitais e as iniciativas para sua disponibilização em Repositórios Institucionais, por meio de um estudo de caso múltiplo envolvendo quatro instituições federais brasileiras.

Nesse sentido, faz-se necessário expor a pergunta da pesquisa trazendo a problematização do estudo: Como os recursos audiovisuais estão sendo disponibilizados nos Repositórios Institucionais (RIs)? Por meio da resposta será possível identificar as principais discussões sobre o audiovisual como fonte de informação, metadados utilizados para sua descrição e preservação, política de preservação, tipos de formatos digitais e suas especificidades e as vantagens e os desafios da utilização do recurso. Dessa forma, a pesquisa visa contribuir para o avanço do conhecimento na área e para o aprimoramento da prática de disponibilização de recursos audiovisuais em RIs.

Com o intuito de responder a problemática, ora apresentada, pretende-se atingir o objetivo geral: Analisar como o recurso audiovisual está sendo disponibilizado nos Repositórios Institucionais (RIs). Assim como os objetivos específicos: Caracterizar os recursos audiovisuais que estão disponibilizados em Repositórios Institucionais; Examinar o uso e disponibilidade do recurso audiovisual nos RIs; Identificar as iniciativas para a disponibilização dos vídeos digitais nos RIs.

Este estudo justifica-se em **contribuir acadêmica e cientificamente** nas pesquisas da área da Ciência da Informação sobre a importância de a comunidade científica assumir e promover os vídeos digitais como informação verificada, como um meio de difundir o conhecimento científico de forma dinâmica e utilizar do potencial de alcance que essa mídia possui.

Como uma **contribuição social**, o trabalho busca explorar uma provável forma para apresentar informações científicas por meio do vídeo digital, formato cada vez mais popularizado na internet. Com essa forma de comunicar, é possível alcançar um público diversificado, que vai desde pessoas em geral até especialistas em determinado campo, ao redor do mundo. Para Smit (2022, p.45), lidar com a informação textual e a informação audiovisual tem seus paradoxos a serem considerados, pois é atribuída “uma maior importância ao documento textual [...]. Mas ao mesmo tempo reconhecer que o documento audiovisual é mais prazeroso, mais ‘fácil’ de ser apreendido [...], mais amigável.”. Essa forma de disseminar a informação pode ajudar a aumentar o interesse e a compreensão pela ciência por parte do público “leigo”, estimulando a curiosidade

e o engajamento em questões científicas. Um Repositório Institucional, talvez, possa estar aberto a tutelar tal fonte de informação, nessa perspectiva, para a sociedade.

A **motivação pessoal** para a pesquisa nessa temática justifica-se a partir de uma experiência da autora, em 2019, à época como bibliotecária em uma Instituição de Ensino Superior Privada. Durante esse período, foi observado um acúmulo de trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), impressos a cada semestre, o que resultou em falta de espaço físico para o armazenamento. A decisão da instituição em eliminar parte desses trabalhos, que representavam estudos realizados pelos alunos, despertou um desconforto na autora.

Diante dessa circunstância, a autora buscou uma solução de baixo custo para a instituição a qual a biblioteca estava subordinada, considerando as limitações de recursos disponíveis para investir em ferramentas tecnológicas. Mesmo afastada da academia, há aproximadamente 10 anos, iniciou uma pesquisa sobre repositórios digitais, buscando artigos científicos relacionados ao tema. Foram encontradas informações relevantes, porém persistiam dúvidas sobre o processo de transição dos TCCs impressos para um repositório digital.

No ano seguinte, em 2020, foi encontrado um vídeo na plataforma de vídeos *YouTube* intitulado “Curadoria digital – o que você precisa saber e como isso pode afetar a sua vida?”. Esse vídeo se mostrou extremamente esclarecedor, apesar de estar afastada da comunidade acadêmica, a autora pôde compreender bem as explicações apresentadas na palestra, ministrada pela Professora Sandra de Albuquerque Siebra, especializada no assunto. No entanto, devido à falta de direcionamento adequado para encontrar informações similares, não foi possível naquele momento, encontrar outras fontes confiáveis de vídeos relacionados à professora ou a outros conteúdos sobre o tema. Foi necessário um esforço adicional de leitura para desenvolver um projeto coerente.

Essa experiência pessoal despertou o interesse da pesquisadora em investigar a relevância dos vídeos digitais como uma ferramenta para disseminação do conhecimento científico. Além disso, destacou a necessidade de disponibilizar e tornar esses vídeos acessíveis por meio dos Repositórios Institucionais, plataformas que reúnem trabalhos realizados por pesquisadores, incluindo docentes e discentes de uma instituição, proporcionando um espaço centralizado para o compartilhamento desses recursos audiovisuais.

A aplicabilidade do recurso audiovisual em RIs ainda é pouco explorada, principalmente no Brasil. Smit (1993, p.84) observa que existe uma “tendência a isolar os documentos audiovisuais numa categoria do ‘outro’, do ‘diferente’, do ‘complemento’”. Percebe-se uma certa limitação na utilização do material ou publicação audiovisual em assumir um papel principal e de maior importância em um ambiente informacional digital. Contudo, é de extrema importância

observar a complexidade desse material em formato digital, especialmente diante dos avanços tecnológicos, que tornam desafiadora a tarefa de preservá-lo a longo prazo.

A seguir, serão delineadas as seções e subseções desta pesquisa que visam explorar diferentes aspectos do audiovisual, com foco no vídeo digital, bem como no ambiente dos Repositórios Institucionais.

Na seção 2, intitulada “Informação e comunicação científica na perspectiva dos paradigmas físico, cognitivo e social”, busca-se explorar o conceito de informação sob a ótica de Capurro (2003) acerca dos paradigmas físico, cognitivo e social. Além disso, a relação entre informação, comunicação e ciência no campo da Ciência da Informação. Será discutida a evolução da comunicação científica, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela ascensão da internet, considerando os aspectos formais (por meio de revistas científicas e livros) e informais (por meio de conversas em eventos e redes sociais).

Na seção 3, intitulada “O audiovisual como fonte de informação científica”, será apresentado um breve histórico do audiovisual, abrangendo desde o cinema até a televisão, alcançando o vídeo digital, com conceitos e definições para uma melhor compreensão do objeto de estudo. Ao avançar, a seção se estenderá a aspectos técnicos associados ao vídeo digital, tais como formatos, suportes e outras especificidades, incluindo a tecnologia de *streaming*. Além disso, tratará também a importância dos metadados e da preservação, além dos padrões de metadados adequados para vídeos, como também questões de direitos autorais. Buscará compreender as potencialidades e desafios ao utilizar vídeos, incluindo aspectos como produção, o efeito dos vídeos de transmissão ao vivo, as *lives*, o tempo excessivo do uso de tela, a relação entre divulgação científica e a duração dos vídeos, acessibilidade e as perspectivas futuras dos vídeos e as demandas de conexão.

A seção 4, intitulada “Repositórios Institucionais”, trata da importância dos Repositórios Institucionais (RIs) no contexto de preservação e disseminação da produção científica dentro de uma instituição, independente do formato do objeto. Ela explora a definição e o papel dos RIs, destacando a necessidade de uma política de informação previamente planejada para assegurar o acesso e a preservação dos objetos digitais a longo prazo.

Os “Procedimentos Metodológicos” serão descritos na seção 5, no qual serão apresentados em detalhes os procedimentos realizados para alcançar os objetivos da pesquisa.

Na seção 6, será apresentada a “Análise dos Resultados”, que incluirá a avaliação dos RIs selecionados para o estudo de caso múltiplo. Para a apresentação desses resultados, serão utilizados quadros, tabelas e gráficos, que exibirão os dados coletados e permitirão uma melhor compreensão de como os vídeos estão sendo disponibilizados nesses repositórios. Além disso,

também será apresentada a análise realizada das Políticas de Informação desses repositórios em relação à inclusão de vídeos digitais.

A seção 7, apresenta as “Discussões dos Resultados”, no qual serão apresentadas observações sobre a análise dos repositórios do estudo de caso múltiplo. E, finalizando, a seção 8 são colocadas as “Considerações Finais”, e a proposta para novos estudos.

Por meio dessa estrutura, pretende-se oferecer uma compreensão ampla sobre o papel do audiovisual na comunicação científica, explorando suas potencialidades e desafios como recurso informacional, assim como, buscando fornecer uma visão detalhada sobre a disponibilização desse recurso de conteúdo científico nos Repositórios Institucionais.

## 2 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA PERSPECTIVA DOS PARADIGMAS FÍSICO, COGNITIVO E SOCIAL

Nesta seção, será apresentado um modelo de pensamento que ilustra como a Informação é compreendida dentro do campo da Ciência da Informação. Esse modelo é composto por três paradigmas: físico, cognitivo e social, os quais serão detalhados posteriormente e que, juntos, formam a base do que representa a Informação dentro dessa área de estudo. Além disso, será apresentada a relação entre a Ciência da Informação e a Comunicação, uma vez que a Ciência da Informação é uma disciplina interdisciplinar que incorpora a Comunicação como um dos aspectos que compõem o seu escopo de estudo.

Na Ciência da Informação (C.I.), há três paradigmas principais: Físico, cognitivo e social. Cada um desses paradigmas enfoca um aspecto diferente da informação, desde sua produção e organização, a compreensão de como as pessoas interagem com a informação até seu uso e impacto na sociedade. Os teóricos, no campo epistemológico, perceberam que a C.I. é sistêmica, ou seja, não dá para pensar no uso sem pensar na origem da informação, sem pensar na sua organização.

Nesse sentido, Capurro (2003), no V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, realizado em 2003, apresenta seu artigo intitulado “Epistemologia e Ciência da Informação” no qual analisa os caminhos que a C.I. tem percorrido para alcançar essa posição contemporânea que pode ser observada atualmente. O autor enfatiza os três paradigmas que cercam a C.I.: o paradigma físico, cognitivo e social.

Segundo Capurro (2003), o paradigma físico da informação torna-se evidente a partir de 1945 e vai até 1960. O autor reúne alguns teóricos que vão influenciar a institucionalização da C.I. e tais influências são oriundas de um pensamento físico, ou seja, de um pensamento concreto, tecnológico que tem relação com a questão da comunicação e por isso foi chamada de “ciência das mensagens”.

Araújo (2010, p.96) afirma que a construção do paradigma físico na C.I. fundamentou-se na Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver, “que intencionalmente descartando as dimensões semântica e pragmática dos processos relacionados com a informação, centram-se em seus aspectos técnicos.”. Ou seja, limita a compreensão da informação apenas como um conjunto de sinais e mensagens que são transmitidos e recebidos, sem levar em consideração a dimensão semântica (significado) e pragmática (uso) da informação. Isso pode levar a uma compreensão incompleta da informação e a maneira pela qual ela é interpretada pelo usuário.

Segundo Araújo (2010, p.96), a consequência mais imediata da adoção do modelo físico pela C.I. é que “a área se volta prioritariamente para os processos de transporte, de transferência,

da informação”. Em outras palavras, a C.I, no modelo físico, concentra-se nos aspectos técnicos e físicos do processo de comunicação da informação, como a transmissão, armazenamento e recuperação da informação.

No paradigma físico, a informação é vista como uma entidade física, como um sinal elétrico ou magnético. Busca-se entender como a informação é armazenada e transmitida em sistemas físicos, como computadores e redes de comunicação. Le Coadic (1996, p.5) afirma que informação é um “conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc.”. Essa inscrição, que Le Coadic (1996) menciona, é feita por um sistema de signos (a linguagem) que associa o significante a um significado, portanto, torna-se uma fonte de conhecimento que pode ser compartilhada e disseminada, permitindo que as pessoas possam facilmente acessá-la e utilizá-la.

A transição do paradigma físico para o paradigma cognitivo foi marcada por uma mudança no foco de estudo da informação. Segundo Capurro (2003) até a década de 70, os estudos de recuperação da informação estavam voltados para a ideia do físico, focando no problema de transmissão da informação, ou seja, centrada no problema da organização e transmissão da informação. Esse foi um momento de grande transformação do campo, que passou a focar no indivíduo, na pessoa, na parte cognitiva.

O paradigma cognitivo da informação surge para compreender os estudos de usuários, este foi um momento de grande transformação do campo, pois passou a focar no indivíduo, na pessoa, na parte cognitiva, e as contribuições deixaram de ser apenas da documentação, das tecnologias e da matemática. De acordo com Araújo (2010, p.96) “para se definir informação, é preciso se considerar o estado de conhecimento (o que se conhece, o que se sabe): a informação não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento – é preciso ver, também, o que está na mente dos usuários”.

Segundo Freire e Freire (2015, p.90), “para que a informação atinja o seu objetivo maior (de gerar conhecimento), é necessário que ocorra um processo de assimilação da informação por parte do receptor”. Para que isso ocorra, afirmam os autores, “é necessário que o receptor, ao interagir com ‘estruturas significantes’, seja capaz de reelaborar a mensagem de maneira consciente”. No paradigma cognitivo, a informação é vista como um processo mental de codificação, armazenamento e recuperação de conhecimento. Esse paradigma busca compreender como os usuários percebem, interpretam e usam a informação e como fatores cognitivos, como a memória e a atenção, afetam nesses processos.

A transição do paradigma cognitivo para o paradigma social ocorreu a partir do reconhecimento de que o indivíduo é influenciado pelo seu ambiente social. Os estudos cognitivos trouxeram uma abordagem centrada no usuário, mas percebeu-se que o uso da informação não pode ser entendido isoladamente, é necessário considerar as relações sociais e culturais que moldam o comportamento humano.

O paradigma social concentra-se nas relações entre informação e sociedade. De acordo com Capurro (2003, p.12) “uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo.”. O autor reforça ainda que esse é um modelo de informação “no qual o estudo de campos cognitivos está em relação direta com comunidades discursivas, ou seja, com distintos grupos sociais e de trabalho que constituem uma sociedade moderna”.

No contexto da Ciência da Informação, observa-se que as relações discursivas são objeto de estudo, conforme apontado por Capurro (2003). Isso implica compreender que a informação não se limita a um simples registro ou objeto físico, mas está intimamente relacionada às dinâmicas sociais. É preciso, portanto, focar nas relações sociais que envolvem a produção, circulação e uso da informação, já que as discussões e interpretações ocorrem dentro desse contexto.

De acordo ainda com Capurro (2003, p.12), sob a perspectiva do modelo social, a informação não é apenas um fluxo entre duas entidades cognitivas, apoiado por um sistema tecnológico. Ao contrário, todo sistema de informação é destinado a “sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos”, e deve ser concebido dentro de um grupo social específico e para áreas determinadas.

No paradigma social, a informação é vista como um fenômeno que é moldado pelas relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Isso significa que a forma como a informação é produzida, organizada, acessada e utilizada é moldada pelas relações de poder existentes na sociedade. Segundo Capurro (2003, p.15), a sociedade humana pode ser compreendida como uma sociedade de mensagens, com suas estruturas e centros de poder. O autor salienta que “a rede digital provocou uma revolução não apenas midiática, mas também epistêmica em relação à sociedade dos meios de comunicação de massa do século XX”.

No entanto, essa nova estrutura de comunicação também cria novos problemas sociais, econômicos, técnicos, culturais e políticos, que ainda precisam ser lidados teórica e praticamente. Essa estrutura permite não apenas a “distribuição hierárquica ou de um para muitos de mensagens,

mas também um modelo interativo que vai além das tecnologias de intercâmbio de mensagens meramente individuais” (Capurro, 2003, p.15).

A criação é uma necessidade inerente ao ser social, e o modelo social reconhece a importância da diversidade social e de pensamento na construção de uma sociedade. Por meio da criação, as pessoas podem compartilhar suas mensagens e ideias, contribuindo para a diversidade de pensamentos e formatos na sociedade. No entanto, com o advento da tecnologia digital, surgem novas possibilidades de criação e compartilhamento de conteúdo, o que aumenta a responsabilidade em relação à forma como as mensagens são criadas e disseminadas. É fundamental considerar as consequências de sua utilização, tendo em vista a diversidade social e de pensamento, para garantir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Diante desse contexto, compreende-se que é fundamental ter uma visão sistemática da informação no campo da C.I. para resolver problemas e orientar ações, que engloba os modelos anteriormente mencionados e enfatiza a importância de entender a informação como um todo dentro dessa disciplina.

## 2.1 A informação e a comunicação

A ciência clássica, em geral, se preocupa com a análise e explicação dos fenômenos naturais por meio de métodos experimentais e também quantitativos. Nesse contexto, a informação, considerada uma entidade abstrata e intangível, não era reconhecida como um objeto de estudo legítimo da ciência. Azevedo Netto (1999, p.133) afirma que “quando se fala em ciência uma série de modelos vem à mente dos mais diversos interlocutores, desde as ciências exatas, até as sociais, no caso da Ciência da Informação tal modelo, à primeira vista, é confuso, devido às peculiaridades de sua natureza”.

A Ciência da Informação (C.I.) possui uma singular característica: Sua natureza interdisciplinar. Embora a introdução de novas tecnologias, principalmente o processamento eletrônico de dados, tenha tornado necessária a emergência dessa disciplina, as contribuições para o nascimento da C.I. vieram de disciplinas diferentes, devido aos diferentes históricos de pessoas que entraram em um campo no qual não havia um sistema educacional estabelecido. (Wersig; Neveling, 1975).

Wersig (1993) enfatiza a importância de abordagens interdisciplinares para entender a natureza da informação. A esse respeito o autor salienta que:

Parece que ciência é ciência, todo mundo sabe disso e devido a esse entendimento a ciência da informação nunca chegou a esse status porque as características de uma ciência foram faltando: objeto único, método único. A ciência da informação não tinha um objeto único porque quase todos os possíveis objetos do mundo foram capturados por outras

disciplinas e ninguém aceita a 'informação' como sendo tal objeto, porque ninguém realmente sabe o que é (se alguém sabe, parece ser um assunto de uma disciplina já existente). (Wersig, 1993, p.234, tradução nossa).

Wersig (1993, p.237) chama de "inter-conceitos" os conceitos que surgem da relação entre dois ou mais conceitos. Segundo o autor esses conceitos intermediários são criados para explicar a relação entre outros conceitos e ajudam a construir pontes entre áreas do conhecimento. Por exemplo a biologia, a psicologia e a sociologia podem todas estudar o comportamento animal, mas elas o fazem de maneiras diferentes, usando diferentes métodos e teorias. Cada uma dessas disciplinas pode produzir conhecimento valioso sobre o comportamento animal, mas é importante entender que essas disciplinas não se sobrepõem completamente.

A C.I., conforme enfatizado por Wersig (1993, p.237, tradução nossa), tem o "conhecimento" como um de seus principais objetos de estudo. Embora existam abordagens como a "psicologia do conhecimento, sociologia do conhecimento, teoria da cognição, pesquisa de classificação, ciência da cognição, sistemas baseados no conhecimento, mas dificilmente sabemos alguma coisa sobre o conhecimento em todas as suas manifestações e incorporações.". Em outras palavras, há uma lacuna significativa em seu entendimento completo.

Borko (1968, p.2) cita algumas áreas do conhecimento que colaboram com o estudo interdisciplinar da C.I., tais como a "Matemática, Lógica, Linguística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração, e outros campos científicos semelhantes". As disciplinas da Ciência da Informação trabalham juntas para entender e gerenciar a informação de forma eficaz e eficiente, para melhorar a gestão de informação e o desenvolvimento humano e social.

Por muitos anos, a informação foi considerada apenas um subproduto da comunicação. Segundo Saracevic (1995, p.6), "o significado de 'comunicação' como o significado de 'informação' é um argumento amplamente difundido em si". Para o autor a palavra comunicação é a que mais existe conotações, "mais usos em contextos amplamente diferentes e mais motivo de confusão do que 'informação'", no entanto estão relacionados significativamente, "a informação é um fenômeno e a comunicação é o processo de transferência ou compartilhamento do fenômeno" (Saracevic, 1995, p.6).

No cenário social, a informação é um fenômeno da comunicação humana, que ocorre no interior do social, ou seja, a informação é criada, transmitida, compartilhada e interpretada por seres humanos que se relacionam em contextos sociais e culturais específicos. Nesse sentido, Azevedo Netto (1999, p. 138) corrobora que:

Considerando que a C.I. tem sua atuação voltada aos processos informacionais no interior da comunicação, dirige-se, obrigatoriamente, à interação de indivíduos na sociedade. A Ciência da Informação, portanto, seria aquela disciplina científica voltada para o estudo da informação em suas diferentes manifestações e fenômenos, no interior do social.

Conclusivamente, a C.I. trata a informação, de forma sistêmica, pois ela busca compreender a informação em todas as suas dimensões, os paradigmas fornecem um quadro teórico para se compreender a informação em diferentes contextos. Por outro lado, sua interdisciplinaridade permite a integração de múltiplas perspectivas disciplinares para uma compreensão mais abrangente da informação, como ocorre no campo da Comunicação, um processo de transferência da informação.

## 2.2 A comunicação científica e a internet

A comunicação científica vem passando por diversas transformações, impulsionadas pelo avanço da tecnologia. Essas mudanças têm o potencial de torná-la mais acessível e mais ampla em termos de alcance e impacto. Nesta subseção serão discutidas algumas formas como a ciência é comunicada com o objetivo de compreender melhor a relação da comunicação científica e o audiovisual.

Para Meadows (1999, p.vii), “a comunicação situa-se no próprio coração da ciência”, portanto, para o autor “ela é tão vital quanto a própria pesquisa”. A comunicação é o meio pelo qual os pesquisadores discutem e refinam suas ideias e definições, recebendo *feedbacks* e críticas de seus pares, tornando públicas suas descobertas e evidências para a comunidade científica e a sociedade como um todo. Neste contexto, Luna Morales e Russell (2009) corroboram que a comunicação científica é, portanto, um aspecto fundamental da ciência como parte de um processo que leva ao uso extensivo dos resultados mais recentes da pesquisa.

Alguns teóricos classificam a comunicação científica em dois tipos principais: formal e informal.

Em seu livro “Communication: the essence of Science: facilitating information among librarians, scientists, engineers, and students” de 1979, Garvey (1979, p.23, tradução nossa) descreve a comunicação formal como “um senso de estética e lealdade para com as informações ali contidas”. Além disso, ele destaca que existe uma tendência em caracterizar a ciência pelos elementos formais, como revistas, livros e citações, pois são nesses locais que o conhecimento científico é depositado e cuidado. A facilidade mecânica de fazer contagens de citações influenciou a ênfase da pesquisa de comunicação científica nesse aspecto.

Dessa forma, as revistas científicas são um dos principais meios de divulgação de resultados de pesquisas, permitindo a avaliação e o debate entre os pares e contribuindo para o avanço do conhecimento em uma determinada área. Os livros também têm um papel importante, especialmente na disseminação de conceitos fundamentais e na formação de acadêmicos e

pesquisadores. Além das citações que são uma forma de avaliar o impacto e a relevância de um trabalho científico na comunidade acadêmica e científica.

Porém, é importante lembrar que a ciência é um processo dinâmico e colaborativo, que envolve a troca constante de informações e ideias, portanto, ao se concentrar apenas nos elementos do domínio formal, pode-se negligenciar a importância do processo informal e a colaboração entre os envolvidos, como observa Garvey (1979, p.23, tradução nossa), quando diz que “o considerável esforço e gastos dedicados a esses produtos formais desviaram a atenção do processo informal pelo qual esses produtos foram produzidos”. Ao longo da história da ciência, ocorreram situações em que informações consideradas essenciais para o avanço da pesquisa no âmbito informal foram posteriormente consideradas “triviais” no âmbito formal. (Garvey, 1979).

Nesse sentido, Santos-D’amorim (2021) pontua que a comunicação formal tem suas raízes na comunicação informal, ao recordar os chamados “colégios invisíveis”. A origem desse termo não é exata, existindo quatro possíveis interpretações, uma delas sugerida por Theodore Haak, um alemão do Palatinado que havia sido um dos principais apoiadores do plano de estabelecer uma academia científica em Londres, que via as reuniões científicas informais como o núcleo de um futuro colégio estadual de ciências e provavelmente usou a expressão “colégio invisível” em conversas com o físico e químico Robert Boyle e outros. O “Colégio Filosófico” foi, portanto, o “Colégio Invisível” até se tornar definitivamente a *Royal Society* (The “Invisible College”, 1938).

O termo “colégios invisíveis”, então, ficou caracterizado pela troca de cartas personalizadas, conversas diretas pessoa a pessoa e, em algumas ocasiões, pela troca de documentos antes da publicação, os chamados preprints (Luna Morales; Russell, 2009). Nessas circunstâncias, os colégios invisíveis se destacam como um meio de difusão da comunicação científica informal (Santos-D’amorim, 2021).

Na comunicação informal, alguns meios são utilizados pela comunidade científica para fazer essa troca de informações, tais como: Conversas informais que acontecem geralmente em reuniões ou eventos sociais; Comunicação por e-mail; Comunicação por redes sociais, como exemplo o *Twitter*, do qual muitos pesquisadores utilizam para discutir tópicos de pesquisa, compartilhar artigos e comentar sobre notícias pertinentes; Os grupos de discussão *online* que são úteis para pesquisadores que trabalham remotamente em locais onde há poucos colegas de pesquisa; e os blogs que permitem interação com os interessados em suas pesquisas.

Na contemporaneidade, a rápida expansão da tecnologia impacta diversos setores, e a publicação científica não é exceção. De acordo com Baykoucheva (2015), a emergência das redes sociais como veículo de comunicação na ciência e o uso de métricas alternativas para avaliar o impacto da pesquisa estão promovendo uma mudança significativa nesse campo.

Em um cenário onde “a internet pode fazer mais do que simplesmente disponibilizar o texto completo de artigos de pesquisa, [...] ela pode unificar todos os dados científicos e toda a literatura para criar um mundo em que os dados e a literatura possam interagir” (Hey; Tansley; Tolle, 2011, p.24), o desenvolvimento de novas tecnologias, baseadas em Acesso Aberto, dados e padrões abertos vem permitindo a colaboração *online* e a troca de conteúdo, como texto, dados, imagens, vídeos e outros artefatos que podem ser agregados e armazenados na nuvem (Baykoucheva, 2015).

No contexto de Acesso Aberto (AA), é importante destacar a relevância do Movimento de Acesso Aberto (*Open Access Movement*), que foi um dos indutores para o surgimento dos repositórios digitais, tema que será explorado em detalhes mais adiante. De acordo com Callicott, Scherer e Wesolek (2016, p.14), esses repositórios são considerados “como componentes e subsistemas em sistemas nacionais e internacionais mais amplos que apoiam o conhecimento”. Eles desempenham um papel fundamental de guarda e preservação do conhecimento, e podem ser vistos como uma forma de comunicação híbrida (formal e informal), que abrange desde pesquisas, como teses e dissertações, até *podcasts* e vídeos de conteúdo culturais e institucionais.

O Movimento de Acesso Aberto (MAA), como destacado por Galvino, Rosa e Oliveira (2020, p.35), buscava “provocar mudanças nos modelos vigentes de armazenamento, disseminação, visibilidade e acesso às pesquisas científicas”. A iniciativa de Budapeste, conforme expressa na declaração, representou o momento em que “uma velha tradição e uma nova tecnologia convergiram para tornar possível um bem público sem precedentes” (Budapest Open Access Initiative, 2002, não paginado). Essa iniciativa se tornou um marco para o MAA, resultando na declaração que embasa as ações promovidas para viabilizar o AA. Tais ações incluem estratégias que deverão ser adotadas para o desenvolvimento da comunicação científica em Acesso Aberto (Santos; Rosa, 2021).

No cenário da internet, Moreira (2005), em seu artigo “Os colégios virtuais e a nova configuração da comunicação científica”, questiona em que categoria de canal ela se enquadra, e sugere que a internet é um canal que pode ser formal e informal ao mesmo tempo, com aspectos que se misturam, um canal plural. No entanto, a comunicação formal e informal nesse ambiente nem sempre são claramente distintas. É possível, por exemplo, que um artigo científico publicado em uma revista formal seja discutido em redes sociais de forma informal, gerando um diálogo que mistura os dois tipos de comunicação.

Para Luna Morales e Russell (2009, p.20), na comunicação científica da contemporaneidade, “a internet é o desenvolvimento mais importante em termos de comunicação, tornando-se um dos meios mais dinâmicos para a atividade científica, particularmente pelos benefícios que oferece para a distribuição de informações, praticamente do autor ao consumidor”.

Uma pesquisa realizada na Espanha em 2020 revelou que 40,7% dos entrevistados afirmaram que a internet é a primeira fonte utilizada para aprender sobre Ciência e Tecnologia (C&T), um aumento significativo em relação aos 14,6% registrados em 2006. A pesquisa também concluiu que a imprensa escrita teve uma queda significativa, caindo de 20,7% em 2006 para apenas 3,8% em 2020. (FECYT, 2020).

No Brasil, em 2019, 16,3% dos entrevistados citaram a internet como a principal fonte de informações de C&T, um aumento em relação aos 9,2% em 2006. A televisão foi citada por 13,6% dos entrevistados em 2019, contra 14,5% em 2006. A imprensa escrita também teve um declínio observado desde 2006, caindo de 12,6% para 3,3% em 2019. (CGEE, 2019).

É importante mencionar que a pesquisa mais recente realizada no Brasil, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, que seria em 2023, até a data de finalização deste estudo, 15 de janeiro de 2024, ainda não havia sido concluída.

Em suma, esta seção destacou a comunicação como um elemento fundamental para o progresso da ciência e da pesquisa. Através dela, os pesquisadores podem discutir, aprimorar e difundir suas ideias e definições, recebendo *feedbacks* de seus pares. A comunicação científica independentemente de sua classificação (formal e informal), ela é um elemento essencial para o avanço do conhecimento científico. A internet, como um veículo dinâmico para a atividade científica, exerce influência na disseminação e compartilhamento do conhecimento científico registrado, atingindo tanto especialistas quanto o público em geral.

### 3 O AUDIOVISUAL COMO FONTE DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Nesta seção, será apresentado um breve histórico, assim como alguns conceitos e definições relacionados ao audiovisual. Dessa maneira, busca-se construir um referencial para uma melhor compreensão do audiovisual dentro do contexto deste estudo.

O audiovisual, historicamente, influenciou bastante o comportamento da sociedade. No desenvolvimento social teve participação ativa principalmente por meio do cinema e da televisão. De acordo com Ortiz Ramos e Bueno (2001), a cultura audiovisual teve sua expansão nas produções do cinema e paralelamente, ocorreu um outro fenômeno, a expansão da indústria televisiva, que se estruturou em um novo campo audiovisual, tornando-se uma ameaça à indústria cinematográfica.

Ao final do século XIX, surgiram novas tecnologias para captação de som e imagem, voltadas principalmente para suas potencialidades comerciais a partir da reprodução em massa. Esse avanço abriu novas possibilidades para o desenvolvimento do audiovisual, exemplificado pelo cinema que registrava o movimento das ruas de Paris, representando um documento vivo da sociedade da época, não apenas retratavam os lugares e as pessoas que os frequentavam, mas suas vestimentas, sua gestualidade e tudo aquilo que estava incorporado aos seus códigos de conduta. O surgimento da gravação do som e da imagem, não apenas ampliou a disseminação dessas obras, mas também proporcionou um meio de preservação da memória para essas expressões artísticas. (Hagemeyer, 2012).

O período final da Segunda Guerra Mundial, na Europa, havia despertado entre a população uma busca desesperada pela verdade. Dessa busca pela realidade, na Itália, surgiu um novo tipo de cinema denominado neorrealismo italiano. Este estilo cinematográfico, que evitava deliberadamente os truques de montagem, procurava registrar a espontaneidade das figuras populares ao ar livre. O Neorrealismo se espalhou como uma espécie de modelo contrário ao cinema comercial hollywoodiano e seus métodos ofereciam um modo de produção que não dependiam de grandes recursos, abordando, assim, o universo dos homens comuns. Quanto ao enredo, seus filmes tematizavam as dificuldades de reconstrução da vida do povo italiano após a guerra, com ênfase nas dificuldades econômicas, sociais e políticas. O Neorrealismo foi uma das bases do cinema moderno, surgindo numa espécie de reação à guerra e ao que ela representou, mostrando um novo dado de realidade que passou a interessar aos intelectuais. (Kreutz, 2018; Hagemeyer, 2012).

Paralelamente, nos Estados Unidos, moldava-se o tipo de TV comercial a ser adotado mundialmente. Como destacado por Hagemeyer (2012, sem paginação), "se no contexto do pós-

guerra o cinema hollywoodiano entrou em crise, isso não foi devido à competição com o cinema europeu, mas a uma nova forma de transmissão audiovisual que havia se desenvolvido e invadido os lares americanos: a televisão”. Sendo herdeira direta do cinema, a televisão inova ao nascer já dotada de capacidade sonora, ao contrário do cinema. Quando surge a televisão, o audiovisual já estava consolidado como meio de expressão técnica, artística, sociológica e psicológica. Entretanto é a televisão quem irá redefinir sua linguagem (Castro; Pôrto Junior; Nunes, 2018).

Enquanto o cinema ganhava estatuto de “cultura” ou “obra de arte”, em círculos universitários, a televisão parecia afundar no entretenimento vazio e alienante. Os intelectuais se comportavam como se a comunidade acadêmica não assistisse à televisão, ou como se a televisão não tivesse importância no mundo. Durante a década de 1960, a universidade ergueu ao seu redor uma autêntica fortaleza de livros, estabelecendo o texto escrito como a única fonte legítima de conhecimento. Mas a partir dos anos 1970 a influência social da televisão nas sociedades ocidentais não pôde ser mais ignorada, ela era o mais eficaz meio de alienação, a mais poderosa difusora da ideologia capitalista (Hagemeyer, 2012).

A teoria crítica de Adorno e Horkheimer buscou compreender como o cinema e outras formas de mídia moldavam a percepção da realidade, concentrando-se na análise e avaliação dos filmes a partir de uma perspectiva política, social e cultural. De acordo com Fontoura (2018), a Escola de Frankfurt desenvolveu uma das correntes de análise mais influentes sobre o papel social da comunicação de massa. Os filósofos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) criaram a expressão “indústria cultural” para descrever a produção de produtos culturais massificados e padronizados. Conforme a concepção desses filósofos, o propósito dessa indústria cultural seria manter a sociedade em um estado de passividade e enfraquecer seu pensamento crítico.

Em 1944, Adorno e Horkheimer publicaram um texto que incluía um testemunho no contexto da Segunda Guerra Mundial, relatando sobre o desprezo dos intelectuais pelo rádio comercial e pelo cinema hollywoodiano. Em contrapartida, apesar de o cinema ser muitas vezes percebido como fornecedor apenas de ilusões e “ficção escapista da Grande Depressão”, é importante destacar os documentários que registravam as destruições ocorridas no *front*, e que serviriam depois como evidência dos horrores da guerra. Esses documentários, posteriormente, serviram como registros audiovisuais para historiadores pesquisadores começarem a considerar sua importância como testemunhos da História da guerra, afirma Hagemeyer (2012).

Diante desse cenário midiático, o campo do audiovisual sofreu alterações e ramificações à medida que a tecnologia digital avançava. Os conceitos associados ao cinema e à televisão foram

ampliados. Nesse sentido, este estudo direcionará seu foco especificamente para alguns deles, visando proporcionar uma melhor compreensão do contexto da pesquisa.

Sabe-se que a expressão “audiovisual” possui alguns conceitos e definições. Segundo Castro, Pôrto Junior e Nunes (2018), audiovisual deriva do latim *audire* (ouvir) e *videre* (ver). Esse termo, de acordo com Cé (2019, p.37), “começou a ser usado nos Estados Unidos nos anos 1930, após o surgimento de filmes sonoros. No entanto, foi na França, durante a década de 1950, que essa palavra começou a ser usada para designar técnicas de difusão simultânea”. A partir desse momento, o conceito foi ampliado, dando origem às noções de “linguagem audiovisual” e “comunicação audiovisual” no âmbito da mídia de massa.

É importante destacar que a abordagem deste estudo se concentra na comunicação, não na linguagem. A distinção está no fato de que, na linguagem audiovisual, a característica principal é sua multiplicidade de códigos, alguns específicos, como aqueles derivados da montagem, enquanto outros se originam de formas anteriores de comunicação, como linguagem verbal e escrita, gestos corporais ou música. Por outro lado, na comunicação audiovisual, ocorre a integração de texto e imagem, proporcionando “as ferramentas necessárias para ser elo de ligação bilateral entre aquele que deseja comunicar e aquele que quer ser ouvido” (Cé, 2019.2, p.90).

Desde os primeiros instantes de vida, o ser humano pode se comunicar audiovisualmente com o mundo exterior, por meio de um exame videográfico, que mostra o bebê no útero materno e permite ouvir-lhe as batidas do coração. Após o nascimento, sua vida é continuamente permeada pelas tecnologias audiovisuais (Alves; Fontoura; Antoniutti, 2012). Com base nas observações de Alves, Fontoura e Antoniutti (2012), na contemporaneidade, o audiovisual se configura como o modo de expressão predominante. Ele está presente em diversos âmbitos, atravessa a mídia, a arte, a ciência, a tecnologia e as formas de comunicação. Novas mídias audiovisuais se multiplicam, ao mesmo tempo que mídias tradicionais são convertidas em formato digital.

Do ponto de vista documental, conforme descrito por Edmondson (2017), o audiovisual é uma obra que contém imagens e/ou sons reproduzíveis reunidos em um suporte e que, em geral, exigem um dispositivo tecnológico para ser registrado, transmitido, visto e compreendido.

O audiovisual está presente nos mais variados campos de atuação e é desafiador imaginar em uma atividade humana, não importa o seu grau de complexidade, que não o use como instrumento (Alves; Fontoura; Antoniutti, 2012). Segundo Kerr *et al.* (2020), essa presença abrange desde a educação ao entretenimento, representando a junção de texto, movimento e sonoridade em um mesmo produto. Esse processo produtivo é complexo, pois é necessário que haja o envolvimento de diversos profissionais, que se encarregam da realização de cada tarefa para então, em determinados momentos, encontrarem-se para a concepção audiovisual ficar completa.

Alguns exemplos dessas criações incluem os vídeos institucionais, animações, jogos de videogame, filmes, *podcast*, vídeos no YouTube, curtas-metragens ou apresentações.

O uso dos registros audiovisuais pode variar de maneiras diversas, como sendo uma fonte de informação específica para pesquisa, como objeto privilegiado de análise ou um meio para o estudo das diversas formas de representação da memória. Essa diversidade de usos e aspectos permite explorar o potencial do audiovisual como uma ferramenta rica e eclética para o estudo e compreensão dos fenômenos culturais e sociais (Hagemeyer, 2012).

Com o avanço tecnológico e a popularização da internet, as imagens e, principalmente, os vídeos, ganharam maior força no mercado da comunicação. Isso possibilitou uma maior eficiência e abrangência no sistema de distribuição e exibição do produto audiovisual, estimulando a criação e a divulgação desse tipo de peça (Cé, 2019.2). De acordo com Valim e Marques (2020), o vídeo, tanto analógico quanto digital, é uma ferramenta de abrangência do audiovisual. Portanto, nas próximas seções, este estudo aprofundará alguns aspectos relacionados ao vídeo como objeto de análise.

### 3.1 Formatos utilizados para vídeo

Esta subseção aborda uma perspectiva mais técnica do vídeo digital. Serão explorados termos e especificidades sobre vídeo, servindo como base analítica nos Repositórios Institucionais, selecionados para o estudo de caso múltiplo, que será apresentado posteriormente.

Um vídeo é um sistema de gravação e reprodução de imagens que pode ser acompanhado por sons. A produção de um vídeo, segundo Cé (2019.1), envolve a captura de uma sequência de imagens (chamadas *frames* neste contexto) que são posteriormente exibidas em sequência e em alta velocidade, emulando movimento, para reconstruir a cena original. Esse processo é minucioso e exige do “editor/montador de curtas, médias ou longas-metragens, essencialmente, ter muita paciência e dedicação, gostar de informática e de trabalhar com *softwares* de diversos tipos e manter-se constantemente atualizado” (Moletta, 2009, sem paginação).

Dentro do termo “vídeo”, encontram-se uma diversidade de formatos. Conforme salientado por Cé (2019.1, p.100), “é essencial conhecer os diferentes formatos de vídeo digital existentes, bem como os critérios que definem um formato de vídeo”. Esses formatos variados apresentam peculiaridades distintas, como a qualidade do vídeo, técnicas de compressão, as características dos formatos e as mídias de exibição.

Ao enviar um vídeo para uma plataforma de compartilhamento, como por exemplo o YouTube, é essencial considerar o tamanho da imagem. Essa informação revela se o conteúdo está

configurado para resolução padrão, alta definição, formatos de filme, ou ultra-alta definição, entre outros. Afinal, para ser projetado em plataformas como essa, é necessário cumprir os requisitos de tamanho de imagem do dispositivo em que o vídeo será reproduzido (Cé, 2019.1).

Nesse sentido, é relevante abordar os padrões de cores da TV, que evoluíram do sistema analógico de transmissão para o digital. O vídeo também acompanha essa progressão: das antigas fitas de vídeo, como o VHS para os DVDs e *Blu-rays*. Com as novas tecnologias, conforme afirmado por Corradini (2020, p.12), “agora, praticamente todos os vídeos são exibidos em mídias virtuais, sem a existência de um componente físico”.

Os televisores coloridos da primeira metade do século XX passaram por constantes aperfeiçoamentos tecnológicos, resultando no desenvolvimento de um padrão ou sistema compatível para equipamentos fabricados em diferentes países (Faxina, 2018). Tanto a televisão quanto o vídeo apresentam normas específicas relacionadas ao sistema de análise e reprodução de cores, sendo que cada país ou grupo de países possui suas próprias normas e sistemas (Corradini, 2020). Essa diversidade levou à criação de três padrões analógicos de TV: NTSC (*National Television System Committee*), PAL (*Phase Alternating Line*) e SECAM (*Séquentiel Couleur à Mémoire*) (Faxina, 2018). Para uma melhor visualização, as especificações desses padrões serão apresentadas de forma mais detalhada no Quadro 1.

Quadro 1 - Resolução de cores em sistemas ou padrões analógicos.

	<b>PADRÃO</b>			
	<b>NTSC</b>	<b>PAL</b>	<b>SECAM</b>	<b>PAL-M</b>
<b>Quantidade de linhas</b>	525 linhas	625 linhas	625 linhas	525 linhas
<b>FPS</b>	30 quadros p/s	25 quadros p/s	25 quadros p/s	30 quadros p/s
<b>Frequência de campo</b>	60 Hz	50 Hz	50 Hz	60 Hz
<b>Subcarrier ou subportadora de cor</b>	3,579545 MHz	4,436318 MHz	Não encontrado	3,57561149 MHz
<b>Países</b>	Estados Unidos, Japão, Canadá, entre outros.	Países europeus (com exceção França), entre outros.	França, Rússia e países da Europa Ocidental.	Brasil

Fonte: Corradini (2020).

Para uma melhor compreensão, é importante salientar que as frequências em *Hertz* (Hz) dos padrões analógicos, não dizem respeito à números aleatórios, elas estão intimamente relacionadas à frequência da rede elétrica em cada país, diz Cé (2019.1). Por exemplo, nos Estados Unidos, “a frequência da rede elétrica doméstica é de 60 Hz, de modo que os aparelhos geram 60

campos de imagens por segundo, totalizando 30 quadros por segundo, a fim de obter uma imagem colorida em movimentos, no sistema de cor NTSC”, afirma Moletta (2009, sem paginação).

No contexto brasileiro, foi adotado o padrão PAL-M, uma variação do sistema PAL europeu. Apesar das semelhanças perceptíveis entre os padrões NTSC e PAL-M, chegando ao ponto de quase não apresentarem diferenças entre eles, a conversão resulta em alguma perda na qualidade devido aos processamentos envolvidos (Corradini, 2020).

Como mostrado anteriormente, cada padrão de transmissão de TV implica “uma forma diferente de codificação das imagens, bem como de transmissão e gravação em fitas ou discos, independentemente do seu formato”, afirma Faxina (2018, p.272). O autor salienta que, com a ascensão da TV digital, o NTSC é consolidado como o sistema padrão.

Mesmo na era digital, o entendimento sobre padrões analógicos mantém sua importância. Embora novos formatos de vídeo surjam, a necessidade de manter a compatibilidade persiste. Nesse contexto, pontua Cé (2019.1, p.103), torna-se “obrigatória uma ‘sobreposição’ das novas tecnologias”. Essa sobreposição é necessária devido à grande variedade de formatos de vídeo que caracteriza o cenário contemporâneo.

A seguir, serão apresentados os formatos digitais de vídeo mais conhecidos e utilizados, conforme descritos por Faxina (2018), que são: SD (*Standard Definition*), HD (*High Definition*), Full HD (*Full High Definition*), 4K (Ultra HD) e 8K (Ultra HD).

Para uma melhor compreensão dos formatos digitais, é relevante iniciar descrevendo a definição da configuração de tela 16:9 (*widescreen*), que será mencionada a seguir, contribuindo para uma leitura mais fluida. A tela 16:9 (*widescreen*) é caracterizada por ser mais larga e ter uma proporção maior em relação ao formato antigo conhecido como CinemaScope, criado em 1953. Esse formato é considerado superior, uma vez que se assemelha mais ao campo de visão humano, proporcionando uma visão ampla de cena (Faxina, 2018).

Os vídeos em formato digital **SD** (*Standard Definition*) são considerados de baixa resolução devido às limitações de pixels em comparação com outros formatos. O formato **HD** (*High Definition*) é reconhecido por sua alta definição, apresentando uma quantidade de pixels muito superior ao formato SD. Este é amplamente utilizado na internet (YouTube, Facebook, entre outros), devido a sua ótima qualidade quando convertido com o codec H.264 e extensão mp4, gerando arquivos compactos para a transmissão *online* (Faxina, 2018).

O **Full HD** (*Full High Definition*) é o formato oficial da TV digital brasileira (Corradini, 2020). No **4K** (Ultra HD), os equipamentos com reprodução nessa resolução equivalem a “4 *Full HD*” em sua capacidade, ou seja, proporciona uma qualidade quatro vezes superior ao *Full HD*. Já no formato **8K** (Ultra HD), a aplicação dessa resolução em TVs é bastante discutida, pois, segundo

pesquisadores, a diferença entre imagens em 4K e 8K não é perceptível para o olho humano. Equipamentos 8K equivalem a 16 vezes o *Full HD*, gerando imagens com dimensões comparáveis a um campo de futebol oficial (100m x 64m) (Faxina, 2018). No Quadro 2, serão demonstrados os formatos digitais e suas especificações para uma melhor visualização.

Quadro 2 - Formatos digitais de vídeo.

<b>FORMATOS DIGITAIS DE VÍDEO</b>	<b>RESOLUÇÃO</b>	<b>DIMENSÕES(COLUNAS X LINHAS)</b>
<i>SD (Standard Definition)</i>	Baixa	640 x 480 no formato 4:3 PAL 720 x 480 no formato 4:3 NTSC 852 x 480 no formato 16:9 NTSC (widescreen)
<i>HD (High Definition)</i>	Alta definição	1.280 x 720 no formato 16:9 NTSC (widescreen)
<i>Full HD (Full High Definition)</i>	Alta definição	1.920 x 1.080 no formato 16:9 (widescreen) 1.440 x 1.080 no formato 4:3
4K (Ultra HD)	Ultra alta definição	3.840 x 2.160 no formato 16:9 (widescreen)
8K (Ultra HD)	Ultra alta definição	7.680 x 4.320 no formato 16:9 (widescreen).

Fonte: Faxina (2018).

Abaixo, na Figura 1, algumas das dimensões citadas serão ilustradas para proporcionar uma melhor compreensão da tela.

Figura 1 - Comparação da densidade de formatos de vídeo.



Fonte: Leonard e Kurniawan (2023).

De acordo com Faxina (2018), os formatos digitais compreendem a produção, o armazenamento e a transmissão de vídeo e áudio. Cé (2019.1) corrobora que um formato de vídeo é um “conjunto” que pode incluir vídeo, áudio, texto e imagens e que a combinação desses elementos juntos resultam, geralmente, em um arquivo muito pesado, o que compromete a boa

qualidade da reprodução. E para manter uma boa qualidade de vídeo, torna-se necessário a utilização de codecs.

Um codec é um conjunto de regras que definem o comportamento do algoritmo de compactação. Ao salvar o arquivo, a qualidade e a resolução podem variar dependendo do codec utilizado, já que a compactação implica uma perda de dados. Resumindo, a função de um codec é codificar (salvar no formato) e decodificar (reproduzir) o vídeo. Apesar das variáveis complexas envolvidas, é necessário compreender qual formato permite uma reprodução de boa qualidade, mantendo um tamanho de arquivo adequado (Cé, 2019.1).

O termo “Codec” é uma abreviatura para compressor/descompressor. Segundo Corradini (2019, p.201), “não existe vídeo digitalizado sem o codec”. Ele está presente em todos os lugares dos quais existam vídeos, como nas câmeras, nos *players* ou nos *softwares*. Cada codec cria um tipo de arquivo e nele deixa sua “assinatura”, impondo algumas restrições para que outros codecs não possam lê-lo. Dessa forma, um vídeo criado por um codec demanda que quem o assista tenha o mesmo codec instalado (Corradini, 2019).

Basicamente, são chamados de codecs os diferentes programas dedicados a codificar e decodificar arquivos de vídeo e áudio, por meio de *softwares* específicos, como o *iTunes*, *Quicktime*, *Real Player*, *Windows Media Player*, entre outros. Eles compactam o formato original, para armazenar, e descompactam no momento da reprodução, transformando-o novamente em vídeo e áudio. Paula Filho (2010, p.332) corrobora que “uma arquitetura de vídeo digital define um suporte completo para processamento de vídeo, dentro de um ambiente operacional. Isso pode incluir, além do suporte de um ou mais codecs, outras especificações, como formatos de arquivos e suporte de software”. Segundo Faxina (2018, p.279) os principais codecs e formatos de arquivos são: “DivX; DivX HD; XviD; MPEG-1; MPEG-2; OGM; MP4 (H.264); MKV; FLV; AVI; WMV; MOV; RMVB; VOB”.

No Quadro 3, serão destacadas algumas características, vantagens e desvantagens encontradas nos principais codecs. Enquanto o Quadro 4 serão descritos alguns formatos de arquivos de vídeo.

Quadro 3 - Características, vantagens e desvantagens dos principais codecs de vídeo.

CODECS	CARACTERÍSTICAS	VANTAGENS	DESVANTAGENS
<b>H.264</b>	Criado em 2003, evoluiu produzindo alta qualidade de vídeo, mantendo sua baixa taxa de bits e alcançando um design de estrutura simples e formato flexível para uso em massa. Versão ITU ( <i>International</i>	É um dos formatos mais atuais para edição de vídeo. Candidato ideal para formatos de transmissão via internet, como o YouTube.	Ele usa o algoritmo de codificação MPEG-4 para armazenar texto e arquivos de vídeo e áudio, mas oferece uma definição mais baixa do que outros (Adobe, 2023).

	<i>Telecommunication Union</i> ) do MPEG-4. (Paula Filho, 2010).		
<b>DivX</b>	Caracterizado por ser o codec de vídeo usado nos primeiros filmes no formato DVD para reduzir o tamanho do conteúdo e gravá-lo em um CD.	Formato de compressão que permite reproduzir imagens com qualidade similar ao DVD, mas que precisam de menos capacidade de armazenamento.	Não atua na compactação de áudio, afetando apenas o vídeo.
<b>Xvid</b>	Sucessor do DivX, oferece melhor qualidade e tornou-se popular por ser apoiado por muitos leitores de DVD.	Desempenho e velocidade de compactação são considerados muito bons.	Existem outros formatos mais poderosos.

Fonte: Cé (2019.1).

Quadro 4 - Características, vantagens e desvantagens dos principais formatos de vídeo.

<b>FORMATOS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>VANTAGENS</b>	<b>DESVANTAGENS</b>
<b>AVI</b>	Criado em 1992, foi o arquivo de exportação de vídeo dominante, compatível com sistemas, como Windows, Apple, Linux e Unix.	Um dos mais conhecidos e utilizados para armazenamento de séries, filmes e vídeos semelhantes.	Apesar da reprodução de alta qualidade, possui uma compactação de arquivo pesada.
<b>MPEG</b>	O material MPEG pode consistir em vídeo ou áudio separadamente, na combinação destes e, nos padrões mais recentes, também na combinação com outros tipos de fluxo de multimídia. A família de padrões MPEG tem os seguintes grupos principais: MPEG-1, MPEG-2, MPEG-4, MPEG-7, MPEG-21 (Paula Filho, 2010).	Compatibilidade mundial, cuja compactação de áudio e vídeo sofre pouca perda de qualidade, facilitando o <i>upload</i> e o <i>download</i> de arquivos na web.	Não encontrado.
<b>WMV</b>	Propriedade da <i>Microsoft Windows</i> , reproduzido pelo <i>Windows Media Player</i> ou o seu equivalente, o reprodutor VLC.	Oferece suporte ao gerenciamento de direitos digitais, impedindo a cópia de informações, ideal para vendedores de áudio e vídeo digitais on-line.	Oferece boa qualidade de vídeo, porém são compactados com resolução superior a 300.000 pixels, podem ser pesados, o que os torna um formato favorável para blu-ray e HD DVD.
<b>MOV</b>	Padrão desenvolvido pela Apple para o reprodutor <i>Quicktime</i> . Ele se tornou um <i>player</i> que reconhece a maioria dos arquivos de vídeo atuais.	Permite a transmissão e a reprodução de conteúdo visual de alta qualidade na internet, tanto nos sistemas operacionais da Apple quanto do Windows.	Arquivos MOV usam a codificação MPEG-4 para reproduzir conteúdo no <i>QuickTime</i> para Windows. Armazena vídeos, áudios e efeitos de alta qualidade, mas

			esses arquivos costumam ser bem grandes (Adobe, 2023).
<b>MKV (matroska)</b>	É um formato usado principalmente para filmes, séries e conteúdo 3D.	Permite armazenar muitos dados no mesmo arquivo. Inclui faixas de áudio em vários idiomas. Funciona de forma muito semelhante ao MP4.	Incompatível com muitos programas (Adobe, 2023).
<b>FLV</b>	Pode ser visto pela maioria dos sistemas operacionais e em todos os navegadores, com o pré-carregamento de atualização.	Usado principalmente para transmitir vídeos pela internet. Sites como o YouTube usam esse formato para reproduzir seus vídeos.	Os formatos de vídeo em Flash, como o FLV, não é compatível com dispositivos iOS (Adobe, 2023).

Fonte: Cé (2019.1).

Em relação aos vídeos, uma dúvida comum é qual formato padrão deve ser usado para a preservação digital. De acordo com Tadic (2012), alguns argumentam que não deve haver um único padrão adequado para todos os formatos de vídeo de origem e para todos os arquivos. Ela afirma que, em vez disso, a ênfase deve ser colocada na adoção de um formato aberto que permita uma fácil migração no futuro, como também, é relevante considerar a infraestrutura da instituição e sua capacidade de preservar os documentos digitais.

A regra básica, de acordo com os fatores de sustentabilidade delineados pela Library of Congress (2017), é que o formato de preservação deva ser: um padrão aberto (não-proprietário; isso inclui arquivos recipientes); amplamente suportado (com suporte consistente de *hardware* e *software*); e bem documentado (necessário para que a validação e outras ferramentas possam ser criadas para a verificação do arquivo), elucida Tadic (2012).

Para Tadic (2012), de preferência, o arquivo deve ser o mais sem compressão que o arquivo possa sustentar. A autora destaca que o uso de um formato aberto com o mínimo de compressão possível facilita a migração do arquivo no futuro. É importante observar que pouca ou nenhuma compressão é mais tolerante à perda de bits, enquanto que a perda de bits em um formato muito comprimido pode resultar em perda de informação ou até mesmo em um arquivo corrompido, inviabilizando a reprodução, dependendo de onde ocorreu a perda no arquivo, afirma Tadic (2012).

O requisito de um padrão aberto significa que há alguns formatos de arquivos ou codecs disponíveis, principalmente em relação a conversões de analógico para digital. Tadic (2012) contribui e relata que o mais comum é o sem compressão YUV 10-bit, seguido pelo JPEG2000. E que embora o DV25 tenha compressão 5:1, este e o DVCPRO50 (compressão 3:1) são algumas vezes utilizados para a transferência de fitas VHS ou em arquivos com coleções de vídeo tão extensas que sua infraestrutura não suporta o “encodamento” de tudo sem compressão.

Os formatos usados no futuro é uma incerteza. No entanto, por meio das características dos formatos do presente, torna-se possível identificar aqueles com maior probabilidade de preservação a longo prazo. Portanto, um formato considerado adequado para preservação apresenta as seguintes características: isenção de restrições legais; conformidade com normas emitidas por órgãos oficiais (ex. W3C); documentado abertamente através de uma especificação pública e livre; amplamente usado; compatibilidade com múltiplas plataformas de *software*, incluindo código-aberto; e não comprimido ou comprimido sem perdas de informação (Arquivo.pt, 2017). No Quadro 5, estão listados os formatos de acordo com sua potencialidade de preservação para o futuro.

Quadro 5 - Formatos de acordo com as suas potencialidades de preservação para o futuro.

Nível de adequação	Formatos de vídeo
Alta adequação para preservação	QuickTime Movie sem compressão (.mov), AVI sem compressão (.avi), Motion JPEG 2000 (ISO/IEC 15444-4) (mj2), Motion JPEG (.avi, .mov)
Média adequação para preservação	MPEG-1, MPEG-2 (.mpg, .mpeg), MPEG-4 (.mp4), Ogg Theora (.ogg, .ogm, .ogv)
Baixa adequação para preservação	Windows Media Video (.wmv), AVI com compressão (.avi), QuickTime Movie com compressão (.mov), RealNetworks 'Real Video' (.rv, .rm)

Fonte: Arquivo.pt (2017).

A indústria audiovisual se dedica à criação de sistemas que aprimoram as comunicações em todas as esferas. Essa área abrange tecnologias, produtos e sistemas para diversas finalidades, como exibição visual, gravação de vídeo e áudio, produção e pós-produção, como também *streaming* de mídia (Cé, 2019).

### 3.2 Streaming de mídia

A evolução da tecnologia de compressão de áudio e vídeo revolucionou as opções de transmissão para programadoras e emissoras de TV, tanto a TV aberta quanto a fechada. A transição para a televisão digital não apenas aprimorou a qualidade do sinal, mas também ampliou significativamente a capacidade de suportar mais canais na mesma faixa de frequência. A segurança do sistema se fortaleceu com a introdução de canais codificados, guardados dos espectadores, por exibirem conteúdo impróprio e como medida para combater a pirataria. Nesse cenário, surgiu a tecnologia *streaming*, “que envia informações multimídia por meio da transferência de dados, utilizando redes de computadores – especialmente a internet. Foi criada para tornar as conexões mais rápidas” (Comparato, 2018, p.551).

Segundo Paula Filho (2010), o *streaming* é uma tecnologia de fluxo contínuo, ou seja, o aplicativo instalado na máquina (computador, TV ou *smartphone*) armazena previamente uma parte prefixada do arquivo recebido e em seguida inicia sua reprodução enquanto recebe o restante do arquivo. Comparato (2018, p.552) corrobora que “uma pequena parte é baixada e o vídeo é iniciado. O servidor continuará a enviar todo o resto do arquivo enquanto o usuário assiste: assim ele não terá de esperar até que o vídeo termine a transferência para que possa começar a assistir”.

Essa tecnologia é utilizada para transmissão de rádio e televisão pela internet. De acordo com Comparato (2018, p.552), “quando a ligação de uma rede é banda larga, a velocidade de transmissão da informação é muito maior, dando ao usuário a sensação de que o áudio e o vídeo são transmitidos em tempo real”. Portanto, emissoras de televisão e rádios AM e FM fazem uso de *streaming* para interagir digitalmente com seus ouvintes e clientes.

O *streaming* permite que os usuários reproduzam mídias e estão sempre protegidos por direitos autorais. A tecnologia é também amplamente usada em jogos on-line, em plataformas que armazenam arquivos e em diversos serviços que demandam uma rápida taxa de carregamento de dados (Comparato, 2018).

Beaumont (2022, p.49) pontua que as plataformas *streaming*, fortalecidas pela inteligência artificial, têm se transformado gradativamente em “sistemas sociotecnológicos que codificam expressões artísticas e influenciam padrões de comportamento na comunidade global”. Bahia, Butcher e Tinen (2022, p.103) também afirmam que essas plataformas “transformaram profundamente as condições de produção, distribuição, exibição e espetatorialidades das obras audiovisuais”. O compartilhamento digital por meio dessa tecnologia interrompeu práticas curatoriais tradicionais, como a acumulação física de LPs e CDs, que antes refletiam valores artísticos e sociais dos colecionadores e da arte em si. Os provedores de serviço que hospedam arquivos de áudio na nuvem agora desempenham o papel de colecionadores dos consumidores, enquanto os assinantes de *streaming* possibilitam a transmissão às gerações futuras de *playlists* virtuais construídas com conteúdo que nem possuem e nem armazenam. (Beaumont, 2022).

A temática do *streaming* e repositórios digitais, no Brasil, ainda está em expansão, enquanto em outros países, já existem alguns segmentos nesse assunto. De acordo com Guy (2020), a tendência do *streaming* de vídeo também afetou as bibliotecas, com plataformas como *Hoopla Digital*, *Kanopy*, e *Films on Demand* competindo para obter recursos nos orçamentos dessas instituições. As bibliotecas acadêmicas, em particular, têm uma alta demanda por *streaming* de vídeo, pois também têm a responsabilidade de apoiar o currículo dos programas acadêmicos, incluindo aqueles que oferecem “*degrees in film and cinema studies which require viewing certain movies for coursework*”, afirma Guy (2020, p.3).

Nesse contexto, no espaço tecnológico das Bibliotecas da Universidade de Denver, Estados Unidos, Maness *et al.* (2020) destacam uma abordagem inovadora para gerenciar coleções digitais e recursos institucionais, ressaltando a necessidade de envolver profissionais colaborativos. Diferenciando-se de uma estrutura centralizada em um departamento específico no campus, a universidade optou por uma abordagem distribuída, envolvendo uma rede de colaboradores com habilidades e expertise específicas para oferecer suporte a essa iniciativa.

Segundo Maness *et al.* (2020, p.1), a infraestrutura do espaço é composta por um sistema de gerenciamento de “metadados de arquivo (*Archivespace*), um repositório digital (*Node.js + Elasticsearch*), armazenamento de preservação (*ArchivesDirect*) e um servidor de *streaming* (Kaltura)”. Esses componentes são gerenciados de maneira independente, mas colaborativa, envolvendo diferentes departamentos como de TI, bibliotecas e fornecedores. A prática de gestão e desenvolvimento dessa infraestrutura integrada visa fornecer coleções digitais como serviço. Durante o processo de desenvolvimento, foram identificados alguns requisitos essenciais para um ecossistema de coleções digitais de sucesso, sendo eles mapeados para tipos específicos de sistemas de biblioteca. Sendo um desses requisitos: o Repositório Digital e o Servidor de *Streaming* de Mídia, pois eles desempenham papéis importantes ao possibilitar a pesquisa, navegação e acesso a objetos digitais.

Como mencionado anteriormente e para um melhor conhecimento, o Kaltura é uma plataforma de *streaming* norte-americana fundada em 2006. Utilizando tecnologia de vídeo de código aberto, ela opera em algumas regiões, como América do Norte, Europa, Oriente Médio, Alemanha, Áustria, Suíça, França, Ásia-Pacífico, Japão, Austrália e América latina, incluindo o Brasil (Kaltura, 2024).

O Kaltura gerencia funcionalidades, tais como metadados, playlists, distribuição, campanhas publicitárias, análises e permissões de usuários. Além disso, atende às necessidades de mídia, incluindo transcodificação, empacotamento, originação, distribuição e multi-DRM para proteção entre dispositivos, tudo baseado em nuvem, para VOD e ao vivo. A plataforma também oferece um *player* de carregamento rápido e de alta qualidade que suporta mais de 8.000 tipos de dispositivos com idioma das legendas, transcrições e faixas de áudio (Kaltura, 2024).

### 3.3 Metadados e preservação para vídeo

Com os avanços tecnológicos, a opção por suportes digitais tornou-se predominante, favorecendo o crescimento da produção de conteúdo técnico e científico em escala global (Souza, *et al.* 2012). O desenvolvimento de tecnologias para se ter acesso à informação somado ao advento

da internet, fez com que a preservação digital se tornasse “uma parte importante na busca da salvaguarda e do acesso em longo prazo dos artefatos produzidos pelos processos intelectuais” (Souza *et al.*, 2012, p.65).

A preservação digital surge com o objetivo de garantir que o material será preservado para usos futuros e, portanto, deve ser facilmente recuperável e estar armazenado em formatos de arquivos estáveis, amplamente usados, padronizados e abertos. Além disso, é preferível que os dados estejam acessíveis livremente (Sayão, Sales, 2015). Souza *et al.* (2012, p.66) salientam que a preservação digital também está relacionada “ao estudo das mídias, cópias de segurança e técnicas como a de migração e de autenticação”. Esta área requer uma ação interdisciplinar para garantir a preservação e manutenção adequada do documento digital.

Uma das estratégias da preservação digital é a dispersão geográfica de múltiplas cópias (redundância). Grandes perdas de coleções digitais têm sido ocasionadas, principalmente, por desastres naturais de grande escala. Dispositivos de armazenamento não são infalíveis, um arquivo pode estar corrompido em uma fita de LTO ou em um HDD, mas permanecer íntegro em outro dispositivo. Até mesmo o drive de um HDD pode ser danificado por partículas finas ou por vibrações. Portanto, ter uma cópia de redundância não significa que uma cópia está no porão e outra no terceiro andar, mas sim que as cópias estão localizadas bem distantes umas das outras. Nesse contexto, nota-se a grande vulnerabilidade de instituições como bibliotecas, arquivos e detentores da informação e por isso, estratégias colaborativas bem-sucedidas vêm articulando novos modelos de preservação digital que podem contribuir na salvaguarda desse material. Com isso, surge no campo da preservação digital, a chamada preservação digital distribuída. Trata-se de uma estratégia focada na distribuição de cópias dos conteúdos em locais geograficamente dispersos, de forma segura e em que seja possível garantir o acesso em longo prazo (Souza, *et al.*, 2012; Tadic, 2012).

O reconhecimento da complexidade e fragilidade dos documentos digitais evidencia que a preservação digital não é solucionada apenas pela tecnologia. Seu bom funcionamento se concretiza por meio do estabelecimento de políticas e agendas de trabalho que, quando implementadas de maneira séria e incorporadas na rotina, possibilitam a perenidade dos acervos digitais, mesmo que estes evoluam para formas como “atômicas, biológicas, futurológicas”, entre outras, cujo destino é incerto. (Innarelli, 2011, p.84).

O documento digital, segundo Santos e Flores (2018), é formado por meio de uma estrutura constituída por *hardware*, *software* e suporte. No âmbito do *software*, esta estrutura abrange elementos como o sistema operacional, *software* interpretador, formato de arquivo, metadados e os demais componentes digitais.

O sistema operacional é a plataforma de *software* onde estão inseridos os mais diversos aplicativos que corroboram para o seu funcionamento (Santos; Flores, 2018). O *software* é integrado em um sistema operacional, desempenhando a função de decodificar o conteúdo dos documentos digitais. Estes são os responsáveis pela correta leitura do que está codificado.

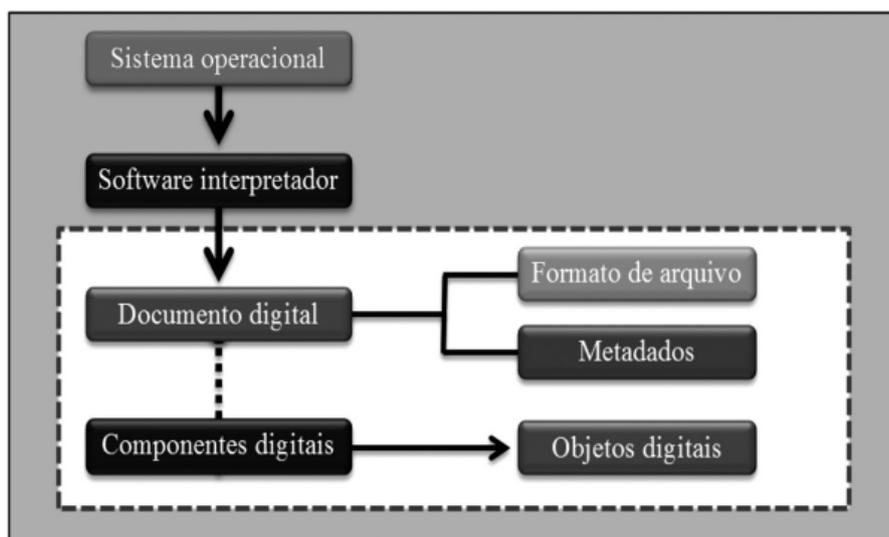
Por sua vez, o formato de arquivo compreende a estrutura dotada de regras lógicas que codifica o conteúdo de um documento digital. Cada formato apresenta suas especificidades, podendo ser gerado por diferentes *softwares* ou a partir de um único. Dessa maneira, fatores como qualidade, riqueza de detalhes e tamanho variam de acordo com o formato de arquivo utilizado. A diversidade de formatos é ampla, incluindo, por exemplo, avi, flv, mov, mkv, que são utilizados para vídeos (Santos; Flores, 2018).

Os metadados são informações que descrevem um objeto digital, fornecendo suporte aos processos associados com a preservação digital, podendo ser utilizados para preservar o documento no futuro (Saramago, 2004; Tadic, 2012). Santos e Flores (2018, p.40) chamam a atenção para a importância da informação dos metadados, pois estes auxiliam na compreensão do “contexto tecnológico, do histórico de alterações e demais informações que forem relevantes para a preservação dos documentos digitais”. Os metadados desempenham um papel fundamental na organização e no acesso às informações em ambiente digitais. Conforme salienta Sayão (2010, p.28) “os conteúdos digitais que precisam ser acessados e compreendidos no futuro devem estar acompanhados de dados e informações, expressos na forma de metadados, que tornem viável a sua acessibilidade, integridade e autenticidade”.

Ainda no âmbito do *software*, esta estrutura abrange os componentes digitais, que correspondem a todos os demais objetos digitais que corroboram para a correta representação do documento digital. Como por exemplo, uma página web, esses componentes podem incluir arquivos principais (como o “html”) e outros objetos, como áudios, vídeos e imagens, referenciados pelo objeto principal (Santos; Flores, 2018).

Com isso, percebe-se que cada atributo lógico possui uma função específica e única, não sendo passível de substituição por outro atributo. Desta maneira, “a manutenção da integridade e da autenticidade do documento digital, bem como a sua correta representação, depende da conformidade destes elementos com os requisitos definidos a priori” (Santos; Flores, 2018, p.41). Na Figura 2, um pequeno esquema das relações diretas e indiretas em um contexto tecnológico de forma geral.

Figura 2 - Interação entre os elementos lógicos no ambiente software.



Fonte: Santos e Flores (2018, p. 41).

Saramago (2004) relata que os metadados de preservação são classificados em três categorias: descritivos, administrativos e estruturais. É relevante destacar a importância sobre os últimos dois, pois é neste espaço que se encontram as descrições dos métodos e das estratégias adotadas para a preservação. Os metadados descritivos, de acordo com Sayão (2010, p.5) “é a face mais conhecida dos metadados, são eles que descrevem um recurso com o propósito de descoberta e identificação; podem incluir elementos tais como título, autor, resumo, palavras-chave e identificador persistente”.

No contexto da preservação em si, conforme Saramago (2004), os metadados administrativos são aqueles que têm um peso mais importante pois documentam ações de gestão ao longo do tempo, desde o momento em que o recurso digital é incorporado no repositório. Esses metadados, explica Sayão (2010, p.5) “incluem, por exemplo, informações sobre como e quando o recurso foi criado e a razão da sua criação. Nessa categoria, estão metadados técnicos que explicitam as especificidades e dependências técnicas do recurso”.

Saramago (2004, p.2) reforça que “os metadados estruturais complementam a informação administrativa pois acrescentam o enquadramento tecnológico indispensável à boa recuperação dos recursos”. Sayão (2010, p.5) corrobora que os metadados estruturais “são informações que documentam como os recursos complexos, compostos por vários elementos, devem ser recompostos e ordenados. Por exemplo, como as páginas de um livro, digitalizadas separadamente, são vinculadas entre si e ordenadas para formar um capítulo”.

A inclusão de metadados de preservação deve percorrer todo o ciclo de vida do recurso digital, abrangendo as fases de criação; seleção; identificação persistente; descrição e acesso; armazenamento e preservação (Saramago, 2004). No que tange a fase de criação, é importante que

os repositórios orientem os criadores a incluírem os metadados necessários desde a fase inicial do processo. Durante a execução do trabalho, é muito mais fácil lembrar os passos dados para a construção do trabalho. A documentação gerada ajudará tanto os próprios membros da equipe de trabalho como, no futuro, será uma componente vital no processo de preservação a longo prazo. “É desnecessária uma documentação exaustiva de todo o processo criativo”, mas é fundamental registrar algumas fases do processo, visto que cada trabalho pode conter diversos recursos e arquivos, afirma Saramago (2004, p.2).

Os padrões de metadados, conforme Alves (2010, p.47), “são estruturas de descrição constituídas por um conjunto predeterminado de metadados (atributos codificados ou identificadores de uma entidade) metodologicamente construídos e padronizados”. São práticas recomendadas para garantir qualidade, consistência e interoperabilidade, “ajudam a tornar os metadados o mais úteis possível” (Formenton; Gracioso, 2022, p. 11).

Conforme Tadic (2012), existem padrões de estrutura de dados para metadados descritivos, técnicos e de preservação, dos quais uma instituição pode selecionar campos relevantes. Diferente de como era no passado, não há mais uma estrutura de dados abrangente, como o MARC. Cada instituição tem a liberdade de selecionar campos de vários padrões, escolhendo aqueles mais adequados à sua coleção (Tadic, 2012). No Quadro 6, será apresentado alguns padrões de estrutura, técnicos e de preservação úteis para vídeos.

Quadro 6 - Padrões de metadados úteis para vídeo.

<b>Padrão de metadados de estrutura</b>	<b>Padrão de metadados técnicos</b>	<b>Padrão metadados de preservação</b>
Dublin Core (básico)	RP-210 (da SMPTE)	PREMIS
PBCore (para radiodifusão)	PBCore	
EBUCore (para radiodifusão)	EBUCore	
CEN 15744 (arquivos de filme)		
CEN 15907 (arquivos de filme)		
SMPTE DMS-1 (distribuição de filmes)		
MARC		

Fonte: Tadic (2012).

Os padrões de metadados de estrutura, segundo Alves (2010, p.60), “são constituídos por metadados mais estruturados, baseados em normas emergentes e que proporcionam uma descrição mínima do recurso para sua identificação, localização e recuperação”. O padrão Dublin Core (DC) é um exemplo, “ele foi originalmente criado para promover a descoberta de recursos informacionais na Web” (Alves, 2010, p.61).

No âmbito da Internet, o *Dublin Core* (DC) é o principal padrão de metadados (Formenton; Gracioso, 2022), sendo considerado “uma das mais importantes iniciativas na área de metadados, cujo objetivo essencial é apoiar a descoberta de recursos no extenso e fragmentado universo web” (Sayão, 2010, p. 02).

### 3.4 Dublin Core

O padrão DC, também conhecido por *Dublin Core Metadata Element Set*, seleciona “um conjunto relativamente pequeno e genérico de elementos de metadados” (Gilliland, 2016, p. 09). Ele é composto por dois níveis: simples (composto por 15 elementos) e qualificado (composto por 03 elementos adicionais) (Formenton *et. al.*, 2017). Sua estrutura é simples e flexível, o que possibilita sua aplicação a recursos complexos (Sayão, 2010), podendo ser “representado através de sintaxes variadas, por exemplo, codificado em HTML ou em XML e estruturado segundo a arquitetura proposta pela RDF (Resource Description Framework), facilitando o intercâmbio e o reuso” (Sayão, 2010, p. 06).

DCMI (2022) resume o histórico que possibilitou a criação do padrão DC:

O DCMI tem suas raízes em Chicago na 2ª Conferência Internacional da *World Wide Web*, em outubro de 1994. Yuri Rubinsky da SoftQuad [...] junto com Stuart Weibel e Eric Miller da OCLC [...] conversou com Terry Noreault, então Diretor do Escritório de Pesquisa da OCLC, e Joseph Hardin, então Diretor do Centro Nacional de Aplicações de Supercomputação (NCSA). Essa discussão sobre semântica e Web girava em torno da dificuldade de encontrar recursos (difícil até então, com apenas cerca de 500.000 objetos endereçáveis na Web). O brainstorming inicial levou a NCSA e a OCLC a realizarem um workshop conjunto para discutir a semântica de metadados em Dublin, Ohio, em março de 1995. Nesse evento, chamado simplesmente de "OCLC/NCSA Metadata Workshop", mais de 50 pessoas discutiram como um conjunto básico de semântica para recursos baseados na Web seria extremamente útil para categorizar a Web para facilitar a pesquisa e recuperação. Eles apelidaram o resultado de "metadados *Dublin Core*<sup>TM</sup>" com base na localização do workshop.

Ele foi planejado, inicialmente, para funcionar como um “cartão eletrônico de catálogo”, porém, está sendo aplicado na descrição de qualquer objeto ou ativo informacional (Gill, 2016). Os quinze elementos do nível simples são: título, assunto, descrição, tipo, fonte, relação, cobertura, criador, editor, colaborador, direitos, data, formato, identificador e idioma (DCMI, 2012). Os elementos adicionais do nível qualificado são: público, proveniência e detentor de direitos (Formenton *et al.*, 2017). A descrição de seus elementos encontra-se resumida no Quadro 7.

Quadro 7 - Elementos Dublin Core (DC).

Elementos	Qualificador	Descrição
Título (dc.title)	Alternative	O nome dado ao recurso

<b>Assunto</b> (dc.subject)	-	O tópico do recurso. Normalmente, o assunto será representado por palavras-chave, frases-chave ou códigos de classificação. A melhor prática recomendada é usar um vocabulário controlado.
<b>Descrição</b> (dc.description)	<b>Table Of Contents</b> <b>Abstract</b>	Descrição do conteúdo do recurso.
<b>Tipo</b> (dc.type)	-	A natureza ou gênero do recurso.
<b>Fonte</b> (dc.source)	<b>URI (Element Encoding Scheme(s))</b>	Um recurso relacionado do qual o recurso descrito é derivado.
<b>Relação</b> (dc.relation)	<b>Is Version Of</b> <b>Has Version</b> <b>Is Replaced By</b> <b>Replaces</b> <b>Is Required By</b> <b>Requires</b> <b>Is Part Of</b> <b>Has Part</b> <b>Is Referenced By</b> <b>References</b> <b>Is Format Of</b> <b>Has Format</b> <b>Conforms To</b> <b>URI (Element Encoding Scheme(s))</b>	Um recurso relacionado.
<b>Cobertura</b> (dc.coverage)	<b>Spatial</b> <b>Temporal</b>	O tópico espacial ou temporal do recurso, a aplicabilidade espacial do recurso ou a jurisdição sob a qual o recurso é relevante.
<b>Criador</b> (dc.creator)	-	Uma entidade responsável principalmente por fazer o conteúdo do recurso.
<b>Editor</b> (dc.publisher)	-	A entidade responsável por disponibilizar o recurso.
<b>Colaborador</b> (dc.contributor)	-	Uma entidade responsável por fazer contribuições para o conteúdo do recurso.
<b>Direitos</b> (dc.rights)	<b>Access Rights</b> <b>License</b> <b>URI (Element Encoding Scheme(s))</b>	Informações sobre os direitos detidos no recurso e sobre ele.
<b>Data</b> (dc.date)	<b>Created</b> <b>Valid</b> <b>Available</b> <b>Issued</b> <b>Modified</b> <b>Date Accepted Date</b> <b>Copyrighted</b> <b>Date Submitted</b>	Uma data ou período de tempo associado a um evento no ciclo de vida do recurso.
<b>Formato</b> (dc.format)	<b>Extent</b> <b>Medium</b>	O formato do arquivo, meio físico ou dimensões do recurso.
<b>Identificador</b> (dc.identifier)	<b>Bibliographic Citation</b> <b>URI (Element Encoding Scheme(s))</b>	Uma referência inequívoca ao recurso dentro de um determinado contexto. Exemplos de sistemas de identificação formal incluem o <i>Uniform Resource Identifier</i> (URI) (incluindo o <i>Uniform Resource Locator</i> (URL)), o <i>Digital Object Identifier</i> (DOI) e o <i>International Standard Book Number</i> (ISBN).
<b>Idioma</b> (dc.language)	<b>ISO 639-2RFC 3066</b> <b>(Element Encoding Scheme(s))</b>	A linguagem do conteúdo do recurso.

<b>Público</b> (dc.audience)	<b>Mediator</b> <b>Education Level</b>	Uma classe de entidade para a qual o recurso é destinado ou útil.
<b>Proveniência</b> (dc.provenance)	-	Uma declaração de quaisquer alterações na propriedade e custódia do recurso desde a sua criação que sejam significativas para sua autenticidade, integridade e interpretação. A declaração pode incluir uma descrição de quaisquer alterações que os guardiões sucessivos fizeram no recurso.
<b>Detentor de direitos</b> (dc.rights Holder)	-	Uma pessoa ou organização que possui ou gerencia direitos sobre o recurso.

Fonte: Elaboração própria, a partir de DCMI (2005; 2012).

O padrão DC possui como características: simplicidade, interoperabilidade semântica, consenso internacional, extensibilidade e flexibilidade (Grácio, 2012), sendo o mais empregado por comunidades internacionais para a recuperação de recursos na Internet (Formenton *et. al.*, 2017) e o preferido para mapeamento e coleta de metadados (Gill, 2016).

O foco deste trabalho recai sobre o recurso informacional conhecido como *MovingImage* (imagem em movimento). Esse é o termo utilizado para formatos audiovisuais no padrão DC (DCMI, 2012). Assim sendo, o “Guia de observação não participante – Metadados” (Apêndice A), foi elaborado com base nos elementos do Dublin Core, conforme apresentado no Quadro 7. Esses elementos serão comparados com os metadados encontrados nos vídeos disponibilizados nos repositórios do estudo de caso múltiplo desta pesquisa.

Um aspecto importante a destacar diz respeito ao uso da imagem nos vídeos e às questões associadas aos direitos autorais.

### 3.5 Direitos autorais

O direito autoral, “entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos” (Brasil, 1998), de acordo com Moletta (2009), trata-se de uma questão muito importante para qualquer produção, seja ela comercial, independente, profissional ou amadora. Do qual não se limita apenas à questão financeira, mas também se estende à preservação da integridade da obra, seja ela escrita, visual ou sonora. Leis específicas são estabelecidas “para cuidar de direitos autorais e preservar tanto os direitos materiais da obra quanto os direitos morais do autor” (Moletta, 2009, sem paginação).

A Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, regula o uso do direito autoral. A referida lei menciona que “Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por

qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro”, tais como:

- I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições musicais, tenham ou não letra;
- VI - **as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;**
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - os programas de computador;
- XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual (Brasil, 1998, grifo nosso).

De acordo com essa lei, uma obra pode ser considerada audiovisual quando resulta da “fixação de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo, bem como dos meios utilizados para sua veiculação” (Brasil, 1998, sem paginação).

Moletta (2009) observa que algumas instituições se encarregam do registro e do recolhimento dos direitos autorais, mas geralmente o próprio autor ou detentor de direitos é o caminho mais rápido e seguro. Entre essas instituições, ele menciona o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais Musicais (ECAD), colabora com associações de músicos e compositores, arrecadando direitos autorais de músicas, letras e arranjos. Atua também em obras audiovisuais sobre a trilha sonora; a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), registra e preserva obras literárias, científicas e roteiros cinematográficos seja em cinema ou vídeo, este por meio do Escritório de Direitos Autorais (EDA). Ela não arrecada os direitos, deixando essa responsabilidade para os próprios autores ou empresas. O registro do roteiro na Biblioteca Nacional é requisito em editais para projetos audiovisuais; e a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), registra textos teatrais e arrecada os direitos dos autores filiados. É importante verificar se a obra audiovisual é uma adaptação de algum texto teatral, seja um trecho, cena ou personagem.

Mesmo que a exibição não tenha fins lucrativos, salienta Moletta (2009), adaptar ou reproduzir um trecho de livro, uma música ou mesmo parte de um programa de TV em um vídeo, por exemplo, sem a devida autorização, é ilegal.

Em se tratando de direitos autorais em repositórios digitais, de acordo com Amaro (2016, p.267), algumas formas de uso afetam diretamente as atividades realizadas na gestão e interação direta, pois, conforme a legislação (Brasil, 1998), a utilização da obra depende de autorização prévia e expressa do autor. Essas formas de uso incluem:

- I - a reprodução parcial ou integral;
- II - a edição;
- III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;
- IV - a tradução para qualquer idioma;
- V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
- VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;
- VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;
- VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:
  - a) representação, recitação ou declamação;
  - b) execução musical;
  - c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos;
  - d) radiodifusão sonora ou televisiva;
  - e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva;
  - f) sonorização ambiental;
  - g) **a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado;**
  - h) emprego de satélites artificiais;
  - i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;
  - j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas;
- IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;
- X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas. (Brasil, 1998, sem paginação, grifo nosso).

O Movimento de Acesso Aberto (*Open Access Movement*), reconhecido como um dos impulsionadores para o surgimento dos repositórios digitais, faz parte desse cenário. A implementação de um Repositório Institucional demanda uma política que oriente a adoção do Acesso Aberto e a gestão dos direitos autorais, garantindo a não violação aos direitos patrimoniais e morais das obras e de seus autores, evitando possíveis implicações legais no futuro (Costa, 2013).

O símbolo de Copyright © sinaliza para o público o detentor dos direitos autorais do item. O preenchimento do campo direitos autorais no padrão Dublin Core (dc.rights holder), com o nome completo do detentor, permite aos usuários do repositório localizarem outras informações sobre o detentor dos direitos autorais e esclarecerem dúvidas sobre as permissões e restrições de uso. (Costa, 2013).

No contexto dos repositórios digitais brasileiros, segundo Amaro (2016, p.270), duas tendências têm sido observadas para lidar com a questão dos direitos autorais: “a utilização de licenças Creative Commons e a declaração de ‘Todos os direitos reservados, conforme Lei nº

9.610' / 'Os itens no repositório estão protegidos por copyright, com todos os direitos reservados, salvo quando é indicado o contrário”.

De acordo com Costa (2013, p.16), “ao escolher o tipo de ‘Regime de Direitos Autorais’, as permissões e restrições de uso poderão já estar previamente definidas, como, por exemplo, no caso das Licenças Creative Commons-CC e Licenças exclusivas e padronizadas”.

No Quadro 8, serão apresentados os seis principais termos de uso padrão das licenças *Creative Commons*.

Quadro 8 - Termos de uso padrão Creative Commons (CC).

Licenças	Descrição
<p>Atribuição (CC BY)</p>  <p>BY</p>	<p>Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem ou criem a partir de sua obra, mesmo que para uso com fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.</p>
<p>Atribuição-Compartilha Igual (CC BY-SA)</p>  <p>BY SA</p>	<p>Esta licença permite que outros remixem, adaptem, e criem a partir de sua obra, ainda que para fins comerciais, desde que atribuam o crédito ao autor e que essas obras sejam licenciadas sob os mesmos termos. Esta licença costuma ser comparada com as licenças de software livre e de código aberto “copyleft”. Todos os trabalhos novos terão a mesma licença, portanto quaisquer trabalhos derivados também permitirão o uso comercial.</p>
<p>Atribuição – Sem Derivações (CC BY-ND)</p>  <p>BY ND</p>	<p>Esta licença permite a redistribuição, para fins comerciais e não comerciais, contanto que a obra seja redistribuída sem modificações e completa, e que os créditos sejam atribuídos ao autor.</p>
<p>Atribuição – Não Comercial (CC BY-NC)</p>  <p>BY NC</p>	<p>Esta licença permite que outros remixem, adaptem, e criem a partir de sua obra para fins não comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.</p>
<p>Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual (CC BY-NC-SA)</p>  <p>BY NC SA</p>	<p>Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir de sua obra para fins não comerciais, e contanto que atribuam crédito ao autor e licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Outros podem fazer o <i>download</i> ou redistribuir a obra da mesma forma que na licença anterior, mas eles também podem traduzir, fazer remixes e elaborar novas histórias com base na obra original. Toda nova obra feita a partir desta deverá ser licenciada com a mesma licença.</p>
<p>Atribuição – Não Comercial – Não Derivados (CC BY-NC-ND)</p>	<p>Esta é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo redistribuição. Ela é comumente chamada “propaganda grátis” pois permite que outros façam <i>download</i> das obras licenciadas e as compartilhem, contanto que mencionem o autor, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais.</p>



Fonte: Creative Commons (2024) e Costa (2013, p.19-21).

Quando se trata de uma obra audiovisual, como um vídeo, surge um desafio significativo em relação aos direitos autorais, especialmente em transmissões ao vivo, como as “*lives*”. Durante o período pandêmico do COVID-19, este desafio se destacou ainda mais. É comum que as pessoas não relacionadas ao evento apareçam no cenário ao fundo, o que levanta reflexões sobre os direitos de uso de imagem.

É importante que produtores de vídeo estejam atentos a essa questão formal dos direitos autorais. Cada indivíduo que participou do vídeo ou permitiu que seu espaço fosse usado para filmagens deve assinar um termo de cessão de uso de imagem. No caso de menores de idade, precisa da autorização dos pais ou responsáveis. Isso é essencial para evitar possíveis complicações futuras, como as quais indivíduos ou estabelecimentos possam solicitar a remoção de suas imagens ou das imagens de seus espaços após a conclusão do trabalho (Moletta, 2009).

### 3.6 Vídeo digital: potencialidades e desafios

Este item versa sobre o potencial do vídeo digital, como tecnologia, e os desafios associados a ele. Para isso, será tratado de forma breve assuntos como a produção do vídeo; as *lives*, o uso de vídeo e o tempo de tela; a divulgação científica e a duração dos vídeos; a acessibilidade em relação aos vídeos; e o futuro do audiovisual digital e as demandas de conexão.

No início deste milênio, a internet era diferente da atual. Borba, Souto e Canedo Junior (2022, p.11) observam que “as possibilidades de enviar arquivos em PDF por e-mail, de sustentar uma interação com palavras via *chat*, de ter ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e alguma interação síncrona com som e imagem” abriram novos horizontes.

No desenvolvimento das tecnologias, houve uma mudança quantitativa na velocidade, relacionada “à banda de fibras óticas e de redes sem fio, o que foi denominado de diversas formas, seja como Web 2.0, 3.0 ou internet rápida. Essa mudança em quantidade leva a uma mudança de qualidade e amplia a possibilidade de transformação” (Borba; Souto; Canedo Junior, 2022, p.11).

A internet rápida aliada à tecnologia digital permitiu uma maior expansão na produção e distribuição do conteúdo audiovisual, tornando-o mais acessível e flexível. De acordo com Borba, Souto e Canedo Junior (2022, p.11), o uso do YouTube, com capacidade “ilimitada” de armazenamento, tornaria algo comum na vida de muitos. “Não era fácil fazer um vídeo em 2010,

e poucos celulares tinham, então, câmeras e capacidade de armazenamento. Mas já era razoavelmente fácil compartilhar um vídeo”.

Na era digital, já era possível criar, editar e compartilhar vídeos com grande facilidade, isso permitiu que criadores independentes contassem suas histórias e se conectassem com seu público por meio deles. De acordo com León e Bourk (2018, p.14), “os indivíduos assumem um papel ativo na produção, difusão e interpretação dos bens culturais, papel que se relaciona com a ideologia do 'Faça Você Mesmo' e também com a indefinição de linhas entre produtores e audiências”. Marques (2020, p.147) pontua que “com o advento da internet e dos telefones móveis, as plataformas de consumo desses produtos se estenderam pelos segmentos sociais, cruzando as barreiras nacionais”.

De acordo com Borba, Souto e Canedo Junior (2022), o *smartphone*, é o maior símbolo atualmente da tecnologia digital, levando a diversas mudanças na cultura de comunicação. Segundo os autores, tem-se quase uma década desde que a “multimodalidade se intensificou com a popularização dos vídeos digitais”.

Já faz algum tempo que as funções do celular vão além de ligações telefônicas: é possível ver as pessoas realizarem conferências via *Skype*, *Zoom*, *Google Meet* ou *Whatsapp*, entre outras vias. A sociedade, em constante movimento de transformação recíproca com tecnologias, tem optado por comunicar-se e organizar-se em termos de lazer e educação com vídeos (Borba, Souto, Canedo Junior, 2022).

Moletta (2019, sem paginação) afirma que “para criar e produzir um vídeo de qualidade não há mais a necessidade de adquirir ou alugar câmeras, acessórios ou ilha de edição profissionais”. Todo o processo de produção de um vídeo pode ser realizado utilizando apenas um *smartphone* e poucos acessórios para celulares, além de um computador pessoal para a finalização e publicação do material.

### **3.6.1 Produção do vídeo**

No cenário em que o *smartphone* é o protagonista, a produção de vídeo se apresenta como um desafio significativo. A produção audiovisual é essencialmente colaborativa, envolvendo um grupo de profissionais com tarefas claras e objetivos definidos. Esses incluem o diretor (responsável pela realização), o produtor (que pode financiar, selecionar os roteiros, elencos e diretores), o diretor de fotografia (responsável pela imagem de um filme), o departamento de arte (responsável por cenários, locações e figurinos), o técnico de som (constrói a arquitetura sonora), e o editor (que organiza os planos filmados, para criar um sentido coerente) (Marques, 2020).

Portanto, criar vídeos utilizando *smartphones*, especialmente por amadores, apresentam desafios consideráveis. É necessário conhecer “primeiramente as funções, as limitações e os princípios técnicos de áudio e vídeo dos smartphones” (Moletta, 2019, sem paginação), além de adotar cuidados minuciosos em todo o processo de produção. O formato de arquivo pode variar dependendo do tipo de *smartphone* ou fabricante, contudo, os formatos mais utilizados para vídeo em sistemas operacionais Android ou iOS incluem mp4, mov e 3GPP (Moletta, 2019).

É importante observar que “a qualidade de imagem de um dispositivo móvel Full HD (resolução 1920p x 1080p) não será a mesma de uma câmera profissional de vídeo Full HD, pois os arquivos de vídeo para celular têm um formato bem mais comprimido para não tomar muito espaço de memória do aparelho”, afirma Moletta (2019, sem paginação). Por esse motivo, explica o autor, devido a essa compressão, ao reproduzir o vídeo do celular em uma TV Full HD, a imagem fica “quadriculada” em alguns momentos. Isso ocorre porque a quantidade de informações quadro a quadro não é a mesma à de uma câmera profissional.

No contexto em que os estudantes atuais crescem imersos em um mundo digital, em que computadores, internet e redes sociais *online*, são parte integrante de suas vidas, produzir um vídeo se torna algo familiar. Eles aprendem interagindo com outras pessoas *online*, usam novos meios de comunicação que moldam sua concepção de conhecimento e seu uso, estão em contato frequente com amigos através das redes para compartilhar e criar novos conhecimentos, e colaboram de forma síncrona e assíncrona para tomar decisões e elaborar novas propostas. Esses estudantes já nascem em um ambiente no qual o digital é algo natural e comum, assim como a utilização de ferramentas tecnológicas para criar conteúdo digitalmente (Borba; Souto; Canedo Junior, 2022).

Portanto, nesse sentido, a produção de vídeos se apresenta como um enfoque pedagógico promissor. De acordo com Borba, Souto e Canedo Junior (2022), alunos de uma disciplina de Matemática Aplicada em um curso de Biologia utilizam o recurso do vídeo digital tanto para obter informações como para apresentar os resultados de seus projetos de modelagem. Eles aprendem, nas diferentes etapas dos processos de produção de vídeos, a produzir seus próprios vídeos para comunicar temas matemáticos escolhidos por eles próprios, de acordo com seus interesses.

Um estudo conduzido por Kousha, Thelwall e Abdoli (2012) investigou o uso acadêmico de vídeos do YouTube nas publicações indexadas no Scopus. Os autores observaram que muitos acadêmicos estão utilizando o YouTube para gravar e compartilhar palestras de cursos. Existem diversos exemplos de uso de vídeos do YouTube em diferentes áreas acadêmicas, incluindo estudos femininos, ensino e aprendizagem de idiomas, musicologia, história, engenharia, agricultura, ciência da computação, química, ciências esportivas, odontologia e educação em

enfermagem. No entanto, é fundamental considerar as preocupações em relação à precisão dos vídeos do YouTube para o ensino acadêmico, especialmente nas áreas de medicina e saúde pública, devido à possibilidade de desinformação. Portanto, tem sido sugerido que fontes governamentais confiáveis estejam envolvidas na publicação de vídeos, visando garantir a veracidade das informações.

A pesquisa revelou um crescimento constante no número de citações de vídeos *online* em publicações acadêmicas desde o lançamento do YouTube, em 2005. Por exemplo, em 2006 foram citados apenas três vídeos do YouTube, já em 2007 foram citados 32 vídeos, enquanto em 2011 esse número aumentou para 719 vídeos (Kousha; Thelwall; Abdoli, 2012).

### 3.6.2 Lives

As *lives*, como afirmam Borba, Souto e Canedo Junior (2022, p.18), “constituem uma prática que se difundiu largamente, impulsionada pelas condicionantes impostas pela pandemia da COVID-19 a partir de 2020”. O surgimento dessas apresentações ao vivo antecede a esse momento de crise na saúde mundial. Mídias sociais como YouTube e Facebook já ofereciam esse recurso interativo aos seus usuários. Porém, “é inegável que a situação de isolamento físico promoveu inúmeras lives” (Borba; Souto; Canedo Junior, 2022, p.18).

Essas apresentações ao vivo e online começaram com artistas e foram para outros setores, como a educação e comunidade científica. Segundo Borba, Souto e Canedo Junior (2022), nessas áreas, uma *live* assume características semelhantes às de uma palestra, possibilitando a participação do público através de perguntas via *chat* ou até mesmo por webcam, dependendo da plataforma utilizada. Ela pode ser considerada como um vídeo ao vivo, posto que sua gravação pode ficar disponível em uma plataforma para visualização posterior.

O “bum” das *lives* representou um momento histórico em que o poder de ação de um vírus se tornou proeminente e acelerou mudanças, não apenas na sociedade em geral, mas também no que diz respeito às novas tecnologias (mídias) (Borba; Souto; Canedo Junior, 2022).

### 3.6.3 Tempo de tela

Em se tratando de possíveis riscos para a sociedade de forma ampla, o uso de vídeos em exagero traz consigo algumas consequências cognitivas, podendo ser vista como causadora de problemas. Segundo Borba, Souto e Canedo Junior, (2022, p.12), “o excesso de informação, a

ansiedade relacionada à ‘vida multitarefa’ e o excesso de tempo de tela são problemas que devem ser estudados, e um equilíbrio deve ser buscado”.

O uso excessivo de telas já vem sendo associado a um maior risco de desenvolver ansiedade em jovens (Khouja, 2019). As respostas ao impacto do tempo de tela na saúde mental variam em diferentes fases da vida (crianças, adolescentes, adultos e idosos). Santos (2023, p.7) afirma que “o uso de telas apontou fatores particulares com adolescentes apresentando mais autoagressão relacionada ao uso de telas; adultos mais estresse, idosos mais sofrimento psicológico e crianças apresentaram mais problemas de comportamentos”. De acordo com a autora, o conteúdo das telas tem um impacto significativo na saúde mental e não somente a contabilização do tempo de uso.

O indicador “tempo de tela” pode não ser o mais adequado para as investigar os efeitos da exposição a dispositivos de tela na saúde mental. Para Santos (2023, p.7), em pesquisas futuras, deve-se levar em consideração “a ideia de que nos encontramos irremediavelmente envolvidos pelas telas e resta descobrir maneiras de se conviver de forma saudável com essa nova realidade”.

#### **3.6.4 A divulgação científica e a duração dos vídeos**

A divulgação científica, segundo Zaganelli (2020, p.242), representa um horizonte de riquezas. Para a autora ela atua “no processo de transformação da linguagem especializada de um campo do conhecimento, de difícil entendimento pelo leigo, para a linguagem comum, simples, fácil de ser entendida por qualquer pessoa”. Isso inclui livros didáticos, palestras de pesquisadores, histórias em quadrinhos, e outros meios, como os vídeos.

De acordo com Buss *et al.* (2022, p.154), “a divulgação científica através de vídeos promove uma aproximação com o público a que se dirige, pois apresenta um conteúdo mais atrativo e menos formal”. Pesquisadores e revistas científicas vêm utilizando vídeos curtos para divulgar suas produções, essa estratégia é conhecida como *video abstract* (vídeo-resumo). Essa forma de divulgar uma produção científica é didática e ilustrativa, o que facilita a apresentação e divulgação dos trabalhos em vídeo (Buss *et al.*, 2022).

A duração dos vídeos de divulgação científica, se o vídeo pode se prolongar ou não, não é exato. De forma geral, os vídeos curtos são os favoritos por muitos, como por exemplo, os vídeos instrutivos estão como os preferidos por alguns estudantes de *e-learning* durante a pandemia COVID-19, por serem de curta duração (Atashinsadaf *et al.*, 2024), como também são utilizados como itens didáticos em cursos à distância (Borba; Souto; Canedo Junior, 2022). No entanto, quando se trata de alcançar um público “leigo” e atrair aqueles que desejam adquirir um

determinado conhecimento, um vídeo curto é geralmente o mais indicado (Brasil, 2020.1, sem paginação).

Nessa perspectiva, “o YouTube é um espaço propício para a decodificação ou recodificação do discurso científico para o público não especializado”, afirma Carvalho (2016, p.5), contudo não é o ideal, por ser uma plataforma particular e não institucional. A plataforma possibilita a publicação de vídeos com diferentes tipos de roteiro: desde alguém falando para a câmera, seja parada ou em movimento, até a inserção de legendas, trilhas sonoras e elementos gráficos. Esses vídeos podem variar em duração, sendo curtos de um minuto ou mais longos com três horas de duração (Carvalho, 2016).

### **3.6.5 Acessibilidade**

Inicialmente, faz-se necessário compreender o termo acessibilidade ao qual trata este estudo. Entende-se como acessibilidade “a possibilidade e condição de alcance de uma pessoa com deficiência em utilizar o meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços” (Santos Junior; Oliveira; Oliveira, 2010, p.1).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, considera-se Pessoa com Deficiência (PcD) “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, página online).

A acessibilidade nos meios de comunicação é uma temática de extrema importância. Os conteúdos apresentados em meios digitais, como os vídeos, têm o potencial de democratizar o acesso à informação. Portanto, Salton, Agnol e Turcatti (2017) destacam que é fundamental refletir sobre a tecnologia e sua consequente transformação na vida de todas as pessoas, em especial daquelas que apresentam alguma limitação física, cognitiva e sensorial.

A importância das estratégias de acessibilidade informacional é destacada como fundamental para a democratização do consumo de informações voltadas para a divulgação e popularização da ciência, em especial em ambientes informacionais como os repositórios digitais (Silva *et al.*, 2022).

A utilização de áudio e vídeo pode apresentar algumas barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência visual ou auditiva. Por isso, implementar acessibilidade em conteúdos multimídia é essencial. Para isso, existem maneiras de tornar esses conteúdos mais acessíveis na utilização, como legendas, transcrição, audiodescrição e para um maior nível de acessibilidade,

ainda é preciso oferecer a informação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), pois muitos surdos têm como primeira língua a Libras (Sá; Hubert; Nunes, 2020).

Para um conteúdo somente em áudio, torna-se inacessível para pessoas com deficiência auditiva. Por isso, é preciso fornecer uma alternativa em texto, chamada de transcrição textual. Além disso, para um maior nível de acessibilidade, é preciso oferecer a informação, também, em Libras (Língua Brasileira de Sinais). A língua Libras não é a gestualização da Língua Portuguesa, e sim uma língua à parte, com uma estrutura gramatical própria. É de extrema importância as expressões corporais e faciais, como a localização das mãos em relação ao corpo e a movimentação realizada para produzir o sinal. (Salton; Agnol; Turcatti, 2017).

Tanto as pessoas com deficiência visual quanto auditiva podem encontrar dificuldades para acessar e compreender o conteúdo de vídeos. Por isso, um dos recursos necessários são as legendas, que segundo Salton, Agnol e Turcatti (2017, p.67), “são textos sincronizados equivalentes ao conteúdo de áudio existente em um vídeo”.

Existem três tipos de legendas: a Closed Caption (CC), essas legendas precisam ser ativadas para aparecerem durante o vídeo; o Open Caption (OC), estas estão sempre visíveis, sem a necessidade de ativação; e o Real Time Caption, são criadas em tempo real e representam as legendas de vídeo ao vivo, ou seja, são geradas simultaneamente à apresentação do vídeo por pessoal especializado, utilizando *softwares* e equipamentos específicos (Sá; Hubert; Nunes, 2020.1).

Além das legendas, para alguns vídeos, ainda será necessário incluir uma faixa de audiodescrição para que haja o total acesso. Conforme Pozzobon (2024), o recurso consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que são percebidas visualmente e que não estão incluídas nos diálogos, como expressões faciais e corporais, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela. Sá, Hubert e Nunes (2020) esclarecem que as descrições aparecem no espaço entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras, sem sobrepor o conteúdo em áudio original do vídeo e é realizada por profissionais especializados nessa área, o(a) audiodescritor(a).

A audiodescrição (AD) pode ser pré-gravada, ao vivo ou simultânea. A AD pré-gravada, um audiodescritor-roteirista especializado estuda a obra, produzindo um roteiro detalhado para que seja gravado em estúdio e mixado à banda de áudio do produto audiovisual. A AD ao vivo acontece *in loco*, sendo narrada no momento em que o produto audiovisual está sendo apresentado. Apesar de ser ao vivo, a AD é roteirizada, e cabe ao audiodescritor-locutor acompanhar o tempo real do evento. E por fim, a AD simultânea, também é ao vivo, contudo sem preparação. Dessa

forma, o roteiro não existe e o audiodescritor-locutor terá que ser hábil e rápido para descrever imagens que lhe são apresentadas pela primeira vez (Sá; Hubert; Nunes, 2020).

Ainda de acordo com Sá, Hubert e Nunes (2020), além de ser destinada a pessoas com deficiência visual, a AD também é voltada para pessoas com deficiência intelectual, idosos, disléxicos, autistas, pessoas com déficit de atenção, e pessoas sem deficiência, que podem ampliar o senso de observação e o entendimento de espetáculos e produtos audiovisuais.

A navegação em sites acessíveis ou a leitura de materiais com acessibilidade é facilitada pela tecnologia, especialmente pelos leitores de tela. O leitor de tela é um *software* utilizado por pessoas com alguma deficiência visual, que transforma em áudio as informações apresentadas na forma de texto em um computador. Existem leitores de tela para Windows, o JAWS, que é pago, e o NVDA, que é gratuito, para Linux é o Orca, e o IOS oferece como leitor padrão o VoiceOver, inclusive no iPhone e iPad. Já o Android apresenta o leitor de tela TalkBack. (Sá; Hubert; Nunes, 2020; Salton; Agnol; Turcatti, 2017).

Salton, Agnol e Turcatti (2017) esclarecem que a navegação em páginas web geralmente ocorre de duas maneiras: utilizando a tecla Tab para percorrer os links da página, ou usando as setas para uma leitura linear do conteúdo. Alguns *sites* oferecem atalhos de teclado que facilitam e agilizam a navegação com leitores de tela. A estrutura dos documentos e das páginas web determina o que será lido pelo leitor de tela para o usuário. Assim, documentos e sites que não seguem as recomendações de acessibilidade podem ter uma estrutura confusa, o que pode dificultar a interpretação do conteúdo pelos leitores de tela ou resultar em interpretações incompletas.

### **3.6.6 O futuro dos vídeos e as demandas de conexão**

Pessoas que buscam informações sobre Ciência e Tecnologia (C&T) na internet utilizam principalmente vídeos e outras mídias digitais. Essa tendência é confirmada por uma pesquisa conduzida na Espanha em 2022 pela Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT, 2023).

A internet é o meio mais utilizado para obter informações sobre C&T, com 46,3% dos entrevistados, seguida pela televisão com 23,3% e revistas científicas com 6,2%. Especificamente sobre os meios de divulgação de C&T na internet, os vídeos (*YouTube* ou similares) ficaram em primeiro lugar, com 68,1%, superando as redes sociais que caíram de 75,4% em 2016 para 64,9% em 2022 (FECYT, 2023).

O relatório *Cisco Annual Internet Report* (2018-2023), fornece uma análise global e previsões sobre a transformação digital em alguns setores de negócios. Ele trata sobre a evolução

da banda larga fixa (em Mbps), *Wi-Fi* e redes móveis (3G, 4G e 5G) em termos de velocidade de conexão. Um aspecto importante a observar é a velocidade da internet, que desempenha um papel importante no acesso aos conteúdos de vídeos *online*. Assim como os dispositivos de vídeo no tráfego e as tendências futuras relacionadas à demanda por largura de banda (Mbps) (CISCO, 2020).

A velocidade média global de banda larga fixa (em Mbps) está em constante crescimento e mais do que dobrou entre 2018 e 2023, passando de 45,9 Mbps para 110,4 Mbps. Essa evolução é importante para atender às demandas do usuário, especialmente em relação ao consumo de vídeos *online*. Para ilustrar a importância dessa velocidade, pode-se citar como exemplo o tempo necessário para baixar um filme em HD (*High Definition*). A uma velocidade de 10 Mbps, leva cerca de 20 minutos; a 25 Mbps, leva 9 minutos; no entanto, a 100 Mbps, leva apenas 2 minutos. Altas velocidades de banda larga serão fundamentais para suportar o armazenamento em nuvem do consumidor, permitindo que o *download* de grandes arquivos multimídia seja tão rápido quanto transferir um disco rígido (CISCO, 2020).

O Cisco (2020) destaca a importância de acompanhar a mudança na combinação de dispositivos e conexões, bem como o crescimento na posse de múltiplos dispositivos, pois isso afeta os padrões de tráfego de dados na rede. Os dispositivos de vídeo têm um papel importante nesse cenário, especialmente com o avanço do *streaming* de vídeo de *Ultra High Definition* (UHD) ou 4K, que possui uma taxa de bits maior do que o vídeo em Alta Definição (HD) e Definição Padrão (SD). Essa tecnologia demanda maior velocidade de conexão devido a taxa de bits mais elevada, resultando em um maior consumo de dados.

A evolução para o 4K e a crescente demanda por vídeos nessa qualidade têm implicações para a infraestrutura de internet e a velocidade de conexão. A taxa de bits para o vídeo em 4K varia entre 15 e 18 Mbps, mais que o dobro da taxa de bits do vídeo em HD, que varia entre 5 e 7,2 Mbps, e cerca de nove vezes maior do que a taxa de bits do vídeo em Definição Padrão (SD), de 2 Mbps. Portanto, a reprodução de vídeos em 4K exige uma conexão de internet mais rápida para garantir uma experiência de visualização fluída e de alta qualidade (CISCO, 2020).

A disponibilidade de alta velocidade de conexão, que em alguns países já atinge velocidades superiores a 125 Mbps, está abrindo caminho para futuras demandas de vídeo. É relevante ressaltar que o consumo de vídeo e outros aplicativos continuam a ser de enorme demanda nas residências. No entanto, espera-se que haja uma procura crescente por largura de banda no futuro, devido aos requisitos dos aplicativos em desenvolvimento (CISCO, 2020).

Estima-se que a demanda por largura de banda e vídeo na casa conectada do futuro apresentará uma variedade de aplicativos, cada um com necessidades distintas de velocidade.

Nesse cenário, são explorados aplicativos de vídeo do futuro, com as velocidades medidas em Mbps (velocidade de banda larga fixa). Aplicações como *streaming* de UHD (16 Mbps), *streaming* de realidade virtual (17 Mbps), vídeo IP de UHD (51 Mbps), TV de parede 8K (100 Mbps), VR em HD (167 Mbps) e VR de UHD (500 Mbps), exigirão velocidades específicas, algumas delas relativamente distantes da média global de 110,4 Mbps (CISCO, 2020). Isso sugere que a evolução tecnológica nessa área continuará, com o desenvolvimento de aplicativos de vídeo, velocidade de internet e dispositivos, para atender a essas crescentes demandas. Os usuários provavelmente irão utilizar cada vez mais vídeos digitais com maior qualidade visual e recursos imersivos.

Em relação às conexões móveis, a previsão é de que a velocidade média global de rede móvel em 2018 era de 13,2 Mbps, triplicando em 2023, chegando a 43,9 Mbps (CISCO, 2020).

Há evidências anedóticas que apoiam a ideia de que o uso geral aumenta quando a velocidade da internet aumenta, embora muitas vezes haja um atraso entre o aumento da velocidade e o aumento do uso, que pode variar de alguns meses a vários anos. O oposto também pode ocorrer, com a adoção explosiva de aplicativos emergentes, como IoT (Internet das Coisas), VR (Realidade Virtual) e AR (Realidade Aumentada), e jogos em nuvem em *tablets* e *smartphones*, no qual há um atraso em experimentar as velocidades que esses dispositivos podem suportar (CISCO, 2020).

O cenário apresentado pelo Cisco reforça a relevância dos vídeos digitais como meio de comunicação, especialmente no campo da Ciência e Tecnologia. A adequação à evolução tecnológica e o investimento em recursos de banda larga são essenciais para garantir o acesso e a qualidade dos vídeos, ampliando o alcance para um público cada vez mais diversificado e global.

## 4 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Este item visa explorar os repositórios digitais, mais especificamente o Repositório Institucional (RI), compreendendo o seu papel em salvaguardar e preservar a produção técnico-científica de uma instituição, especialmente os objetos digitais audiovisuais, os vídeos.

O conteúdo científico audiovisual, veiculado pelos vídeos digitais, está muitas vezes disponível na *Web*, porém de forma desorganizada, fazendo-se necessário um local seguro para reunir esse material otimizando sua visibilidade e recuperação em um único espaço informacional. Nesse sentido, um Repositório Institucional (RI), ao estabelecer políticas, ferramentas e ações de preservação para lidar com documentos digitais, oferece uma possibilidade confiável para se ter acesso, preservação, compartilhamento, divulgação, como também para salvaguardar esse conteúdo.

Antes de definir o Repositório Institucional, é preciso considerar um conceito mais amplo, os Repositórios Digitais (RDs). Um repositório digital, conforme descrito por Tsipi *et al.* (2023), pode ser uma plataforma centralizada para organizações culturais ou museus armazenarem e gerirem conteúdos digitais, tais como imagens, vídeos, ficheiros e modelos 3D de objetos do património cultural. Como também, segundo Cofield, Childs e Majewski (2024), são responsáveis pela gestão, preservação e disponibilização de registros e dados digitais de uma instituição, mas não coleções físicas.

De acordo com Leite *et al.* (2012), os RDs podem ser categorizados como temáticos (que se concentram na produção intelectual de áreas específicas do conhecimento) ou institucionais (dedicados à produção científica de uma determinada instituição). Neste trabalho, o foco está nos Repositórios Institucionais.

Nos últimos anos, os repositórios institucionais digitais, tais como os sistemas acadêmicos, emergiram como ferramentas modernas para promover e divulgar objetos científicos digitais por meio da Internet (Formanek, 2021). Conforme observado por Camargo e Vidotti (2009, p.55), dentro do contexto das instituições de ensino superior e de pesquisa, “os repositórios digitais possibilitam o controle, a preservação e a visibilidade da produção científica, minimizando custos de publicações e permitindo o acesso irrestrito de outras comunidades universitárias e de pesquisa e da sociedade em geral”.

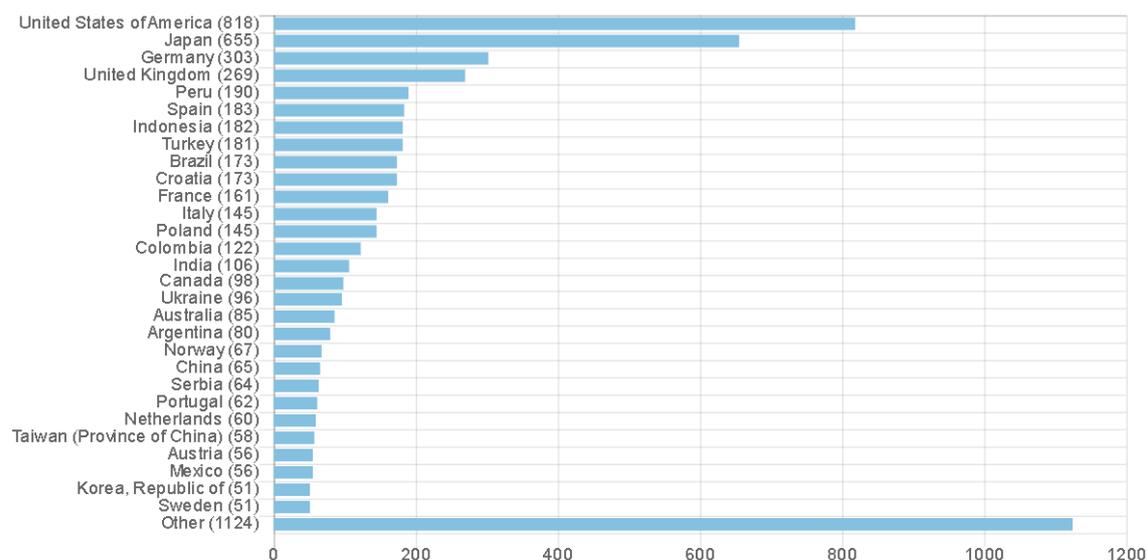
O acesso aberto à literatura desempenha um papel fundamental ao fornecer acesso universal à informação e ao conhecimento (Loan, 2014). Além de concretizar o acesso aberto, um Repositório Institucional substancia o valor das instituições de pesquisa, preservando a sua produção científica a longo prazo e divulgando-a ao público (Cho, 2019). Esses repositórios estão

integrados ao Movimento de Acesso Aberto (*Open Access Movement*), possibilitando ampliar a comunidade de usuários da informação de maneira ampla e sem restrições (Freitas, Silva, Guimarães, 2009).

De acordo com o *Directory of Open Access Repositories – OpenDOAR*, em de 29 de janeiro de 2024, existem 5.879 repositórios digitais registrados em todo o mundo (OpenDOAR, 2024). Costa e Leite (2009) destacam que esse é o principal diretório de registro de repositório digitais de Acesso Aberto. No entanto, é importante considerar que a quantidade de repositórios listados no OpenDOAR pode não refletir precisamente a realidade, uma vez que o registro é voluntário, sugerindo que o número de repositórios pode ser ainda maior.

De acordo com as estatísticas, o Brasil ocupa a nona posição com 173 repositórios registrados (Ver Gráfico 1), em posição igual a Croácia, superando países como França (n=161), Itália (n=145), Índia (n=106), Canadá (n=98) e México (n=56).

Gráfico 1 - Quantitativo de repositórios por país.



Fonte: OpenDOAR (2024).

Para Dodebei (2009), um RI é uma base de dados digital e virtual de caráter coletivo e cumulativo, representando a memória da instituição. Ele é de acesso aberto e interoperável, destinado a coletar, armazenar, disseminar e preservar digitalmente a produção intelectual de uma determinada instituição. Leite *et al.* (2012, p.7) corrobora que “um repositório institucional de acesso aberto constitui um serviço de informação científica [...], dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição (universidades ou institutos de pesquisa)”.

Leite *et al.* (2012, p.8) reforça a ideia primordial dessa categoria de repositório, ao qual “servem para o depósito de material já publicado. É importante frisar que Repositórios

Institucionais são veículos de maximização da disseminação de resultados de pesquisa, dado que tornam seus conteúdos disponíveis e acessíveis amplamente”. Um dos principais usos dos RIs é o depósito de trabalhos científicos que já foram publicados, incluindo artigos, teses, dissertações e outros tipos de materiais.

Segundo Sitek e Bertelmann, (2014), um Repositório Institucional organizado por uma instituição contém as publicações de seus pesquisadores. O depósito de suas produções em tal repositório, de acesso aberto, tem inúmeras vantagens. Um grande benefício é o suporte que o operador do repositório oferece a seus usuários, a preservação digital do material armazenado é garantida assim que a identificação explícita é fornecida, ele garante que todas as publicações sejam marcadas com metadados precisos e padronizados.

A criação de um repositório digital por si só não garante a preservação dos materiais digitais a longo prazo. É essencial ter uma política de preservação bem estruturada, que inclua ferramentas e ações específicas de preservação. A política de preservação digital é um componente importante ao processo, pois engloba todo o planejamento para o desenvolvimento das ações de preservação dos documentos digitais, estabelecendo diretrizes e objetivos (Souza, Aganette, 2022).

No que se refere à preservação digital, “a referência mais sólida é o *Open Archival Information System (OAIS)*, desenvolvido pelo *Consultative Comitee for Space Data Systems (CCSDS)* e aprovado como padrão ISO 14721:2003 – posteriormente revisado em 2012” (Buarque; Machado; Pontes, 2020, p.737). Os Repositórios Institucionais devem de preferência estar em conformidade com um modelo de referência, como o padrão OAIS, “por ser uma solução voltada para a presunção da autenticidade, a preservação e o acesso de longo prazo aos documentos” (Buarque; Machado; Pontes, 2020).

O OAIS “estabelece um modelo de informação e um modelo funcional, ou seja, descreve as informações e as funções necessárias para a preservação de longo prazo” (Sayão, Marcondes, 2009, p.40), é um modelo de referência conceitual e de alto nível para um Sistema Aberto de Arquivamento de Informações (Machado, 2023). E por isso, segundo Sayão e Marcondes (2009, p.40), alguns itens devem ser considerados:

- Norma ISO/OAIS – avalia o grau de aderência – parcial ou total – do software à norma OAIS e a sua capacidade de implementar os modelos de informação e funcional conforme especificada pelo modelo OAIS.
- Outras metodologias – avalia se o software apoia ou aplica outras metodologias – cumulativamente ou não com o OAIS –, como por exemplo, a conversão das informações para formatos padronizados, como o XML ou texto puro;
- Migração – avalia a disponibilidade de ferramentas de apoio à gestão do processo de migração;
- Outras estratégias de preservação digital – avalia a disponibilidade de aplicação de alguma outra estratégia de preservação.

Um RI oferece uma base sólida para os resultados de pesquisas, desempenhando um papel importante no processo de publicação. Por isso, ter uma compreensão clara de como gerenciar seu conteúdo é essencial para que a equipe do repositório, os autores, os coletores de dados, a comunidade acadêmica, e o público em geral tirem o máximo de proveito dessa plataforma (OpenDOAR, 2024)

Portanto, políticas de informações claras e bem definidas promovem a padronização do serviço, estabelecem as expectativas dos usuários e contribuem para aumentar o impacto e a visibilidade da pesquisa. Conforme detalhado no Diretório de Repositórios de Acesso Aberto (OpenDOAR, 2024), existem cinco áreas políticas principais que atendem as melhores práticas para garantir conformidade com o acesso aberto. Essas áreas são: política de metadados; política de dados; política de conteúdo; política de submissão; e política de preservação. No Quadro 9, estão descritas essas políticas, que serão utilizadas como apoio para a análise das políticas de informação dos RIs selecionados para o estudo de caso múltiplo, apresentado posteriormente.

Quadro 9 - Áreas principais de política de informação em conformidade com o Acesso Aberto (OpenDOAR).

<b>Políticas de informação</b>	<b>Descrição</b>
Política de metadados	define os direitos e permissões de acesso às informações que descrevem os itens no repositório, bem como os requisitos mínimos de metadados.
Política de dados	declara os direitos de acesso e permissões de re(utilização) para o texto completo e outros conjuntos de dados.
Política de conteúdo	especifica os tipos e versões de documentos e conjuntos de dados mantidos
Política de submissão	relativa a depositantes elegíveis, controle de qualidade e declarações de direitos autorais
Política de preservação	estabelece protocolos para a retenção, migração e retirada de longo prazo dos itens depositados.

Fonte: OpenDOAR (2024).

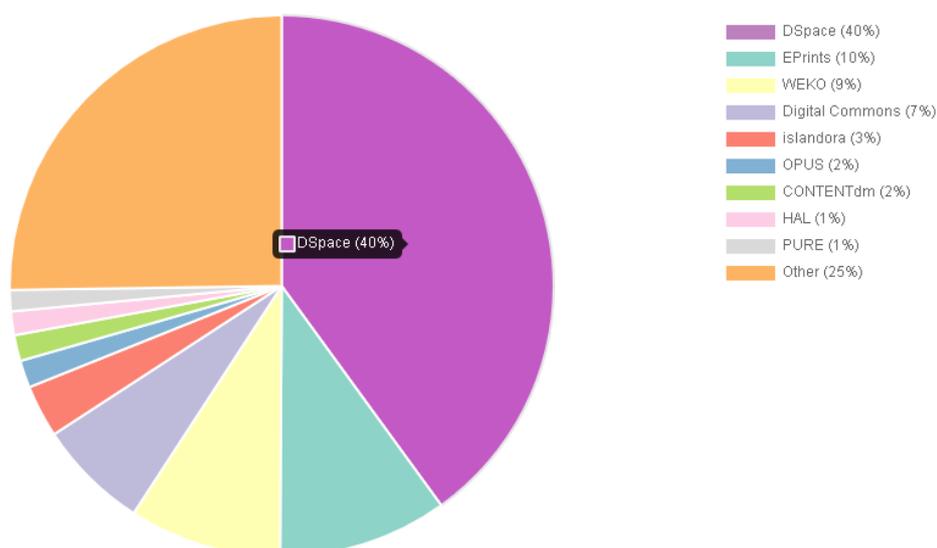
Os RIs desempenham um papel fundamental, também, na preservação de recursos audiovisuais, oferecendo um ambiente seguro que garante a disponibilidade contínua desses materiais a longo prazo. O documento audiovisual, possui características e complexidade muito particulares. Eles “são mais vulneráveis a danos causados por manuseio inadequado, equipamentos mal conservados e armazenamento precário”, afirmam Buarque, Machado e Pontes (2020, p.737).

Em relação ao vídeo digital, comparados a outros gêneros documentais, ele apresenta maior complexidade, cuja estrutura necessariamente deve possuir um contêiner, um ou mais codecs, além de outros elementos acessórios (Buarque; Machado; Pontes, 2020). Para obter mais detalhes sobre os formatos e codecs de vídeos, recomenda-se consultar a subseção 3.1, intitulada “Formatos utilizados para vídeo”.

O sistema de Repositório Institucional emprega diversos *softwares*, como E-repository, EARMAS, Eprint, iLisSurf, iLiswave Infolib, NALIS-R, WEKO e XooNIps, sendo o DSpace o mais usado e popular para executar bibliotecas e repositórios digitais. (Cho, 2017; Formanek, 2021).

O OpenDOAR (2024) corrobora com essa preferência, mostrando que o DSpace, entre os sistemas utilizados, é o mais comumente *software* adotado pelos repositórios digitais registrados no diretório, como apresentado na Figura 3. Conforme observado por Dodebei (2009, p.91), o *software* “não foi concebido para competir com as editoras tradicionais, mas foi criado como uma tecnologia que permite a reunião de diversos tipos de conteúdos: artigos, teses, materiais culturais, literatura cinzenta, imagens paradas e em movimento, artefatos, entre outros”.

Figura 3 - Utilização de plataformas de software.



Fonte: OpenDOAR (2024).

Os repositórios digitais fazem uso de ferramentas de auxílio ao seu desenvolvimento como o DSpace (Camargo; Vidotti, 2009). Trata-se de “um projeto cooperativo de desenvolvimento liderado pelas bibliotecas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e pelos laboratórios da corporação *Hewlett-Packard* (HP)” (Sayão, Marcondes, 2009, p.44). Atualmente, o *software* DSpace e a comunidade de usuários recebem liderança e orientação da LYRISIS (DSpace, 2024).

Concluindo esta seção, torna-se perceptível o papel e a importância dos RIs como bancos de dados digitais, responsáveis por armazenar e preservar a produção científica de uma instituição. Por meio do estabelecimento de uma política de informação bem estruturada, ferramentas e ações de preservação previamente planejadas, esses repositórios não apenas garantem um ambiente seguro para a salvaguarda desses documentos, mas também asseguram a longevidade dos recursos digitais.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa. Para proporcionar uma compreensão mais clara das etapas metodológicas do estudo, será organizada em subseções. A subseção 5.1 traz a caracterização da pesquisa, enquanto a subseção 5.2 contextualiza sua origem, destacando a seleção dos Repositórios Institucionais (RIs). A subseção 5.3 detalha os objetivos específicos e descreve as etapas metodológicas adotadas. Por fim, a subseção 5.4 discute as limitações identificadas durante a análise.

### 5.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativo e quantitativo. Segundo os objetivos é de natureza exploratória quanto aos procedimentos utilizará as abordagens estudo de caso múltiplo e pesquisa documental.

Quanto a abordagem qualitativa consistirá na análise interpretativa dos dados coletados e na observação de fatos reais. Segundo Botelho e Cruz (2013, p.55), a pesquisa qualitativa “permite que o pesquisador se aprofunde no estudo do fenômeno ao mesmo tempo em que tem o ambiente natural como a fonte direta para coleta de dados”. Essa abordagem proporciona uma compreensão mais profunda sobre o audiovisual, sua importância como recurso informacional e as formas de aplicação em Repositórios Institucionais.

Trata-se de pesquisa exploratória por ter como “objetivo proporcionar familiaridade com o problema, maximizando o conhecimento do pesquisador em relação a este”. (Bruchêz, *et. al.* 2015, p. 04). Aqui, foi construída a base teórica da pesquisa, a fundamentação na CI, com foco na mídia audiovisual, especialmente o vídeo digital. Serão discutidos conceitos e aspectos relacionados ao vídeo digital, sua relevância como fonte de informação para a comunicação científica e o que é requerido para sua disponibilização em Repositórios Institucionais.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo se apoia na pesquisa bibliográfica para o levantamento dos referenciais teóricos que foram escolhidos de forma intencional pela relevância já estabelecida na área. Segundo Köche (2006, p.122), a pesquisa bibliográfica tem o objetivo de “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema.”. Portanto, para este estudo foram consultadas algumas fontes de informação, tais como: bases de dados, inclusive da área de CI, revistas eletrônicas, artigos de periódicos, artigos de anais de eventos da área de CI, páginas *online* especializadas no tema vídeo digital, manuais disponíveis na internet e livros digitais sobre audiovisual e vídeo. A partir dessa

investigação, foi possível identificar os principais desafios e vantagens relacionados ao vídeo digital, bem como temas associados a ele, contribuindo para a construção teórica da pesquisa.

E, por fim, se caracteriza, como pesquisa documental, pois foram analisadas as Políticas de Informação dos Repositórios Institucionais Públicos Federais participantes do estudo de caso múltiplo. Durante essa análise, foram identificadas iniciativas políticas associadas ao vídeo digital, desde a conformidade com padrões de metadados até questões relacionadas à acessibilidade dos vídeos, entre outros aspectos relevantes.

## 5.2 Contexto da pesquisa

Os Repositórios Institucionais analisados para o estudo de caso múltiplo desta pesquisa, foram selecionados a partir de uma lista de repositórios digitais brasileiros de acesso aberto, que contêm publicações científicas, viabilizada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)<sup>1</sup>. Esta lista é formada por 110 itens, incluindo repositórios e bibliotecas digitais, os quais estão listados no Apêndice B. Para esta pesquisa, serão analisados apenas quatro RIs que atendem aos critérios.

Para iniciar a pesquisa, foram selecionados os Repositórios Institucionais, totalizando 110 itens. Durante essa etapa, foram estabelecidos critérios específicos, concentrando-se apenas em Instituições Públicas Federais que incluíssem o recurso audiovisual em sua Política de Informação. Devido a algumas restrições, tais como: a indisponibilidade de alguns *links* de acesso aos repositórios, a presença de bibliotecas digitais e Instituições de Ensino Superior Privadas, bem como o fato de alguns repositórios disponibilizarem vídeos em sua coleção, mas não os incluir em sua Política de Informação, muitos deles foram excluídos da análise.

Ao final, após examinar os 110 itens foram identificados quatro RIs que atendiam aos critérios estabelecidos.

Dessa forma, o estudo de caso múltiplo envolverá a análise dos seguintes repositórios: Repositório Institucional da UFF, Lume Repositório Digital UFRGS, Repositório Institucional UFC e o Arca Repositório Institucional da Fiocruz. A seleção dos dados foi concluída em 11 de junho de 2023.

## 5.3 Etapas metodológicas

---

<sup>1</sup> Acesso em: <http://sithistorico.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais/repositorios-brasileiros>

A análise foi realizada nos Repositórios Institucionais Federais que possuem uma política de inclusão de recursos audiovisuais digitais. Para isso, foram selecionados quatro Repositórios Institucionais (RIs).

O primeiro objetivo deste estudo foi caracterizar os vídeos, que estão disponíveis nos Repositórios Institucionais selecionados para o estudo de caso múltiplo. Para seleção do vídeo analisado, foi adotado o critério de escolher o primeiro da lista disponibilizada pelo repositório. Para alcançar esse objetivo, foi utilizada a técnica instrumental “guia de observação não participante” (Apêndice A), no qual “o observador não se revela, mantém a sua identidade preservada, desenvolvendo a sua atividade sem ser notado pelos sujeitos da pesquisa, ou seja, sem estabelecer relações interpessoais com o grupo” (Botelho, Cruz, 2013, p.85). Este guia foi elaborado seguindo o padrão Dublin Core, sendo composto por 15 elementos de nível simples, além de três elementos adicionais de nível qualificado.

O segundo objetivo consistiu em examinar o uso e a disponibilidade dos recursos audiovisuais. Para a realização desse propósito, foi utilizada a técnica de observação direta nas páginas dos repositórios participantes do estudo de caso múltiplo. Durante essa etapa, foram observados alguns aspectos, tais como o método de armazenamento ou uso de *link* externo dos vídeos; a quantidade total de vídeos disponibilizados nos repositórios; as estatísticas de acesso e *download*; e a utilização de recursos de acessibilidade.

Como mencionado anteriormente, o vídeo selecionado para a verificação dos metadados é sempre o primeiro da lista disponibilizada pelo repositório em análise. Em seguida, observou-se o funcionamento desse vídeo tanto na plataforma em que ele estava disponível diretamente, quanto em uma plataforma externa de compartilhamento de vídeos. Durante a análise, além de avaliar o funcionamento, foi verificado se eles ofereciam legendas ou transcrições, audiodescrição e a interpretação em LIBRAS. O objetivo dessa verificação foi avaliar a acessibilidade do conteúdo apresentado nos vídeos.

O terceiro objetivo constituiu em identificar as iniciativas para a disponibilização dos vídeos digitais nos RIs. Portanto, para sua execução, foram verificadas as Políticas de Informação dos repositórios participantes do estudo. Dessa maneira, foram identificadas as principais áreas políticas recomendadas pelo OpenDOAR (2024), que satisfazem as melhores práticas em conformidade com o Acesso Aberto. E, para isso, foi elaborado um Guia de observação não participante, seguindo as recomendações do *Directory of Open Access Repositories - OpenDOAR* (2024) (Apêndice C). Nesse processo de observação, foi acrescida a categoria acessibilidade, buscando identificar nas Políticas dos repositórios, aspectos relacionados a esse tema.

Com essa metodologia, busca-se compreender, de forma inicial, como os vídeos estão sendo disponibilizados e utilizados nos Repositórios Institucionais. Para uma visualização mais clara desses procedimentos metodológicos, é apresentado a seguir, no Quadro 10, a seguinte estrutura: método, fontes, técnica/instrumento, método de análise e categorias.

Quadro 10 - Estratégia de pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO	FONTES	TÉCNICA/ INSTRUMENTO	CATEGORIAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Caracterizar os recursos audiovisuais que são disponibilizados pelos Repositórios Institucionais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estudo de caso múltiplo;</li> <li>▪ Pesquisa documental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Repositórios Institucionais;</li> <li>▪ Políticas de Informação dos RIs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Observação direta;</li> <li>▪ Guia de observação não participante. (Apêndice A+C)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Metadados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Examinar o uso e disponibilidade do recurso audiovisual nos RIs;</li> </ul>	Estudo de caso múltiplo	Repositórios Institucionais	Observação direta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Armazenamento/link externo;</li> <li>• Quantidade de vídeos disponibilizados nos Repositórios;</li> <li>• Estatística de acesso/<i>download</i> dos vídeos;</li> <li>• Acessibilidade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificar as iniciativas para a disponibilização dos vídeos digitais nos RIs.</li> </ul>	Pesquisa documental	Políticas de informação dos RIs	Guia de observação não participante (Apêndice C)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política de metadados;</li> <li>• Política de dados;</li> <li>• Política de conteúdo;</li> <li>• Política de submissão;</li> <li>• Política de preservação;</li> <li>• Acessibilidade.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados obtidos pela pesquisa poderão contribuir nas práticas de disponibilização de recursos audiovisuais em Repositórios Institucionais. Como também, podem fornecer subsídios para estudos futuros realizados por pesquisadores, profissionais da informação, gestores de RIs e demais interessados no tema.

#### 5.4 Limitações da pesquisa

A pesquisa enfrentou algumas limitações e dificuldades que influenciaram o desenvolvimento do estudo. É importante destacar essas limitações, pois elas afetaram diretamente a coleta de dados, a análise dos resultados e a interpretação dos achados.

Inicialmente, o plano consistia em realizar unicamente uma pesquisa bibliográfica na base de dados *web of science* para identificar trabalhos relacionados a essa temática e, com base nessas informações, definir as boas práticas para uma eficiente disponibilidade de vídeos digitais em Repositórios Institucionais (RIs). No entanto, percebeu-se a necessidade de compreender como esse recurso está sendo utilizado nos RIs antes de estabelecer tais práticas, uma vez que uma análise baseada apenas em artigos nacionais e internacionais seria superficial. Portanto, optou-se por selecionar alguns repositórios para uma análise mais aprofundada. No decorrer da pesquisa, observou-se a necessidade do contato com os gestores dos repositórios, supondo que resultaria em um resultado mais consistente e amplo. Contudo, não teria tempo hábil para isto, o que fica como sugestão para trabalhos futuros.

A fase de seleção dos repositórios representou um desafio. Embora encontrados 110 resultados, muitos *links* de acesso estavam incorretos ou levavam a “página não encontrada”. Além disso, muitos repositórios possuíam vídeos em sua coleção, porém não apresentavam uma política para inclusão desses materiais.

Durante a análise dos RIs, foram identificados alguns pontos a serem observados. Em alguns repositórios, a falta de informações essenciais limitou a análise, como a ausência de estatísticas de acesso e visualizações por ano e por país, deixando lacunas na disponibilidade de dados. Além disso, a organização dos repositórios também apresentou desafios, com algumas instituições registrando a categoria "vídeo" mais de uma vez. Por exemplo, no RIUFF, foram identificadas duas categorias intituladas "Vídeo", além de uma categoria denominada "imagem com movimento", que incluía um vídeo de animação intitulado "Álcool Gel", abordando o uso de álcool gel na prevenção da COVID-19. Como o foco do estudo estava nos vídeos de conteúdo científico, optou-se por não analisar esse vídeo em particular. Essa variação na categorização gerou dúvidas durante a análise dos registros.

Uma limitação adicional a ser considerada refere-se à amostragem de apenas um vídeo em cada repositório analisado. Esta abordagem pode não capturar toda a diversidade de características e conteúdos presentes nos repositórios, especialmente considerando a possibilidade de alguns deles conterem muitos vídeos em suas coleções e com uma ampla gama de temas e formatos. A escolha de um único vídeo, embora viável dentro das restrições de tempo e recursos da pesquisa, pode não refletir completamente a variedade e complexidade dos materiais disponíveis nos repositórios. Portanto, essa limitação é relevante a ser mencionada, destacando a necessidade de considerar possíveis variações nos resultados caso uma amostragem mais ampla fosse adotada.

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão expostos os dados coletados, em conformidade com os Apêndices A e C. Serão analisadas as Políticas de Informação dos repositórios participantes do estudo de caso múltiplo, com o olhar direcionado ao objeto digital vídeo. Serão também caracterizados os metadados utilizados para a descrição dos vídeos disponíveis nas plataformas, bem como serão verificadas as estatísticas de uso e a disponibilidade dos arquivos nos repositórios.

### 6.1 Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF)

O Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense - RIUFF<sup>2</sup> é um Sistema de informação que visa reunir, preservar, disseminar, promover e dar acesso à produção intelectual, abrangendo conhecimento científico, tecnológico, cultural, artístico e histórico. A produção é disponibilizada em diferentes formatos digitais, como texto, slides, vídeo e áudio, de forma gratuita e livre para todos (UFF, 2023).

O RIUFF possui uma política para depósito de publicações acadêmicas. O objetivo do documento é estabelecer diretrizes operacionais, de submissão, depósito, acesso e preservação da produção técnico-científica da universidade (Universidade Federal Fluminense, 2017).

A política de conteúdo é descrita, especificando a finalidade do repositório, como também os tipos de arquivos digitais. O repositório aceita e disponibiliza arquivos digitais em formatos de texto, som, imagem e vídeo.

Em relação aos vídeos, o documento especifica os formatos mov, wmv, webm, flv (flash vídeo). Além disso, estabelece um limite de tamanho para as produções, que não devem ultrapassar o tamanho de 512MB, se caso aconteça, os arquivos devem ser desmembrados (Universidade Federal Fluminense, 2017).

A política de submissão do repositório abrange documentos produzidos pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo da universidade. Como um registro oficial, é obrigatório depositar a cópia digital de Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação e especialização; teses e dissertação; e trabalhos já publicados elaborados por servidores docentes ou técnicos administrativos da UFF. Neste último caso, serão observadas questões de direitos autorais entre os autores e os editores (Universidade Federal Fluminense, 2017).

---

<sup>2</sup> Acesso ao Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense: <https://app.uff.br/riuff/>.

Na política consta que o depósito de qualquer arquivo deve ser realizado pelo autor, coautor ou por um mediador por ele designado. Essa ação implica na adesão à Licença Creative Commons, à Licença de Distribuição Não-Exclusiva e à observância das questões legais de depósito relacionadas aos direitos autorais (Universidade Federal Fluminense, 2017).

A política dos dados estabelece que o autor/titular do copyright do trabalho pode e se desejar, conceder ao repositório uma licença não-exclusiva. Essa licença se limita à cessão de direitos à UFF para a modificação de formato do objeto digital, com o objetivo de preservar e difundir o trabalho em questão (Universidade Federal Fluminense, 2017).

O documento corrobora que qualquer obra intelectual será considerada como acesso aberto, observando as hipóteses legais de sigilo obrigatório vigentes, em especial as contidas nas seguintes leis: Lei 9.279/1996 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial); Lei 9.609/1998 (dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador); Lei 10.973/2004 (dispõe sobre a inovação e a pesquisa científica e tecnológica); Lei 12.527/2011 (regula o acesso a informações) (Universidade Federal Fluminense, 2017).

Quanto à política de preservação, é recomendado o uso do padrão MPEG4 para os vídeos, visando garantir a longevidade do objeto digital (Universidade Federal Fluminense, 2017).

A política de metadados é tratada por meio do autoarquivamento. A gestão do repositório prioriza esse método, no qual o autor, coautor ou mediador é responsável por preencher os metadados e realizar o depósito do objeto digital. A publicação do documento ocorre após a verificação dos metadados pela Superintendência de Documentação (SDS), por meio do Sistema de Bibliotecas e Arquivos da UFF. Esse processo é considerado fundamental para a padronização e os processos de busca e recuperação da informação no RIUFF. A SDS e os gestores das comunidades (espaços virtuais no RIUFF destinados às unidades acadêmicas e administrativas), atuam como facilitadores no processo de autoarquivamento (Universidade Federal Fluminense, 2017).

O *software* utilizado pelo RIUFF é o DSpace. Esse *software* é o mais utilizado para executar repositórios digitais. (Formanek, 2021)

O acervo do RIUFF é composto por 25.581 publicações. Faz-se necessário destacar que os dados fornecidos referentes ao repositório foram coletados em 09 de julho de 2023. As publicações armazenadas apresentam uma variedade de tipos, com destaque para os “Trabalhos de Conclusão de Curso”, que representam 44% do total de publicações, com 11.205 registros. Com um grande número de registros estão também as “Dissertações” com 37%, correspondendo a 9.590 registros, e as “Teses” com 2.792 trabalhos, representando 11% do repositório.

No que diz respeito aos vídeos, que representa apenas 1% de todo o RI, o RIUFF disponibiliza dois tipos principais, o “Vídeo” com 201 registros e o “Vídeo (Live)” com 145 itens inseridos. Interessante mencionar que os arquivos de vídeo na categoria “Vídeo (Live)” foram adicionados somente a partir de 2020, coincidindo com o início da pandemia global do COVID-19, quando os eventos científicos estavam sendo realizados por meio de transmissão ao vivo.

O RIUFF também possui uma categoria denominada “Imagem com movimento” que, até a data da coleta dos dados, continha apenas um registro. Considerando essa categoria e o único arquivo contido intitulado “HQ animada 01 álcool gel.mp4 (1.777Mb)”, surge a questão se esse arquivo deveria estar classificado na categoria “Vídeo”.

Para a análise dos metadados utilizados para descrição, foram selecionados dois vídeos: o primeiro disponibilizado na lista do tipo “Vídeo” e um segundo na categoria “Vídeo (Live)”. Essa escolha foi feita considerando a peculiaridade desse repositório, que apresenta duas categorias distintas para vídeos. Dessa forma, busca-se obter uma visão mais abrangente enquanto a disponibilização, possibilitando a identificação de possíveis modificações na organização.

Para a categoria “Vídeo”, foi selecionado para a análise o primeiro item da lista de materiais registrados, intitulado “1ª parte: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o documento better policies for sustainable development (OCDE, 2016)”. A publicação desse vídeo ocorreu em 2017, e os metadados utilizados para sua descrição estão apresentados no Quadro 11. É relevante destacar que o Repositório Institucional da UFF faz uso do padrão internacional Dublin Core (DC).

Quadro 11 - Metadados vídeo (Repositório Institucional UFF).

	<b>Elementos DublinCore</b>	<b>Qualificador</b>	<b>Descrição</b>
<b>Metadados vídeo- RIUFF</b>	Título ( <i>dc.Title</i> )	<b>dc.title</b>	1a Parte: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o documento Better Policies for Sustainable Development (OCDE, 2016)
	Assunto ( <i>dc.Subject</i> )	<b>dc.subject</b>	Desenvolvimento sustentável; Coerência em políticas; Políticas públicas; Crescimento verde; OCDE; Agenda 2030.
	Descrição ( <i>dc.Description</i> )	<b>dc.description.abstract</b>	Essa vídeo-aula é resultado das atividades de estágio em Ciência Ambiental de Marcela Nunes Aguiar, sendo produção de sua autoria e sob orientação da Profa. Patrícia Almeida Ashley. O estágio foi realizado no Núcleo Girassol de Estudos em EcoPolíticas e EConsCiencias em 2016.2 Essa vídeo aula é parte de uma série de sete vídeos denominada 'Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e coerência em políticas: Recomendações da OCDE na edição 2016 de Better Policies for Sustainable Development' - Versão para difusão pelo Programa de Extensão Ecocidades. Licença Creative Commons sem autorização para modificação ou para uso comercial. Citação:

		AGUIAR, Marcela Nunes. 1a Parte: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o documento Better Policies for Sustainable Development (OCDE, 2016). Orientação de Patricia Almeida Ashley. Roteiro: Marcela Nunes Aguiar. Niteroi: Núcleo Girassol de Estudos em Ecopolíticas e E consciências, 2017, mp4, son., color. Série Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e coerência em políticas: Recomendações da OCDE na edição 2016 de Better Policies for Sustainable Development. Vídeo Aula. Disponível em < <a href="http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/2846">http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/2846</a> >
Tipo ( <i>dc.Type</i> )	<b>dc.type</b>	Learning Object; Video.
Fonte ( <i>dc.Source</i> )	-	x
Relação ( <i>dc.Relation</i> )	<b>dc.relation.ispartofseries</b>	1;Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e coerência em políticas: Recomendações da OCDE na edição 2016 de Better Policies for Sustainable Development
Cobertura ( <i>dc.Coverage</i> )	-	x
Criador ( <i>dc.Creator</i> )	-	x
Editor ( <i>dc.Publisher</i> )	-	x
Colaborador ( <i>dc.Contributor</i> )	<b>dc.contributor.author</b>	Aguiar, Marcela Nunes
Direitos ( <i>dc.Rights</i> )	<b>dc.rights.license</b>	CC-BY-SA
Data ( <i>dc.Date</i> )	<b>dc.date.issued</b>	2017-01-31
Formato ( <i>dc.Format</i> )	-	x
Identificador ( <i>dc.Identifier</i> )	<b>dc.identifier.uri</b>	<a href="https://app.uff.br/riuff/handle/1/2846">https://app.uff.br/riuff/handle/1/2846</a>
Idioma ( <i>dc.Language</i> )	<b>dc.language.iso</b>	pt_BR
Público ( <i>dc.Audience</i> )	-	x
Proveniência ( <i>dc.Provenance</i> )	-	x
Detentor de direitos ( <i>dc.RightsHolder</i> )	-	x

Fonte: UFF (2023).

É importante observar que o tamanho do arquivo de vídeo não foi incluído nos metadados, mas fornecido como uma informação adicional, como ilustrado na Figura 4. De acordo com o padrão Dublin Core (2024), adotado pelo repositório RIUFF, essa especificação é definida como formato do arquivo (*dc.format*), meio físico ou dimensões do recurso. As dimensões incluem tamanho e duração.

Figura 4 - Informações de tamanho do vídeo (RIUFF).

Os arquivos de licença a seguir estão associados a este item:

### Arquivos deste item

- Creative Commons



**Nome:** Vídeo Aula 1 - Marcela Nunes  
 ...  
**Tamanho:** 75,03Mb  
**Formato:** video/  
[Visualizar/Abrir](#)

Fonte: UFF (2023).

Para o tipo de documento “Vídeo (Live)”, foi selecionado para a análise o primeiro arquivo da lista disponível, intitulado “Ação biblioteconômica na pandemia”. Essa publicação foi inserida em 2020, e os metadados utilizados para sua descrição estão apresentados no Quadro 12.

Quadro 12 - Metadados vídeo-live (Repositório Institucional UFF).

Elementos DublinCore	Qualificador	Descrição
Título ( <i>dc.Title</i> )	<b>dc.title</b>	Ação biblioteconômica na pandemia
Assunto ( <i>dc.Subject</i> )	<b>dc.subject.keyword</b>	Desinfodemia, Competência em informação, Desinformação.
	<b>dc.subject.descriptor</b>	COVID-19, 2019 n-CoV, Sars-CoV-2, Coronavírus, Novo coronavírus, Betacoronavirus, Pandemia, Biblioteconomia.
Descrição ( <i>dc.Description</i> )	<b>dc.description.abstract</b>	Profa. Dra. Marianna Zattar proferiu a palestra: "Ação biblioteconômica na pandemia". Foi abordado Informação em tempos de pandemia: desinfodemia e competência em informação.
Tipo ( <i>dc.Type</i> )	<b>dc.type</b>	Vídeo (Live)
	<b>dc.type.color</b>	PAL-M (Brasil/Europa)
Fonte ( <i>dc.Source</i> )	-	x
Relação ( <i>dc.Relation</i> )	-	x
Cobertura ( <i>dc.Coverage</i> )	-	x
Criador ( <i>dc.Creator</i> )	-	x
Editor ( <i>dc.Publisher</i> )	-	x
Colaborador ( <i>dc.Contributor</i> )	<b>dc.contributor.editor</b>	Universidade Federal Fluminense. Superintendência de Documentação. Coordenação de Bibliotecas;
	<b>dc.contributor.interviewee</b>	Zattar, Marianna;
	<b>dc.contributor.interviewee</b> <b>r</b>	Paula, Danúzia da Rocha de.
Direitos ( <i>dc.Rights</i> )	<b>dc.rights</b>	openAccess
	<b>dc.rights.uri</b>	<a href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/">http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/</a>
	<b>dc.rights.license</b>	CC-BY-AS
Data ( <i>dc.Date</i> )	<b>dc.date.issued</b>	2020-10-22
	<b>dc.format.mimetype</b>	.mp4

Metadados vídeo - (Live) - RIUFF

Formato ( <i>dc.Format</i> )	<b>dc.format.duration</b>	1h05min55s.
Identificador ( <i>dc.Identifier</i> )	<b>dc.identifier.citation</b>	AÇÃO biblioteconômica na pandemia: como melhorar o ambiente em tempos de COVID. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (65 min). Publicado pelo canal Sistema de Bibliotecas UFF. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=t1N2vjLPoTw&amp;t=4s">https://www.youtube.com/watch?v=t1N2vjLPoTw&amp;t=4s</a> . Acesso em: 13 dez. 2020.
	<b>dc.identifier.uri</b>	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=t1N2vjLPoTw&amp;t=4s">https://www.youtube.com/watch?v=t1N2vjLPoTw&amp;t=4s</a> .
	<b>dc.identifier.uri</b>	<a href="https://app.uff.br/riuff/handle/1/16321">https://app.uff.br/riuff/handle/1/16321</a>
Idioma ( <i>dc.Language</i> )	<b>dc.language.iso</b>	pt_BR
Público ( <i>dc.Audience</i> )	-	x
Proveniência ( <i>dc.Provenance</i> )	-	x
Detentor de direitos ( <i>dc.RightsHolder</i> )	-	x

Fonte: UFF (2023).

Da mesma forma que a análise do vídeo anterior, o tamanho do arquivo não foi incluído nos metadados, mas fornecido como uma informação separada, conforme mostrado na Figura 5 abaixo.

Figura 5 - Informações de tamanho do vídeo (live) - RIUFF.

**Arquivos deste item**



**Nome:** Ação biblioteconômica na pande ...

**Tamanho:** 168.3Mb

**Formato:** application/  
Visualizar/Abrir

Os arquivos de licença a seguir estão associados a este item:

- Creative Commons

Fonte: UFF (2023).

Observou-se que o vídeo possui o sistema de cor original: *PALM*. O padrão PAL-M é uma variação do sistema PAL europeu. Caracterizado por baixa resolução, com dimensões de 640 x 480 no formato 4:3 PAL.

Após a coleta dos metadados em ambos os tipos de categorias, “Vídeo” e “Vídeo (Live)”, foi possível observar algumas diferenças.

No primeiro vídeo analisado, classificado na categoria “Vídeo”, intitulado “1ª Parte: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o documento better policies for sustainable development”, foi possível ter acesso, ou seja, assistir ao vídeo no próprio ambiente do repositório.

Além disso, o RIUFF fornece estatísticas de acesso, incluindo o total de visitas, o total de visitas por mês, os arquivos visitados, as principais visualizações por país e por cidade. No entanto, no momento da análise, essas especificações não estavam disponíveis para visualização completa. Apenas os valores numéricos de quantidade de visualizações estavam acessíveis, sem indicação do período de tempo (ano) ou do país o qual realizou a visualização do arquivo.

Com base nessas estatísticas, foi possível verificar que o vídeo analisado, obteve 65 visitas desde sua data de publicação em 2017 e registrou 22 visualizações do arquivo. A plataforma oferece a opção de estatísticas de visualização apenas por mês.

Ao analisar o segundo vídeo, pertencente à categoria “Vídeo (Live)” com o título “Ação biblioteconômica na pandemia”, observou-se que ele está disponível para *download*, não sendo possível acessá-lo diretamente no repositório. Ele também pode ser acessado por meio de um *link* externo para o YouTube. Publicado em 2020, o vídeo registrou apenas 18 visitas no repositório, sem nenhuma visualização registrada, ou seja, não houve *download* do arquivo. Por outro lado, no YouTube, o vídeo registra 447 visualizações até o momento.

O YouTube, por ser uma plataforma com tecnologia de *streaming*, facilita a transferência de dados multimídia (Comparato, 2018). Isso o tornou protagonista durante o período da pandemia de COVID-19. Nesse cenário, houve uma crescente migração de eventos científicos para o ambiente online, com a utilização de diversas plataformas, incluindo o YouTube (Gomes e Costa, 2020). Embora o YouTube possa ser útil, não representa a solução ideal, visto que o ideal seria que os Repositórios Institucionais desenvolvessem suas próprias soluções de *streaming* ou oferecessem alternativas.

Em relação a acessibilidade dos vídeos analisados, o primeiro vídeo “1ª Parte: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o documento better policies for sustainable development”, disponibilizado na própria plataforma, não possui legendas, transcrição, opção para audiodescrição, ou mesmo interpretação em LIBRAS.

O segundo vídeo (*live*), o repositório não permite o acesso direto na plataforma, oferecendo a opção de *download* do arquivo. No entanto, é possível acessá-lo *online* por meio do link externo para o YouTube. Na plataforma do YouTube, apenas legendas e transcrição automáticas estão disponíveis, não havendo interpretação em LIBRAS. Observou-se também que a questão de acessibilidade não é tratada na política de informação do repositório.

## 6.2 Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O Lume, nome próprio atribuído ao Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>3</sup>, é o portal de acesso às coleções digitais produzidas no âmbito da universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão. (UFRGS, 2023).

A política de informação do repositório Lume é bastante concisa com pouco detalhamento das especificações de submissão e depósito do objeto digital, entre outros aspectos.

Com base na política de conteúdo do documento, o Lume é estabelecido como o portal de acesso às coleções de objetos digitais gerados dentro da Universidade. O portal pode, em casos excepcionais, abrigar documentos que, mesmo não sendo produzidos pela Universidade, tenham relevância singular para a Instituição. Os objetos digitais disponíveis podem incluir texto, imagem, vídeo e áudio (Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 2010).

Em observância à política de submissão, o objeto digital deve ser produzido ou orientado por membro(s) da UFRGS. Para garantir a qualidade, além de estar em formato digital conforme definido pela equipe técnica do Lume, o objeto digital deve estar completo, finalizado e conter metadados (Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 2010).

Os direitos autorais do autor são tratados no art.14º do documento, que estabelece que o autor detém os direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, sendo vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia. O documento também ressalta que os usuários que utilizarem qualquer trabalho, seja na íntegra ou em partes, em novas publicações, ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra (Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 2010).

No que concerne à política de dados, o documento explicita que o autor deve poder e estar disposto a conceder à UFRGS o direito não exclusivo de fornecer acesso ao público pela internet e de preservar seu trabalho integralmente no Lume. Os trabalhos depositados estão acessíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo, conforme a licença pública Creative Commons adotada pela plataforma (Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 2010).

O documento estipula que os metadados devem seguir padrões internacionalmente reconhecidos e serão estabelecidos em colaboração entre a equipe técnica do Lume e os responsáveis pela Comunidade, levando em consideração as particularidades dos objetos digitais. A coleta dos metadados é conduzida por meio do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e de outros sistemas da Universidade, do qual o documento não especifica quais são esses sistemas. No caso do auto-arquivamento, o autor ou o responsável pela comunidade é encarregado

---

<sup>3</sup> Acesso ao Lume: <https://lume.ufrgs.br/>

de registrar os metadados, sob a orientação da equipe técnica do repositório (Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 2010).

A política de informação do Lume não abrange questões relacionadas a preservação do objeto digital. Embora destaque a preservação da memória institucional como um dos principais objetivos, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos, contudo, não fornece detalhes específicos sobre a política de preservação. Portanto, uma análise mais precisa nesse sentido não é possível com base nas informações disponíveis.

O repositório Lume abriga uma extensa coleção de documentos, totalizando 272.221 registros. Essa coleção é composta por uma variedade de tipos de documentos. O tipo mais numeroso é o “Resumo publicado em evento”, representando 38% do repositório, com 96.816 registros. Em seguida, encontram-se os “Trabalhos de conclusão de graduação” com 33.480 registros e os “Artigos de periódico” com 32.802, ambos correspondendo a aproximadamente 13% do total. Os “Vídeos” configuram apenas 1% de todo o repositório, porém, apesar dessa porcentagem, há uma quantidade de 2.376 vídeos armazenados. Faz-se necessário destacar que as informações mencionadas foram coletadas em 10 de junho de 2023, de acordo com os registros do Lume (2023).

Para iniciar a análise dos metadados, foi selecionado como exemplo o primeiro vídeo listado na categoria “Vídeos”, intitulado “100 Anos da Relatividade Geral”. Com isso, foram observadas as informações contidas para descrever o material, apresentadas no Quadro 13.

Quadro 13 - Metadados vídeo (Repositório Lume).

	<b>Elementos DublinCore</b>	<b>Qualificador</b>	<b>Descrição</b>
Metadados vídeo - Lume	Título ( <i>dc.Title</i> )	<b>dc.title</b>	100 Anos da Relatividade Geral;
		<b>dc.title.tvprogram</b>	Simplifísica.
	Assunto ( <i>dc.Subject</i> )	<b>dc.subject</b>	UFRGS; UFRGS TV; Simplifísica; Relatividade; 100 anos; Einstein; Dimiter Hadjimichef; Newton; Gravidade.
	Descrição ( <i>dc.Description</i> )	<b>dc.description.abstract</b>	O professor do Instituto de Física da UFRGS Dimiter Hadjimichef, nos contou a trajetória percorrida por Albert Einstein até a consolidação de sua famosa Teoria da Relatividade Geral, considerada um marco da física moderna.;
		<b>dc.description.soundtrack</b>	Phylosophy Velocity.
		<b>dc.description.picture</b>	1. Albert Einstein: <a href="http://www.radio.cz/de/rubrik/tagesecho/relativita-et-und-gravitation-internationale-konferenz-anlaesslich-des-100-jahrestags-des-aufenthalts-albert-einsteins-in-pra;">http://www.radio.cz/de/rubrik/tagesecho/relativita-et-und-gravitation-internationale-konferenz-anlaesslich-des-100-jahrestags-des-aufenthalts-albert-einsteins-in-pra;</a>
		<b>dc.description.picture</b>	2. James Maxwell: <a href="https://line.do/es/electromagnetismo-de-la-ciencia-a-la-tecnologia/gu;">https://line.do/es/electromagnetismo-de-la-ciencia-a-la-tecnologia/gu;</a>

	<b>dc.description.picture</b>	3. Propagação de ondas: <a href="http://meditationland.org/the-power-of-meditation">http://meditationland.org/the-power-of-meditation</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	4. Albert Michelson: <a href="http://www.jaiom18.com/speed-light-measured-albert-michelson-albert-michelson-american-win-nobel-prize">http://www.jaiom18.com/speed-light-measured-albert-michelson-albert-michelson-american-win-nobel-prize</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	5. Experiência de Hafele-Keating: <a href="http://www.lightandmatter.com/article/hafele_keating.htm">http://www.lightandmatter.com/article/hafele_keating.htm</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	6. Paul Dirac: <a href="http://www.vebidoo.de/patrick+giese">http://www.vebidoo.de/patrick+giese</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	7. Isaac Newton: <a href="http://listas.20minutos.es/lista/frases-sabias-sobre-la-sabiduria-265158">http://listas.20minutos.es/lista/frases-sabias-sobre-la-sabiduria-265158</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	8. Erwin: <a href="http://www.menscheinstein.de/biografie/biografie.jsp?key=3191/mkey=4367.htm">http://www.menscheinstein.de/biografie/biografie.jsp?key=3191/mkey=4367.htm</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	9. Primeira Guerra Mundial: <a href="https://historiadocumentada.wordpress.com/2015/05/11/documentario-i-guerra-mundial">https://historiadocumentada.wordpress.com/2015/05/11/documentario-i-guerra-mundial</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	10. Marcel Grossman: <a href="http://www-history.mcs.st-and.ac.uk/Biographies/Grossmann.htm">http://www-history.mcs.st-and.ac.uk/Biographies/Grossmann.htm</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	11. Bernhard Rieman: <a href="http://123doc.org/document/953960-cac-nha-toan-hoc-loi-lac-cua-nhan-loai-phan-1.ht">http://123doc.org/document/953960-cac-nha-toan-hoc-loi-lac-cua-nhan-loai-phan-1.ht</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	12. David Hilbert: <a href="http://www.truthdefined.com/NoTruthInNumbers.ht">http://www.truthdefined.com/NoTruthInNumbers.ht</a> ;
	<b>dc.description.picture</b>	13. Karl: <a href="https://www.pinterest.com/pin/533746993307103526">https://www.pinterest.com/pin/533746993307103526</a> .
Tipo ( <i>dc.Type</i> )	<b>dc.type</b>	Vídeo
Fonte ( <i>dc.Source</i> )	-	x
Relação ( <i>dc.Relation</i> )	-	x
Cobertura ( <i>dc.Coverage</i> )	-	x
Criador ( <i>dc.Creator</i> )	-	x
Editor ( <i>dc.Publisher</i> )	-	x
Colaborador ( <i>dc.Contributor</i> )	<b>dc.contributor.editor</b>	Teixeira, Eduardo;
	<b>dc.contributor.interviewee</b>	Hadjimichef, Dimiter;
	<b>dc.contributor.interviewee</b>	Chuvas, Walberto;
	<b>dc.contributor.interviewer</b>	Fabris, Jonata;
	<b>dc.contributor.technicaldirector</b>	Sperotto, Luiz;
	<b>dc.contributor.screenwriter</b>	Teixeira, Eduardo;
	<b>dc.contributor.producer</b>	Teixeira, Eduardo;
	<b>dc.contributor.producer</b>	Rizzatti, Luísa;
	<b>dc.contributor.imagecapture</b>	Teixeira, Eduardo;
<b>dc.contributor.imagecapture</b>	Rizzatti, Luísa.	

	<b>dc.contributor.directorjournalistic</b>	Favaretto, Fernando.
Direitos ( <i>dc.Rights</i> )	<b>dc.rights</b>	Open Access
Data ( <i>dc.Date</i> )	<b>dc.date.issued</b>	2015-09-17
Formato ( <i>dc.Format</i> )	<b>dc.format.mimetype</b>	video/mp4;
	<b>dc.format.duration</b>	36min38s.
Identificador ( <i>dc.Identifier</i> )	<b>dc.identifier.uri</b>	<a href="http://hdl.handle.net/10183/132082">http://hdl.handle.net/10183/132082</a>
Idioma ( <i>dc.Language</i> )	<b>dc.language.iso</b>	por
Público ( <i>dc.Audience</i> )	-	x
Proveniência ( <i>dc.Provenance</i> )	-	x
Detentor de direitos ( <i>dc.RightsHolder</i> )	-	x

Fonte: Lume (2023).

Como observado na análise do RIUFF, o tamanho do arquivo do vídeo do repositório Lume também não foi incluído nos metadados, conforme ilustrado na Figura 6.

Figura 6 - Informação sobre o tamanho do arquivo de vídeo – Lume.



Fonte: Lume (2023).

O Lume disponibiliza o acesso direto ao vídeo no próprio ambiente do repositório, porém ao executar em específico este vídeo, ocorreu um erro e ele não foi reproduzido, talvez pelo tamanho do arquivo de 1.971Gb. Embora não seja possível acessá-lo por meio de um *link* externo para outras plataformas de vídeo, há a opção de *download* do arquivo.

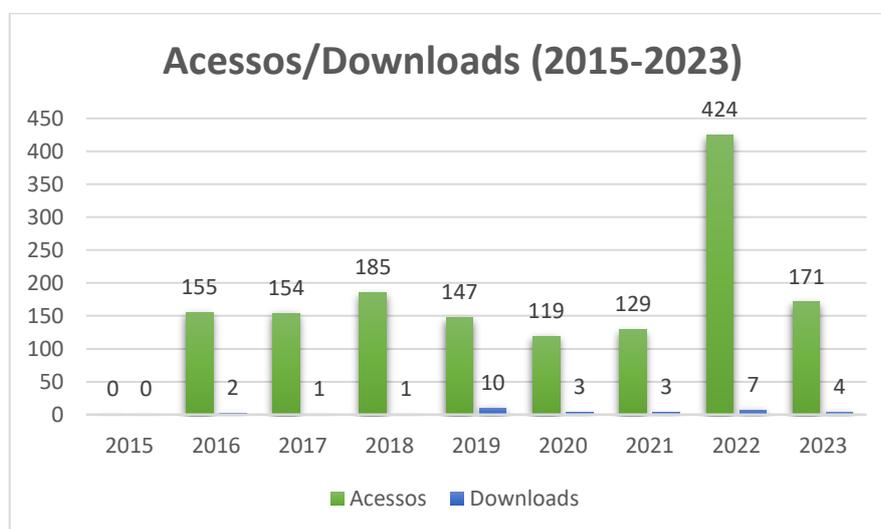
Observou-se também que o vídeo está licenciado sob *Creative Commons* (Ver Figura 6), contudo, essa informação não foi adicionada aos metadados. A licença Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual (CC BY-NC-SA), à qual o vídeo analisado está sujeito, permite que outros remixem, adaptem e criem a partir da obra para fins não comerciais, desde que atribuam crédito ao autor e licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Outros usuários podem fazer o *download* ou redistribuir a obra da mesma forma que na licença anterior, mas também têm permissão para traduzir, fazer remixes e criar novas obras com base no original. Toda nova obra

criada a partir desta deve ser licenciada com a mesma licença (Creative Commons, 2024; Costa, 2013).

O *software* utilizado pelo Lume é o DSpace, versão 5.8, trazendo uma padronização na gestão e familiaridade com a interface da plataforma.

O repositório Lume também fornece estatísticas para cada vídeo, apresentando tabelas e gráficos com dados mensais e anuais, incluindo informações sobre *downloads* e acessos por país. Exemplificando o vídeo “Simplifísica - 100 Anos da Relatividade Geral”, até a data da coleta dos dados, ele obteve 31 *downloads* e 1.484 acessos, distribuídos ao longo dos anos de 2015 (data do *upload* do vídeo) a junho de 2023, conforme mostrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Acessos e Downloads do vídeo “100 Anos da Relatividade Geral” (Set/2015 - Jun/2023).



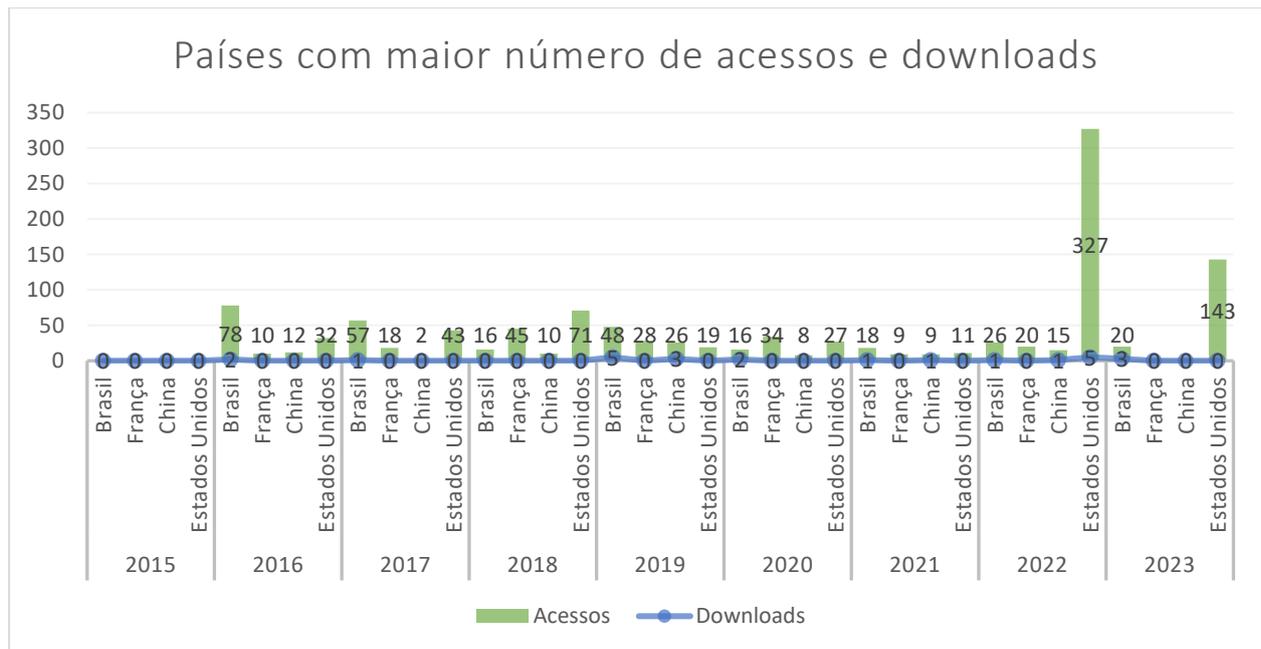
Fonte: Elaborado pela autora de acordo com as informações do repositório Lume (2023).

O Gráfico 2 ilustra a evolução dos acessos e *downloads* do vídeo ao longo do tempo, abrangendo o período de 2015 a junho de 2023. Ele revela a popularidade e o interesse do público em acessar o vídeo, contudo não realizam o *download*, ou seja, eles não assistem ao vídeo. Nota-se que há uma diferença significativa entre a quantidade de acessos e *downloads*. Esse baixo número em específico para este vídeo, pode ser atribuído ao seu tamanho considerável, que é de 1.971Gb. Nesse contexto, a tecnologia de *streaming* facilitaria o acesso, permitindo o fluxo contínuo do vídeo: uma pequena parte seria baixada inicialmente e o vídeo começaria a ser reproduzido. Enquanto o usuário assiste, o servidor continuaria a enviar o restante do arquivo, eliminando a necessidade de esperar pela conclusão do *download* para iniciar a visualização. (Comparato, 2018).

Além disso, para uma melhor análise da internacionalização da informação audiovisual disponibilizada, a opção “acessos por país” permite verificar o alcance do vídeo analisado em

diversos países, incluindo Brasil, Estados Unidos, França, China, Suécia, Rússia, Alemanha, Holanda, Malásia, Portugal, Reino Unido, entre outros. Contudo, para facilitar a compreensão e a visualização dos dados, o Gráfico 2 apresentará apenas os países que registraram um número significativo de acessos no período de 2015 (data da publicação) a 2023. Esses países são Estados Unidos, Brasil, França e China.

Gráfico 2 – Países com o maior número de acessos e downloads (2015-2023).



Fonte: Elaborado pela autora.

É interessante observar que os Estados Unidos se destaca como o país com o maior número de acessos ao longo dos anos, como em 2017 ( $n=43$ ), 2018 ( $n=71$ ), 2022 ( $n=327$ ) e 2023 ( $n=143$ ). Isso pode indicar o interesse dos pesquisadores desse país, assim como pesquisadores de outras nacionalidades que estão em busca de informações relevantes sobre o tema do vídeo em questão.

Entretanto, esses dados fornecem apenas um panorama geral e não são suficientes para uma análise completa do alcance do vídeo. Outros fatores, como estratégias de divulgação, parcerias institucionais e características específicas do público em cada país, podem influenciar os resultados. No entanto, as informações obtidas até o momento indicam o impacto e a recepção positiva do vídeo em países como Estados Unidos, França, China e também no Brasil. Em suma, os dados sobre acessos e *downloads* do vídeo analisado parecem revelar a relevância do conteúdo no âmbito internacional.

O quesito acessibilidade não pôde ser avaliado devido à falta de acesso ao conteúdo do vídeo disponibilizado no próprio ambiente do repositório. A política de informação do repositório Lume não possui considerações a esse respeito.

### 6.3 Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC)

O Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC)<sup>4</sup> tem como objetivo reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica e intelectual da comunidade universitária (docentes, pesquisadores, técnicos e alunos de pós-graduação stricto sensu, lato sensu e graduação), bem como os documentos que são produzidos no âmbito da Universidade. (UFC, 2023).

A política de conteúdo, parte da política de informação do Repositório Institucional da UFC, delimita que a produção técnico-científica consiste em resultados de pesquisa consolidados, disponíveis em veículos de comunicação científica que passaram pela revisão por pares. Como também, abrange documentos produzidos, submetidos ou patrocinados pela UFC ou por membros da comunidade universitária. Os tipos de documentos disponibilizados no RI incluem: artigos publicados em periódicos científicos; teses e dissertações; livros e capítulos de livros; trabalhos apresentados em eventos; produção cultural; relatórios; guias/manuais/cartilhas; fotografias; vídeos; documentos administrativos; catálogos; folhetos; resumos; áudios e memorial acadêmico docente (Universidade Federal Do Ceará, 2023).

A política de submissão delineada no documento destaca que os autores aptos a terem suas produções disponibilizadas no RI são os docentes, colaboradores, discentes e técnicos administrativos da UFC. Os depósitos dos documentos digitais são realizados pela comunidade acadêmica, com acesso aberto. O autor deve conceder à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI, mediante o aceite das condições estabelecidas no termo de autorização. No entanto, não será necessário esse termo caso as produções adotem, de forma clara no documento, os padrões e protocolos de proteção dos direitos autorais definidos nos modelos de licença Creative Commons, permitindo sua disponibilização no RI (Universidade Federal Do Ceará, 2023).

A política de informação estabelece que a plataforma deve ser capaz de integrar-se com sistemas nacionais e internacionais, seguindo padrões e protocolos de integração, em especial os definidos no modelo *Open Archives*. Para garantir a preservação a longo prazo dos documentos

---

<sup>4</sup> Acesso ao Repositório Institucional UFC: <https://repositorio.ufc.br/>

digitais, especificamente vídeos, a política ressalta ser obrigatório a utilização do padrão MPEG4 (Universidade Federal Do Ceará, 2023).

O RI abriga um amplo acervo de 68.378 documentos registrados. Dentre os diferentes tipos de documentos, os "Artigos de periódicos" são os mais numerosos, representando 29% do total com 20.067 itens. Em seguida, estão os "TCCs" com 16.494 itens e as "Dissertações" com 16.419, ambos representando 24% do repositório. A categoria "Vídeo" contém apenas três registros. (UFC, 2023). É importante mencionar que os dados foram coletados em 22 de maio de 2023.

Ao selecionar a opção "Vídeo", foi definido para a análise o primeiro vídeo listado, intitulado "Atuação, ensino e pesquisa na Ciência da Informação durante e pós-pandemia do Covid-19". No Quadro 14, será apresentada a análise dos metadados do vídeo, realizada de acordo com os elementos do padrão Dublin Core, listados no Apêndice A deste trabalho.

Quadro 14 - Metadados vídeo (Repositório UFC).

Metadados vídeo - UFC	Elementos DublinCore	Qualificador	Descrição
	Título ( <i>dc.Title</i> )	<b>dc.title</b>	Atuação, ensino e pesquisa na Ciência da Informação durante e pós-pandemia do Covid-19.
	Assunto ( <i>dc.Subject</i> )	<b>dc.subject</b>	Live; YouTube; Pandemia; Coronavírus; Covid-19; Ciência da Informação-estudo e ensino; Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN); Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB); Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).
	Descrição ( <i>dc.Description</i> )	<b>dc.description</b>	02:10 a 05:35 - Bibliotecário Edvander Pires inicia a transmissão e dá as boas-vindas ao público e aos convidados da live; Bibliotecário Edvander Pires apresenta brevemente a composição do Sistema de Bibliotecas da UFC; 05:36 a 12:40 - Professora Gabriela Belmont apresenta os convidados da live; Professora Gabriela Belmont fala brevemente sobre a proposta do Grupo de Pesquisa Competência e Mediação em Ambientes de Informação; [...] Bibliotecário Edvander Pires encerra a transmissão.
		<b>dc.description.abstract-ptbr</b>	O Grupo de Pesquisa Competência e Mediação em Ambientes de Informação (CMAI), em parceria com a Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, promoveu uma tarde de diálogo com representantes da ABECIN, ANCIB e FEBAB, com transmissão ao vivo pelo canal da BCH no YouTube e gravação simultânea para o Plurissaberes Podcast. Contamos com a participação de Martha Suzana Cabral Nunes (presidente da ABECIN), Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (presidente da ANCIB) e Adriana Cybele Ferrari (presidente da FEBAB). Mediação: Gabriela Belmont de Farias.
	Tipo ( <i>dc.Type</i> )	<b>dc.type</b>	Vídeo
	Fonte ( <i>dc.Source</i> )	-	x
	Relação ( <i>dc.Relation</i> )	-	x
	Cobertura ( <i>dc.Coverage</i> )	-	x

Criador ( <i>dc.Creator</i> )	-	x
Editor ( <i>dc.Publisher</i> )	<b>dc.publisher</b>	StreamYard e YouTube
Colaborador ( <i>dc.Contributor</i> )	<b>dc.contributor.author</b>	CMAI, Grupo de Pesquisa Competência e Mediação em Ambientes de Informação.
Direitos ( <i>dc.Rights</i> )	-	x
Data ( <i>dc.Date</i> )	<b>dc.date.issued</b>	2020-05-18
Formato ( <i>dc.Format</i> )	-	x
Identificador ( <i>dc.Identifier</i> )	<b>dc.identifier.citation</b>	ATUAÇÃO, ensino e pesquisa na Ciência da Informação durante e pós-pandemia do Covid-19. Convidados: Martha Suzana Cabral Nunes, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior e Adriana Cybele Ferrari. Mediação: Gabriela Belmont de Farias. Organização: Grupo de Pesquisa Competência e Mediação em Ambientes de Informação (CMAI). Fortaleza, 18 maio 2020. 1 vídeo (152 min). Gravado na plataforma StreamYard e publicado no canal da BCH UFC no YouTube. Disponível em: <a href="https://youtu.be/q7i4Bfz32Ek">https://youtu.be/q7i4Bfz32Ek</a> . Acesso em: 30 maio 2020.
	<b>dc.identifier.uri</b>	<a href="https://youtu.be/q7i4Bfz32Ek">https://youtu.be/q7i4Bfz32Ek</a> .
	<b>dc.identifier.uri</b>	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52025">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52025</a> .
Idioma ( <i>dc.Language</i> )	<b>dc.language.iso</b>	pt_BR
Público ( <i>dc.Audience</i> )	-	x
Proveniência ( <i>dc.Provenance</i> )	-	x
Detentor de direitos ( <i>dc.RightsHolder</i> )	-	x

Fonte: UFC (2023).

O tamanho do arquivo de vídeo não foi incluído nos metadados, ficando apenas como informação em “arquivos associados ao item”, como mostrado na Figura 7 abaixo.

Figura 7 - Informação sobre o tamanho do arquivo de vídeo no RI da UFC.

Arquivos associados a este item.			
Arquivo	Descrição	Tamanho	Formato
2020_video_cmai.mp4		431,3 MB	MPEG

[Visualizar/Abnr](#)

Fonte: UFC (2023).

Observou-se que, no local onde estão os metadados descritos, ao final da página, existe a informação de que “os itens no repositório estão protegidos por copyright, com todos os direitos

reservados, salvo quando é indicado o contrário”. Contudo, o metadado de direitos autorais (dc.rights) não foi preenchido.

De acordo com o padrão Dublin Core (2024.1), normalmente, as informações sobre direitos incluem uma declaração abrangendo vários direitos de propriedade associados ao recurso, incluindo direitos de propriedade intelectual. A recomendação é referir-se a uma declaração de direitos com um URI. No caso em que isso não é possível ou viável, um valor literal, como um nome, rótulo ou texto curto, pode ser fornecido.

Essas Informações descrevem quaisquer direitos de propriedade intelectual atualmente em vigor que possam validar (ou limitar) os poderes do repositório para preservar o objeto ou fornecer acesso a ele. Elas documentam a natureza dos direitos de propriedade intelectual relevantes para o processo de preservação digital, bem como a fonte da qual o direito é conferido, como estatutos, licenças, direitos autorais, entre outros (Lavoie, Gartner, 2013).

A plataforma oferece estatísticas detalhadas para cada item, incluindo o total de visitas, o total de visitas por mês (acessos), o número de *download* de arquivos e o *ranking* de visitas por países e cidades. O repositório da UFC utiliza o *software* DSpace, o que traz padronização e familiaridade para os usuários, facilitando a navegação.

É necessário destacar que o RI da UFC fornece dados de acessos por mês, mas não por ano, mostrando apenas o período de oito meses, conforme apresentado na Tabela 1. Segundo os dados coletados, houve um aumento no número de acessos, de 12 acessos em novembro de 2022, para 46 acessos em fevereiro de 2023. (UFC, 2023).

Tabela 1 - Total de visitas por mês (Acessos) – Repositório UFC (Nov. 2022 a Maio 2023)

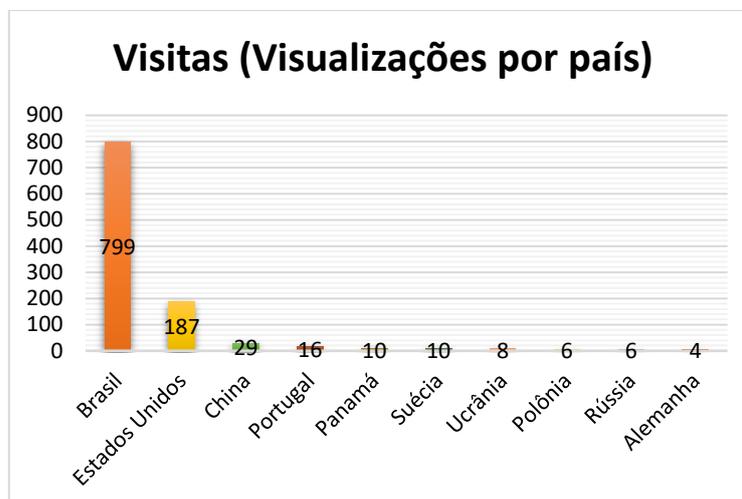
	<b>Nov. 2022</b>	<b>Dez. 2022</b>	<b>Jan. 2023</b>	<b>Fev. 2023</b>	<b>Mar. 2023</b>	<b>Abr. 2023</b>	<b>Mai 2023</b>
<b>Atuação, ensino e pesquisa na Ciência da Informação durante e pós-pandemia do Covid-19</b>	12	16	9	46	28	12	22

Fonte: UFC (2023) – Estatística de visitas por mês.

O repositório também disponibiliza um *ranking* de visualizações por países. Essas informações possibilitam uma análise do alcance e impacto do conteúdo veiculado pelo vídeo em outros países. O vídeo possui 1.075 registros de acessos, abrangendo o período de maio de 2020 (data de publicação) a maio de 2023, e destaca o Brasil como o país com maior número de visualizações, totalizando 799. Em segundo lugar, encontra-se os Estados Unidos com 187

visualizações, seguidos pela China, Portugal, Panamá, Suécia, Ucrânia, Polônia, Rússia e Alemanha. Os valores coletados estão apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Ranking de Visitas por Países – Vídeo (Maio 2020 - maio 2023).



Fonte: UFC (2023).

No que se refere aos *downloads*, foram observados 407 registros. O repositório não disponibiliza estatística de *download* por país, apenas o registro geral. O número considerável de *downloads* sugere que o tamanho do arquivo do vídeo, que é de 431,3 MB, pode ter sido um fator influenciador, adicionado ao fato de não ser possível acessá-lo na própria plataforma.

O tamanho do arquivo pode ser considerado moderado, dependendo do contexto de uso e das preferências individuais de armazenamento ou de transferência de dados. Além disso, também pelo tamanho do arquivo, talvez não foi possível incluí-lo na plataforma, optando pelo *link* externo. É interessante notar que, apesar disso, o vídeo disponível por meio de *link* externo no YouTube, já registrou 1.306 visualizações.

O acesso ao conteúdo por meio do YouTube também destaca a velocidade de acesso proporcionada pelo *streaming*, permitindo ao usuário assistir ao vídeo sem precisar baixá-lo e ocupar espaço de armazenamento em seu dispositivo. Essa tendência no uso de plataformas como o YouTube ressalta a relevância de oferecer uma experiência de tecnologia de *streaming*, indicando a necessidade de investir em tecnologias e infraestrutura robustas para garantir uma reprodução fluida dos vídeos.

Em relação à acessibilidade, o vídeo analisado não está disponível no repositório, impossibilitando a avaliação nesse sentido, existindo apenas a opção de *download* do arquivo. No entanto, é possível acessá-lo por meio de *link* externo para o YouTube, disponibilizado no repositório. No YouTube, o vídeo inclui legendas e transcrição automáticas, não dispondo da interpretação em LIBRAS. As legendas e transcrições automáticas fornecidas pelo YouTube

podem conter falhas, sendo importante ressaltar que o ideal seria que o próprio vídeo possuísse legendas. Ao analisar a Política de Informação do repositório da UFC, não foi encontrado nenhum tópico relacionado à acessibilidade.

#### 6.4 Arca - Repositório Institucional da Fiocruz

O Arca<sup>5</sup> é o Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), criado em 2007 e oficialmente lançado como Repositório Institucional em 2011. Sua função é reunir, hospedar, disponibilizar e dar visibilidade à produção intelectual da Instituição, com o propósito de estimular a ampla circulação do conhecimento. O repositório fortalece o compromisso institucional com o livre acesso à informação em saúde, promovendo transparência e incentivando a comunicação científica entre pesquisadores, educadores, acadêmicos, gestores, alunos de pós-graduação e a sociedade civil. O Arca é mantido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) e está organizado em comunidades que correspondem às unidades da Fiocruz. (Arca, 2023).

O Arca possui a Política de Acesso Aberto ao conhecimento, do qual é parte integrante da Política de Informação e Comunicação da Fiocruz. Essa Política busca garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz (Brasil, 2014).

Seguindo a análise, levando em conta a política de conteúdo do repositório, observa-se que a função do Repositório Institucional é hospedar, disponibilizar e dar visibilidade à produção intelectual da Instituição. Isso visa estimular a ampla circulação do conhecimento, fortalecendo o compromisso institucional com o livre acesso à informação científica em saúde. Os objetos digitais do Repositório Institucional Arca podem ser do tipo texto, imagem e áudio (Brasil, 2014).

A política de submissão, parte integrante da política de Acesso Aberto ao Conhecimento, aplica-se a toda obra intelectual (produção científica, técnica, tecnológica, cultural e didático-educacional da Fiocruz) de autoria individual, em co-autoria e de autoria coletiva de profissionais da Fiocruz, e daqueles outros de qualquer forma vinculados à Instituição no momento da produção. Como também, a obra elaborada com recursos físicos ou financeiros ou, ainda, envolvendo os trabalhadores da Fiocruz ou produzida pelos autores no exercício da sua função, ainda que em parcerias com outras pessoas jurídicas ou físicas, públicas ou privadas (Brasil, 2014).

---

<sup>5</sup> Acesso ao Arca: <https://www.arca.fiocruz.br/>

Conforme a política de submissão, são considerados autores os servidores, discentes e colaboradores, contratados direta ou indiretamente, e demais pessoas vinculadas de qualquer forma à Fiocruz. É obrigatório o depósito das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da Fiocruz e dos artigos produzidos no âmbito da Fiocruz publicados em periódicos científicos, respeitado o período de embargo definido pelos periódicos que os publicaram (Brasil, 2014).

O acesso às obras intelectuais depositadas no repositório será realizado de acordo com as hipóteses legais de sigilo vigentes, em especial nas seguintes leis: nº 9.279/96; nº 9.609/98; nº 10.973/2004; e nº 12.527/2011 (Brasil, 2014), já citadas anteriormente na subseção 6.1 que trata do Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF).

Em relação a política de metadados, o documento estabelece que o RI deve ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais para facilitar a inclusão e coleta automática da produção intelectual pertinente, observando em especial os protocolos e padrões definidos no modelo Open Archives Initiative (OAI). A captura dos registros será executada por meio de um conjunto de estratégias, adaptadas às necessidades de cada unidade, com o apoio do Comitê Gestor. O método preferencial será o autoarquivamento, no qual os autores preencherão os metadados e farão o depósito do objeto digital. As bibliotecas e os gestores das comunidades atuarão como facilitadores no processo de autoarquivamento (Brasil, 2014).

Os direitos autorais são estabelecidos como direitos e deveres dos autores. A política do Arca detalhou minuciosamente esta questão. Ela determina que os autores deverão ceder à Fiocruz, gratuita e não exclusivamente, os direitos de utilização não comercial das obras intelectuais, durante o prazo de vigência dos direitos autorais, em qualquer meio ou veículo, inclusive e, principalmente, o digital, em todos os países e idiomas, para fins de disponibilização pública gratuita e de utilização não comercial, reservados aos autores os direitos morais e os usos comerciais das obras intelectuais de que forem autores ou titulares. Além disso, será possível, desde que assim solicitado pelo autor, e definido no seu termo de cessão, a disponibilização da obra intelectual com uma cessão mais ampla, que inclua os usos comerciais (Brasil, 2014).

A política de acesso indica que as obras intelectuais depositadas, em acesso aberto, no Repositório Institucional Arca, poderão ser utilizadas gratuitamente por qualquer pessoa física ou jurídica.

O objetivo metodológico da presente pesquisa é a pesquisa documental em políticas de informação dos Repositórios Institucionais selecionados. Contudo, na Política de Acesso Aberto ao Conhecimento do Arca, não foram encontradas informações quanto a política de preservação digital do repositório. Ao contrário de outras plataformas examinadas, o Arca dispõe de

documentos orientadores adicionais, tais como o Plano Operativo do Arca; Manual de Preenchimento de Metadados do Arca; Manual de Preenchimento de Metadados de Recursos Educacionais Abertos (REA); Plano de Preservação Digital: Repositório Institucional Arca; e Repositório Arca: tutorial para autoarquivamento de artigos de periódicos: versão 6x (DSpace).

Nesse contexto, de acordo com o “Plano de Preservação Digital”, o formato de arquivo aceito para depósito de vídeos no Arca é o MP4 (Nascimento, 2020).

O Repositório Institucional Arca possui um acervo significativo de 50.817 documentos. Dentre esses documentos, os “Artigos” são a maior parte, representando 59% do acervo, totalizando 29.902 registros. Em seguida, as “Dissertações” correspondem a 14% com 7.054 registros, e os “Trabalhos Apresentados em Eventos” 7%, com 3.306 registros. É relevante destacar que os “Vídeos”, embora correspondam a apenas 2% do acervo, ainda possuem uma quantidade considerável de registros, totalizando 1.050. (Arca (1), 2023). As informações mencionadas foram coletadas em 6 de julho de 2023, de acordo com os registros do Arca (2023).

Para analisar a disponibilização dos vídeos no repositório, foi selecionado o primeiro vídeo listado na categoria “Vídeos”, encontrado na seção de “Tipos de documentos”. O vídeo escolhido, intitulado “1ª Oficina sobre a vacina para covid-19 para jornalistas”, foi publicado no ano de 2020. No Quadro 15, serão apresentados os metadados presentes no vídeo analisado.

Quadro 15 - Metadados vídeo (Repositório Arca).

	<b>Elementos DublinCore</b>	<b>Qualificador</b>	<b>Descrição</b>
Metadados vídeo - Arca	Título ( <i>dc.Title</i> )	<b>dc.title</b>	1ª oficina sobre a vacina para Covid-19 para jornalistas
	Assunto ( <i>dc.Subject</i> )	<b>dc.subject.other</b>	COVID-19; SARS-CoV-2; Vacinas COVID-19; Vacina de Oxford; Inovação tecnológica.
	Descrição ( <i>dc.Description</i> )	<b>dc.description.abstract</b>	A Coordenação de Comunicação Social (CCS) da Presidência da Fiocruz organizou (4/11) a 1ª Oficina sobre Vacinas para Covid-19, destinada a jornalistas e com a finalidade de ajudar a solucionar possíveis dúvidas da imprensa sobre o tema. Três representantes da Fundação participaram da atividade. Confira o evento no vídeo e, abaixo, tenha acesso as apresentações realizadas.
	Tipo ( <i>dc.Type</i> )	<b>dc.type</b>	Video.
		<b>dc.type.color</b>	palm.
	Fonte ( <i>dc.Source</i> )	-	x
	Relação ( <i>dc.Relation</i> )	-	x
	Cobertura ( <i>dc.Coverage</i> )	<b>dc.coverage.temporal</b>	01h 16min 21s
	Criador ( <i>dc.Creator</i> )	<b>dc.creator.production</b>	Fundação Oswaldo Cruz, Coordenação de Comunicação Social
	Editor ( <i>dc.Publisher</i> )	<b>dc.publisher</b>	Fundação Oswaldo Cruz

Colaborador ( <i>dc.Contributor</i> )	-	x
Direitos ( <i>dc.Rights</i> )	<b>dc.rights</b>	open access
Data ( <i>dc.Date</i> )	<b>dc.date.issued</b>	2020
Formato ( <i>dc.Format</i> )	<b>dc.format.medium</b>	Outros.
	<b>dc.format.material</b>	Ndec.
Identificador ( <i>dc.Identifier</i> )	<b>dc.identifier.uri</b>	<a href="https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/50338">https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/50338</a> .
Idioma ( <i>dc.Language</i> )	<b>dc.language.iso</b>	por
Público ( <i>dc.Audience</i> )	-	x
Proveniência ( <i>dc.Provenance</i> )	-	x
Detentor de direitos ( <i>dc.RightsHolder</i> )	-	x

Fonte: Arca (2023).

Observou-se que o vídeo possui o sistema de cor original: *PALM*. O padrão PAL-M é uma variação do sistema PAL europeu. Seu formato digital de vídeo é *SD (Standard Definition)*, caracterizado por baixa resolução, com dimensões de 640 x 480 no formato 4:3 PAL. O tratamento do material é identificado como *NDEC*.

O repositório Arca, assim como os repositórios analisados anteriormente, não incluiu o tamanho do arquivo de vídeo nos metadados, ficando apenas como informação na opção de visualizar ou abrir o arquivo, como mostrado na Figura 8, abaixo.

Figura 8 - Visualização do tamanho do arquivo de vídeo do RI Arca.



Fonte: Arca (2023).

A plataforma permite a visualização direta dos vídeos em seu próprio ambiente, sem a necessidade de fazer o *download* do arquivo, apesar de estar disponível esta opção. Considerando o tamanho moderado do arquivo de 373.8Mb, ainda é possível o acesso pela plataforma a depender da conexão do usuário.

O Arca também fornece estatísticas relacionadas aos vídeos armazenados, incluindo o número total de visitas, o total de visitas por mês, arquivos visitados e principais visualizações por país e cidade. Essa apresentação das estatísticas é um padrão comum encontrado em outros RIs,

uma vez que utilizam o *software* livre *DSpace*. No entanto, durante a coleta de dados realizada em 06 de julho de 2023, essas informações estavam indisponíveis na plataforma. Portanto, não foi possível verificar dados sobre a internacionalização do vídeo ou as preferências do público em relação a fazer *download* ou acessar o vídeo diretamente na plataforma. Uma nova tentativa de coleta de dados foi realizada em 01 de fevereiro de 2024, mas novamente as informações estavam indisponíveis para consulta.

Em se tratando de acessibilidade, o Arca oferece acesso direto ao vídeo dentro do ambiente do repositório. Contudo, o vídeo analisado “1ª oficina sobre a vacina para Covid-19 para jornalistas” não possui recursos de acessibilidade, como legendas, transcrição, interpretação em LIBRAS ou opção para audiodescrição. Ao examinar a política de informação do repositório, não foram encontradas informações relacionadas a esse respeito.

O Repositório Institucional da Fiocruz, o Arca, destaca-se por fornecer um manual detalhado para a inclusão de vídeos, disponibilizando o “Manual de Preenchimento de Metadados do Arca”. Esse recurso auxilia os depositantes e, conseqüentemente, melhora no entendimento da importância da descrição dos dados do vídeo.

## 7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para uma melhor discussão dos cinco vídeos analisados, pertencentes aos quatro RIs do estudo de caso múltiplo, eles serão enumerados da seguinte forma:

(A) **RIUFF** “vídeo”: 1a Parte: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o documento Better Policies for Sustainable Development (OCDE, 2016);

(B) **RIUFF** “vídeo (*live*)”: Ação biblioteconômica na pandemia;

(C) **Lume**: 100 Anos da Relatividade Geral: Simplifísica;

(D) **UFC**: Atuação, ensino e pesquisa na Ciência da Informação durante e pós-pandemia do Covid-19; e

(E) **Arca**: 1ª oficina sobre a vacina para Covid-19 para jornalistas.

Mediante essas orientações, ao analisar o campo formato (*dc.format*) e cruzar com as informações das Políticas de Informação dos RIs, foi possível verificar algumas diferenças. Por exemplo, o vídeo (A) não inclui o formato do vídeo nos metadados. No entanto, no vídeo (B), foi identificado o formato (.mp4) (Quadro 16). É interessante observar que ambos os vídeos pertencem ao mesmo repositório, e o vídeo (B) está em conformidade com a Política de Informação, que recomenda o uso do padrão MPEG4 para vídeos. Entretanto, no vídeo (A), não é possível fazer essa avaliação com base nos metadados disponíveis.

Os metadados desempenham um papel fundamental na organização e no acesso às informações em ambientes digitais. Eles facilitam a gestão dos objetos digitais, com ênfase nos processos de preservação a longo prazo. Para garantir que os conteúdos digitais sejam acessíveis e compreensíveis no futuro, é necessário que estejam acompanhados de metadados que forneçam dados e informações relevantes. Isso torna possível o acesso, a integridade e a autenticidade desses conteúdos ao longo do tempo (Sayão, 2010).

No vídeo (C), disponível no Lume, o campo formato foi descrito como (video/mp4). Entretanto, ao analisar a Política de Informação do repositório, não foi encontrada nenhuma recomendação quanto ao formato preferencial para preservação do objeto digital, neste caso o vídeo.

No vídeo (D), pertencente à UFC, em sua Política de Informação ressalta ser obrigatório a utilização do padrão MPEG4 para vídeos. Porém, ao analisar o vídeo, no elemento formato, não foi identificado nenhum metadado.

E, no vídeo (E), do Arca, não foram encontradas, na Política de Informação, recomendações em relação a formatos de preservação dos objetos digitais depositados no repositório. Contudo, essa informação foi encontrada em outro documento disponibilizado na

plataforma, chamado “Manual de Preenchimento de Metadados do Arca”, o qual menciona que o formato de arquivo aceito para depósito de vídeos é o MP4. No entanto, ao analisar o vídeo (E), o campo *format* está descrito “Outros”.

Com a rápida evolução da tecnologia é importante considerar uma característica crítica dos objetos digitais: a sua suscetibilidade a mudanças, sejam elas intencionais ou não, e à fragilidade das mídias, cuja gradual degradação pode levar a perdas parciais ou totais de informações (Sayão, 2010). Portanto, a escolha do formato do vídeo é essencial. De acordo com o Arquivo.pt (2017), o MPEG-4 (.mp4) é classificado como “Média Adequação para Preservação”.

Além disso, em relação ao uso dos metadados de preservação, é fundamental contar com uma Política de Informação clara e bem estruturada. Essa política deve ser compreendida por toda a equipe de profissionais do ambiente digital, garantindo que todos tenham conhecimento sobre as diretrizes e procedimentos necessários para preservar adequadamente os recursos digitais.

Quadro 16 - Comparação entre metadados utilizados nos repositórios selecionados.

<b>Elementos DublinCore</b>	<b>RIUFF (A)</b>	<b>RIUFF (Live) (B)</b>	<b>Lume (C)</b>	<b>UFC (D)</b>	<b>Arca (E)</b>
Título ( <i>dc.Title</i> )	1a Parte: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o documento Better Policies for Sustainable Development (OCDE, 2016)	Ação biblioteconômica na pandemia	100 Anos da Relatividade Geral; Simplifísica	Atuação, ensino e pesquisa na Ciência da Informação durante e pós-pandemia do Covid-19.	1ª oficina sobre a vacina para Covid-19 para jornalistas
Assunto ( <i>dc.Subject</i> )	Desenvolvimento sustentável; Coerência em políticas; Políticas públicas; Crescimento verde; OCDE; Agenda 2030.	Desinfodemia; Competência em informação; Desinformação; COVID-19; 2019 n-CoV; Sars-CoV-2; Coronavírus; Novo coronavírus; Betacoronavirus; Pandemia; Biblioteconomia;	UFRGS; UFRGS TV; Simplifísica; Relatividade; 100 anos; Einstein; Dimiter Hadjimichef; Newton; Gravidade.	Live; YouTube; Pandemia; Coronavírus; Covid-19; Ciência da Informação - estudo e ensino; Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN); Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB); Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).	COVID-19; SARS-CoV-2; Vacinas COVID-19; Vacina de Oxford; Inovação tecnológica.
Descrição ( <i>dc.Description</i> )	Essa vídeo-aula é resultado das atividades de estágio em Ciência Ambiental de Marcela Nunes Aguiar, sendo produção de sua autoria e sob orientação da Profa. Patrícia Almeida Ashley. O estágio foi realizado no Núcleo Girassol de Estudos em EcoPolíticas e EConsCencias em 2016.2 - Versão para difusão pelo Programa de Extensão Ecocidades. Licença Creative Commons sem autorização para modificação ou para uso comercial.	Profa. Dra. Marianna Zattar proferiu a palestra: "Ação biblioteconômica na pandemia". Foi abordado Informação em tempos de pandemia: desinfodemia e competência em informação.	O professor do Instituto de Física da UFRGS Dimiter Hadjimichef, nos contou a trajetória percorrida por Albert Einstein até a consolidação de sua famosa Teoria da Relatividade Geral, considerada um marco da física moderna.	02:10 a 05:35 - Bibliotecário Edvander Pires inicia a transmissão e dá as boas-vindas ao público e aos convidados da live; [...] Bibliotecário Edvander Pires encerra a transmissão. (abstract) O Grupo de Pesquisa Competência e Mediação em Ambientes de Informação (CMAI), em parceria com a Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará, promoveu uma tarde de diálogo [...]Mediação: Gabriela Belmont de Farias.	A Coordenação de Comunicação Social (CCS) da Presidência da Fiocruz organizou (4/11) a 1ª Oficina sobre Vacinas para Covid-19, destinada a jornalistas e com a finalidade de ajudar a solucionar possíveis dúvidas da imprensa sobre o tema. Três representantes da Fundação participaram da atividade. Confira o evento no vídeo e, abaixo, tenha acesso as apresentações realizadas.

Tipo ( <i>dc.Type</i> )	Learning Object; Video.	Vídeo (Live); PAL-M (Brasil/Europa)	Vídeo	Video	Video; palm
Fonte ( <i>dc.Source</i> )	x	x	x	x	x
Relação ( <i>dc.Relation</i> )	1;Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e coerência em políticas: Recomendações da OCDE na edição 2016 de Better Policies for Sustainable Development	x	x	x	x
Cobertura ( <i>dc.Coverage</i> )	x	x	x	x	01h 16min 21s
Criador ( <i>dc.Creator</i> )	x	x	x	x	Fundação Oswaldo Cruz, Coordenação de Comunicação Social
Editor ( <i>dc.Publisher</i> )	x	x	x	StreamYard e YouTube	Fundação Oswaldo Cruz
Colaborador ( <i>dc.Contributor</i> )	Aguiar, Marcela Nunes	Universidade Federal Fluminense. Superintendência de Documentação. Coordenação de Bibliotecas (interviewee) Zattar, Marianna (interviewee) Paula, Danúzia da Rocha de	Teixeira, Eduardo (editor); Hadjimichief, Dimiter (interviewee); Chuvas, Walberto (interviewee); Fabris, Jonata (interviewee); Sperotto, Luiz (technicaldirector); Teixeira, Eduardo (screenwriter); Teixeira, Eduardo (producer); Rizzatti, Luísa (producer); Teixeira, Eduardo (imagecapture); Rizzatti, Luísa (imagecapture); Favaretto, Fernando (directorjournalistic).	CMAI, Grupo de Pesquisa Competência e Mediação em Ambientes de Informação.	x
Direitos ( <i>dc.Rights</i> )	CC-BY-SA	openAccess; (uri) <a href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/">http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/</a> ; CC-BY-SA	Open Access	x	open access
Data ( <i>dc.Date</i> )	2017-01-31	2020-10-22	2015-09-17	2020-05-18	2020
Formato ( <i>dc.Format</i> )	x	.mp4; 1h05min55s	video/mp4; 36min38s	x	Outros; Ndec
Identificador ( <i>dc.Identifier</i> )	<a href="https://app.uff.br/riuff/handle/1/2846">https://app.uff.br/riuff/handle/1/2846</a>	AÇÃO biblioteconômica na pandemia: como melhorar o ambiente em tempos de COVID. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (65 min). Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=t1N2vjLPoTw&amp;t=4s">https://www.youtube.com/watch?v=t1N2vjLPoTw&amp;t=4s</a> . Acesso em: 13 dez. 2020. (uri) <a href="https://www.youtube.com/watch?v=t1N2vjLPoTw&amp;t=4s">https://www.youtube.com/watch?v=t1N2vjLPoTw&amp;t=4s</a> (uri) <a href="https://app.uff.br/riuff/handle/1/16321">https://app.uff.br/riuff/handle/1/16321</a>	<a href="http://hdl.handle.net/10183/132082">http://hdl.handle.net/10183/132082</a>	ATUAÇÃO, ensino e pesquisa na Ciência da Informação durante e pós-pandemia do Covid-19. [...]Fortaleza, 18 maio 2020. 1 vídeo (152 min). Gravado na plataforma StreamYard e publicado no canal da BCH UFC no YouTube. Disponível em: <a href="https://youtu.be/q7i4Bfz32Ek">https://youtu.be/q7i4Bfz32Ek</a> . Acesso em: 30 maio 2020. (uri) <a href="https://youtu.be/q7i4Bfz32Ek">https://youtu.be/q7i4Bfz32Ek</a> . (uri) <a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52025">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52025</a> .	<a href="https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/50338">https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/50338</a> .
Idioma ( <i>dc.Language</i> )	pt_BR	pt_BR	por	pt_BR	por

Público ( <i>dc.Audience</i> )	x	x	x	x	x
Proveniência ( <i>dc.Provenance</i> )	x	x	x	x	x
Detentor de direitos ( <i>dc.RightsHolder</i> )	x	x	x	x	x

Fonte: RIUFF (2023); Lume (2023); UFC (2023) e Arca (2023).

A gestão dos Direitos Autorais nos repositórios, garante a não violação dos Direitos Autorais, de ordem patrimonial ou moral, resguardando a instituição de futuras implicações legais (Costa, 2013). Portanto, os regimes de Direitos Autorais devem ser descritos para cada objeto por meio de um metadado. Esses metadados fornecem suporte aos processos associados com a preservação digital, podendo ser utilizados para preservar o documento no futuro (Saramago, 2004; Tadic, 2012). Diante desse contexto, a análise aos vídeos dos repositórios selecionados revelou diferentes resultados no campo *rights*, de Direitos Autorais (Quadro 16).

Os vídeos (A) e (B), apesar de estarem no mesmo repositório, apresentaram algumas diferenças no campo *rights*. Em conformidade com a Política de Informação do RIUFF, do qual estabelece que “a submissão/depósito configura adesão à Licença *Creative Commons*, à Licença de Distribuição Não Exclusiva e observância às questões legais de depósito quanto aos direitos autorais” (Universidade Federal Fluminense, 2017, p.52). A Licença utilizada pelo RIUFF é a *Creative Commons* Atribuição-Compartilha Igual (CC-BY-SA). Essa licença permite que outros remixem, adaptem, e criem a partir de sua obra, ainda que para fins comerciais, desde que atribuam o crédito ao autor e que essas obras sejam licenciadas sob os mesmos termos (Creative Commons, 2024; Costa, 2013). Ambos os vídeos do RIUFF (A e B) estavam descritos com a Licença CC-BY-SA, no entanto, o dado *Open Access* estava descrito apenas no vídeo (B).

No campo de Direitos Autorais, o vídeo (C) é descrito apenas como *open access* (Quadro 16). Contudo, ao final da página, onde estão localizados os metadados completos do vídeo, existe a informação: Este item está licenciado na *Creative Commons License* (CC-BY-NC-SA). Trata-se da Licença Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual. Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir da obra original para fins não comerciais, e contanto que atribuam crédito ao autor e licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros (Creative Commons, 2024; Costa, 2013).

A Política de Informação do Lume ratifica estabelecendo que os trabalhos depositados estão acessíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo, conforme a licença *Creative Commons* adotada pela plataforma (Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 2010). Em conformidade, o documento esclarece que o autor detém os direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, sendo vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia. O documento também ressalta que os usuários que utilizarem qualquer trabalho, seja na íntegra ou em partes, em novas publicações, ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra (Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 2010).

O vídeo (D) apresenta uma situação peculiar. Embora a Política de Informação do repositório UFC determine que os depósitos dos documentos digitais sejam em acesso aberto. E que, portanto, o autor deve conceder à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI, mediante o aceite das condições estabelecidas no termo de autorização. E que, esse termo não será necessário caso as produções adotem os padrões e protocolos de proteção dos direitos autorais definidos nos modelos de licença *Creative Commons*, permitindo sua disponibilização no RI (Universidade Federal Do Ceará, 2023). A análise ao vídeo (D) mostra o campo de Direitos Autorais vazio. Porém, no final da página dos metadados completos do vídeo, existe a informação: Os itens no repositório estão protegidos por copyright, com todos os direitos reservados, salvo quando é indicado o contrário.

O vídeo (E), do Arca, no campo *rights* está descrito *open access*. Ao final da página onde estão localizados os metadados completos do vídeo, existe o símbolo da licença *Creative Commons* (CC BY-NC), a Licença Atribuição-Não Comercial, acrescentando que “o conteúdo deste portal pode ser utilizado para todos os fins não comerciais, respeitados e reservados os direitos morais dos autores”.

Contudo, a Política de Informação do repositório Arca faz algumas ressalvas. O documento determina que os autores deverão ceder à Fiocruz, gratuita e não exclusivamente, os direitos de utilização não comercial das obras intelectuais, durante o prazo de vigência dos direitos autorais, em qualquer meio ou veículo, principalmente, o digital, em todos os países e idiomas, para fins de disponibilização pública gratuita e de utilização não comercial, reservados aos autores os direitos morais e os usos comerciais das obras intelectuais de que forem autores ou titulares.

Entretanto, será possível, desde que assim solicitado pelo autor, e definido no seu termo de cessão, a disponibilização da obra intelectual com uma cessão mais ampla, que inclua os usos comerciais (Brasil, 2014).

O campo Cobertura (*dc.coverage*), foi preenchido apenas pelo vídeo (E), pertencente ao Arca, no qual é especificado o tempo de duração do vídeo: [*temporal*]01h 16min 21s. Em contraste, o vídeo (B), do RIUFF (*Live*), a duração foi descrita no campo Formato (*dc.format*), como [*duration*]1h05min55s. Já o vídeo (C), do Lume, a duração também foi descrita no campo Formato (*dc.format*), como [*duration*]36min38s.

A definição do rótulo Cobertura (*dc.coverage*), segundo recomendado pelo Dublin Core (2024.2), é um tópico espacial ou temporal do recurso (um período nomeado, uma data ou um intervalo de datas). A aplicabilidade espacial do recurso pode ser um lugar nomeado ou um local especificado por suas coordenadas geográficas. A jurisdição pode ser uma entidade administrativa nomeada ou um local geográfico ao qual o recurso se aplica. Como a cobertura é definida de forma

tão ampla, é preferível usar as subpropriedades mais específicas Cobertura Temporal e Cobertura Espacial.

Entretanto, a definição do rótulo Formato (*dc.format*), de acordo com o Dublin Core (2024), é o formato do arquivo, meio físico ou dimensões do recurso. Exemplos de dimensões incluem tamanho e duração.

Um ponto relevante a destacar no estudo é a questão da acessibilidade dos vídeos analisados. A acessibilidade envolve o desenvolvimento de alternativas para garantir o acesso à informação por parte das Pessoas com Deficiência. Por sua vez, a pessoa com deficiência pode ser compreendida como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, não paginado).

Os vídeos disponíveis para acesso no próprio ambiente dos repositórios não ofereciam recursos de acessibilidade, como nos casos dos vídeos (A) do RIUFF e o vídeo (E) do Arca. No entanto, os vídeos (B) e (D), acessíveis por meio de *links* externos para o YouTube, apresentavam recursos disponibilizados pela plataforma, como legendas e transcrição automáticas. É relevante destacar que as legendas e transcrições automáticas fornecidas pelo YouTube podem conter falhas, ressaltando a importância de que o próprio vídeo possua legendas incorporadas. Quanto ao vídeo (C) do Lume, nas vezes em que foi analisado durante o período desta pesquisa, não reproduziu. Esse problema técnico pode ter sido causado pelo tamanho considerável do arquivo, que é de 1.971Gb.

Normalmente, os arquivos de vídeo tendem a ter um tamanho considerável, pois são compostos por um conjunto de elementos, como vídeo, áudio, texto e imagens. A combinação desses elementos juntos resultam, geralmente, em arquivos muito pesados, o que compromete a qualidade da reprodução (Cé, 2019.1). Por isso, é interessante considerar a implementação da tecnologia de *streaming* em universidades.

A comparação entre o *streaming* e o vídeo armazenado em repositório é essencial para compreender suas diferenças fundamentais. Enquanto o vídeo em repositório requer o *download* completo do arquivo para sua visualização, o *streaming* oferece uma abordagem mais dinâmica e adaptativa. No contexto do Lume, por exemplo, a necessidade de baixar o vídeo completo pode representar um desafio, especialmente em dispositivos móveis com conexões de internet limitadas. Em contrapartida, o *streaming* utiliza uma abordagem mais inteligente, no qual uma única matriz de vídeo é mantida em alta definição no banco de dados do provedor. À medida que o espectador assiste, o *streaming* ajusta dinamicamente a qualidade do vídeo de acordo com a velocidade da

conexão e a resolução da tela, garantindo uma experiência de visualização contínua e otimizada. Essa flexibilidade permite que os usuários acessem o conteúdo em tempo real, sem a necessidade de baixar o arquivo inteiro, destacando assim, a relevância do *streaming* como uma forma de distribuição de mídia.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar os paradigmas físico, cognitivo e social na Ciência da Informação (C.I.), conforme discutido no referencial teórico, torna-se evidente a necessidade de avaliar como esses paradigmas se refletem nas práticas observadas nos repositórios investigados. Por exemplo, ao analisar os metadados dos vídeos nos repositórios, pode-se perceber uma predominância da abordagem física da informação, especialmente no que diz respeito à ênfase nos aspectos técnicos e físicos do processo de comunicação, como a transmissão e armazenamento da informação. No entanto, observa-se também indícios de uma abordagem cognitiva, especialmente quando consideramos a importância dos metadados na organização e acesso às informações, refletindo a preocupação com a compreensão e interpretação dos usuários.

Também se observou que alguns repositórios não estão alinhados com a linguagem e as expectativas da geração atual. Desde sua estruturação até a forma como são organizados, muitos ainda se baseiam no organograma institucional, o que pode não fazer sentido para muitos usuários, especialmente aqueles que não estão familiarizados com a instituição em questão. Isso cria um conflito na mente dos usuários mais jovens e pode desestimular o uso do repositório. O design e a apresentação da informação também contribuem para a falta de engajamento, tornando importante repensar a abordagem para garantir uma melhor adaptação às necessidades e preferências dos usuários contemporâneos.

Além disso, ao analisar o contexto social dos repositórios, é possível identificar como as relações sociais, culturais e políticas influenciam a produção, circulação e uso da informação, corroborando com o paradigma social discutido na literatura. Nesse sentido, ao examinar a visibilidade dos vídeos nessas plataformas, é relevante considerar o contexto social envolvido. Essa compreensão abre caminho para futuras investigações e ações voltadas para uma gestão melhor estruturada da informação científica, que devem contemplar não apenas a presença nos repositórios, mas também estratégias adicionais de divulgação e acesso.

Ao longo desta análise, foram examinados cinco vídeos pertencentes a quatro Repositórios Institucionais (RIs) distintos, proporcionando percepções relevantes sobre a gestão de metadados, direitos autorais, acessibilidade entre outros aspectos. Este estudo revelou divergências em alguns pontos ao comparar os metadados descritos e as Políticas de Informação, principalmente na descrição dos metadados, políticas de direitos autorais e disposições sobre questões de acessibilidade, entre os diferentes RIs analisados.

Destaca-se que os metadados desempenham um papel importante na organização e preservação dos objetos digitais, especialmente no caso de vídeos. A falta de padronização e

clareza na descrição dos metadados pode comprometer o acesso e integridade desses conteúdos ao longo do tempo. A implementação de políticas de informação claras e bem estruturadas, além do conhecimento sobre metadados, é fundamental para garantir a compreensão e adesão de toda a equipe envolvida na preservação dos recursos digitais.

A análise envolvendo questões sobre Direitos Autorais revelou diferentes abordagens adotadas pelos RIs, evidenciando a importância de fornecer informações precisas e transparentes sobre as licenças e restrições associadas aos objetos digitais. Essa transparência é uma forma de evitar violações de Direitos Autorais e assegurar a conformidade legal.

No que diz respeito à acessibilidade, observou-se que os vídeos analisados no ambiente dos repositórios não oferecem recursos adequados para pessoas com deficiência, destacando uma necessidade de melhorias nesse aspecto. A implementação de tecnologias de *streaming* pode ser uma solução viável para melhorar a acessibilidade, oferecendo opções de legendas, transcrições e faixas de áudio, inclusive legendas em diferentes idiomas. Além disso, a tecnologia de *streaming* permite um carregamento rápido e de alta qualidade de reprodução de vídeos, reduzindo problemas relacionados a tamanhos extensos e tempo de carregamento prolongado, proporcionando uma experiência de usuário mais satisfatória.

A reflexão acerca da visibilidade e do uso efetivo dos Repositórios Institucionais emerge como um aspecto importante. Existe uma necessidade de ampliar a divulgação e o incentivo ao uso dos RIs, não apenas como espaços de arquivamento, mas como ferramentas dinâmicas de disseminação do conhecimento. Embora a adoção de tecnologias de *streaming*, como mencionado, possa representar uma solução viável para melhorar a acessibilidade dos vídeos, por exemplo, é fundamental considerar alternativas que fortaleçam a presença institucional e garantam a estabilidade e controle sobre o acesso ao conteúdo. Nesse sentido, o estímulo ao desenvolvimento de serviços de *streaming* próprios pelas universidades surge como uma estratégia promissora, permitindo a integração entre os repositórios para preservação e o *streaming* para facilitar o acesso. Ao mesmo tempo, é imprescindível estar atento aos potenciais riscos associados ao uso de plataformas externas, como o YouTube, que podem limitar o acesso, impor restrições de uso e até mesmo exibir conteúdo com propagandas indesejadas, muitas vezes discordantes com a filosofia da instituição. Embora este estudo não tenha tratado sobre questões relacionadas aos recursos necessários para implementar essa tecnologia nas instituições, é um importante aspecto a se considerar.

Por meio dos objetivos delineados, foi possível realizar uma análise abrangente sobre a disponibilização dos recursos audiovisuais nos RIs. Os resultados obtidos revelaram lacunas na utilização dos metadados relacionados com a preservação dos objetos digitais, ressaltando a

necessidade de maior atenção a esse aspecto para garantir o acesso aos vídeos. Ao examinar o uso e disponibilidade dos recursos audiovisuais nos RIs, observou-se as estatísticas de uso, fazendo inferências a partir dos números de *downloads* e dos tamanhos dos vídeos, destacando a importância de considerar esses fatores na disponibilização do conteúdo.

E, ao identificar as iniciativas para a disponibilização dos vídeos digitais nos RIs, evidenciou-se a necessidade de uma maior precisão e detalhamento na redação das Políticas de Informação dos repositórios participantes, visando fornecer orientações claras e detalhadas para os usuários. Dessa forma, ao atingir os objetivos propostos e responder à questão de pesquisa, este estudo contribui para o entendimento e aprimoramento da gestão de recursos audiovisuais em ambientes institucionais.

Em conclusão, esta pesquisa ressalta a complexidade e importância da gestão de vídeos digitais em RIs, destacando a necessidade de processos minuciosos e contínuos para garantir a durabilidade desses conteúdos a longo prazo. Como aponta Tadic (2012, p.10), os arquivistas de vídeo precisam se tornar “preservacionistas digitais”, reconhecendo a relevância de se adotar práticas que assegurem a integridade e acesso dos recursos audiovisuais digitais por um longo período. E, portanto, o sucesso das atividades de preservação somente será alcançado se forem seguidas boas práticas.

Esse tema não se esgota nesta pesquisa. Ele pode fornecer novas perspectivas que poderiam aprimorar os serviços oferecidos pelas universidades e contribuir para o avanço da gestão de recursos audiovisuais digitais no contexto acadêmico e científico. Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se explorar a implementação de tecnologias de *streaming* nas universidades brasileiras, investigando os benefícios e desafios associados a essa abordagem, incluindo questões relacionadas à acessibilidade, qualidade de reprodução, gerenciamento de dados, seu impacto na experiência do usuário, a preservação dos objetos digitais, entre outros aspectos.

## REFERÊNCIAS

- ADOBE. **Escolha o formato certo de vídeo**. 2023. Disponível em: <https://www.adobe.com/pt/creativecloud/video/discover/best-video-format.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ALVES, Marcia Nogueira; FONTOURA, Mara; ANTONIUTTI, Cleide Luciane. **Mídia e produção audiovisual: uma introdução** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- ALVES, Rachel Cristina Vesú. **Metadados como elementos do processo de catalogação**. 2010. 134 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília - Sp, 2010. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/alves\\_rachel.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/alves_rachel.pdf). Acesso em 24 jan. 2024.
- AMARO, Bianca. Bibliotecas, repositórios institucionais e direitos autorais. **Cadernos Bad**, (s.l), n. 2, p. 265-274, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/98410>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- ARAÚJO, C. A. Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/6951>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- ARCA, Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Sobre o repositório Arca**. 2023. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/page/sobre>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- ARCA (1), Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Navegação por tipo de documento**. 2023. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/browse?type=type> . Acesso em 06 jul. 2023.
- ARQUIVO.PT (Portugal). **Formatos adequados para preservação**. 2017. Disponível em: <https://sobre.arquivo.pt/pt/colabore/recomendacoes/formatos-adequados-para-preservacao/#video>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- ATASHINSADAF, A.; RAMEZANI-BADR, F.; LONG, T. *et al.* Facilities, challenges, attitudes, and preferences of nursing students related to e-learning in the Covid-19 pandemic in Iranian context: a cross-sectional study. **BMC Med Educ**. v. 24, n. 50, p-1-14, 2024. DOI: <https://doi-org.ez16.periodicos.capes.gov.br/10.1186/s12909-024-05029-6>. Disponível em: <https://bmcmededuc-biomedcentral-com.ez16.periodicos.capes.gov.br/articles/10.1186/s12909-024-05029-6#citeas>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Uma face da ciência da informação. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília/Rio de Janeiro: Ibict/Ddi/Dep, 1999. Cap. 2. p. 133-141. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1000>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BAHIA, Lia; BUTCHER, Pedro; TINEN, Pedro. O setor audiovisual e os serviços de streaming: Da necessidade de repensar a regulação e as políticas públicas. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 101-116, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54786/revista%20eptic.v24i3.17814>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/17814>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BARRETO, A. A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 67–74, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000300010> . Acesso em: 30 abr. 2023.

BAYKOUICHEVA, Svetla. Scientific communication in the digital age. In: BAYKOUICHEVA, Svetla. **Managing Scientific Information and Research Data**. Waltham, Ma, Usa: Elsevier, 2015. Cap. 2. p. 9-18. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/280567982\\_Scientific\\_communication\\_in\\_the\\_digital\\_age](https://www.researchgate.net/publication/280567982_Scientific_communication_in_the_digital_age). Acesso em: 15 jan. 2024.

BEAUMONT, Rea. IA é o novo DJ: Inteligência Artificial como curadora cultural. **ALCEU**, [S. l.], v. 22, n. 46, p. 48–55, 2022. DOI: <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v22.ed46.2022.281>. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/281>. Acesso em: 20 jan. 2024. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORBA, Marcelo de Carvalho; SOUTO, Daise Lago Pereira; CANEDO JUNIOR, Neil da Rocha. **Vídeos na educação matemática: Paulo Freire e a quinta fase das tecnologias digitais**. (Coleção tendências em educação matemática). Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2022. E-book.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre). Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/mri-01---information-science---what-is-it.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2023.

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1988). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa Com Deficiência). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**: Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Agência de Comunicação da UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina (comp.). **Divulgação científica: como fazer (você mesmo) um bom vídeo**. 2020.1. Disponível em: <https://agecom.ufsc.br/2020/09/15/divulgacao-cientifica-como-fazer-voce-mesmo-um-bom-video/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Direitos autorais**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm). Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict). Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz (org.). **Fiocruz disponibiliza vídeos sobre Covid-19 com recursos de acessibilidade**. 2020a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-disponibiliza-videos-sobre-covid-19-com-recursos-de-acessibilidade>. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento. **Política de Acesso Aberto ao Conhecimento**. 2014. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria\\_-\\_politica\\_de\\_acesso\\_aberto\\_ao\\_conhecimento\\_na\\_fiocruz.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf). Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde (2020). **Recomendação Nº 036, de 11 de Maio de 2020**. Brasil: Conselho Nacional de Saúde (CNS), p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em: 22 set. 2023.

BRUCHÊZ, A.; D'AVILA, A. A. F.; FERNANDES, A. M.; CASTILHOS, N. C.; OLEA, P. M. **Metodologia de Pesquisa de Dissertações sobre Inovação: Análise Bibliométrica**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/view/4136>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BUARQUE, Marco Dreer. Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais. In : ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (9:2008; São Leopoldo, RS). **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral; São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2008. 9f. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6818>. Acesso em 29 maio 2023.

BUARQUE, Marco Dreer; MACHADO, João Guilherme Nogueira; PONTES, Eliane Batista. Plano de Preservação Digital da VideoSaúde: estratégias para a gestão de documentos audiovisuais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2020. DOI: 10.29397/reciis.v14i3.2100. Disponível em: <https://www.reciiis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2100>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Read the declaration**: budapest open access initiative. 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BUSS, Clarice; JULIANI, Jordan Paulesky; SANT'ANNA, Juliana Silva; SOMBRIO, Liz Kelli de Amorim. Divulgação da produção científica acadêmica por meio de vídeo: uma proposta de serviço para bibliotecas universitárias. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 140-158, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v13i2p140-158>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/195034>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CALLICOTT, Burton B.; SCHERER, David; WESOLEK, Andrew (ed.). **Making Institutional Repositories Work**. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 2016. 356 p.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Arquitetura da informação para repositórios científicos digitais. In: SAYÃO, Luis; TOUTAIN, Lídia Brandão; ROSA, Flavia Garcia; MARCONDES, Carlos Henrique (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 55-82. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Enancib, 2003. p. 1-22. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em: 26 mar. 2023.

CARVALHO, Mariela Costa. Divulgação Científica no Youtube: narrativa e cultura participativa nos canais nerdologia e peixe babel. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39., 2016, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Intercom, 2016. p. 1-12. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2014-1.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CASTRO, Darlene Teixeira; PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças; NUNES, Gleydsson Circuncisão. Uma invenção e três revoluções: uma breve história do audiovisual. **Humanidades & Inovação**, [s. l], v. 7, n. 5, p. 212-222, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/811>. Acesso em: 07 fev. 2023.

CÉ, Otávia. Alves. Cinema e audiovisual. In: JESUS, Adriano Miranda Vasconcellos de; CÉ, Otávia Alves. (org.). **Produção audiovisual no Brasil**. Porto Alegre: Sagah, 2019. p. 33-45.

CÉ, Otávia. Alves. Tipos de vídeos. In: JESUS, Adriano Miranda Vasconcellos de; CÉ, Otávia Alves. (org.). **Produção audiovisual no Brasil**. Porto Alegre: Sagah, 2019.1. p. 99-114.

CÉ, Otávia. Alves. Objetivos do audiovisual. In: JESUS, Adriano Miranda Vasconcellos de; CÉ, Otávia Alves. (org.). **Produção audiovisual no Brasil**. Porto Alegre: Sagah, 2019.2. p. 87-98.

CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Percepção pública da C&T no Brasil: 2018-2019**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2019. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/web/percepcao> Acesso em 30 abr. 2023.

CHO, Jane. Exploratory analysis of the operation of institutional repositories in Asian countries. **Information Development**, 35(2), 262-271, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0266666917742442>.

CISCO (2020). **Cisco annual internet report (2018-2023)**: White paper. Disponível em: <https://www.cisco.com/c/en/us/solutions/collateral/executive-perspectives/annual-internet-report/white-paper-c11-741490.html> Acesso em: 19 maio 2023.

COFIELD, Sara Rivers; CHILDS, S. Terry; MAJEWSKI, Teresita. A Survey of How Archaeological Repositories Are Managing Digital Associated Records and Data: A Byte of the Reality Sandwich. **Advances in Archaeological Practice**, 2024, 1-14. Disponível em: <http://dx-doi.ez16.periodicos.capes.gov.br/10.1017/aap.2023.29>. Acesso em 29 jan. 2024.

COMMONS, Creative. **Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual 2.5 Brasil (CC BY-NC-SA 2.5 BR)**. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/br/>. Acesso em: 21 maio 2023.

COMPARATO, Doc. **Da criação ao roteiro**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2018. *E-book*.

CORRADINI, André Luiz Delgado. **Princípios do cinema e introdução ao videodocumentário** [E-book]. Curitiba: InterSaberes, 2019.

CORRADINI, André Luiz Delgado. **Edição de vídeo** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020. 150 p.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luís; TOUTAIN, Lídia Brandão; ROSA, Flavia Garcia; MARCONDES, Carlos Henrique. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: 29 jan. 2024.

COSTA, Veruska da Silva. **Política de acesso aberto e direitos autorais do repositório institucional da ENAP**. Brasília, DF: Enap, 2013. 62 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4720>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CREATIVE COMMONS (comp.). **Sobre as Licenças**. Disponível em: <https://br.creativecommons.net/licencas/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

DCMI, Dublin Core Metadata Initiative. **Using Dublin Core™ - The Elements**. 2005. Disponível em: <https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/usageguide/elements/>. Acesso em 24 jan. 2024.

DCMI, Dublin Core Metadata Initiative. **Dublin Core™ Metadata Element Set, Version 1.1: Reference Description**. 2012. Disponível em: <https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dces/>. Acesso em 24 jan. 2024.

DCMI, Dublin Core Metadata Initiative. **History of the Dublin Core Metadata Initiative**. 2024. Disponível em: <http://dublincore.org/about/history/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

DODEBEI, Vera. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, Luis; TOUTAIN, Lídia Brandão; ROSA, Flavia Garcia; MARCONDES, Carlos Henrique (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: Edufba, 2009. p. 81-106. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473> . Acesso em: 21 fev. 2023.

DSPACE. **About DSpace**. 2024. Disponível em: <https://dspace.lyrasis.org/about/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

DUBLIN CORE. **Format**. 2024. Disponível em: <https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dcmi-terms/terms/format/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

DUBLIN CORE. **Rights**. 2024.1. Disponível em: <https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dcmi-terms/terms/rights/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

DUBLIN CORE. **Coverage**. 2024.2. Disponível em: <https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/dcmi-terms/terms/coverage/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

EDMONDSON, Ray. **Arquivística audiovisual: filosofia e princípios**. Brasília: Unesco, 2017. 100 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259258> . Acesso em: 19 maio 2023.

FAXINA, Elson (Org.). **Edição de áudio e vídeo** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2018. 449 p. (Excelência em jornalismo).

FECYT, Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología. **Encuesta de percepción social de la ciencia y la tecnología en España: 2022**. Madrid, Espanha: FECYT Innovación, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.58121/msx6-zd63> Acesso em: 30 abr. 2023.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/242> Acesso em: 21 mar. 2023.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Patrícia Nunes da; GUIMARÃES, Jacqueline de Farias. Repositórios institucionais: a experiência da universidade de Brasília. In: SAYÃO, Luís; TOUTAIN, Lídia Brandão; ROSA, Flavia Garcia; MARCONDES, Carlos Henrique (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 333-343. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FONTOURA, Antonio. **Recursos audiovisuais nas aulas de história** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2018.

FORMANEK, Matus. Solving SEO Issues in DSpace-based Digital Repositories: A Case Study and Assessment of Worldwide Repositories. **Information Technology and Libraries**, [S. l.], v. 40, n. 1, 2021. DOI: 10.6017/ital.v40i1.12529. Disponível em: <https://ital.corejournals.org/index.php/ital/article/view/12529>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FORMENTON, Danilo *et. al.* Os padrões de metadados como recursos tecnológicos para a garantia da preservação digital. **Biblios [online]**. 2017, n.68, pp.82-95. Disponível em: [http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1562-47302017000300006&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1562-47302017000300006&script=sci_abstract) . Acesso em: 4 jun. 2023.

FORMENTON, Danilo; GRACIOSO, Luciana de Souza. Padrões de metadados no arquivamento da Web: recursos tecnológicos para a garantia da preservação digital de websites arquivados. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 20, p. e022001, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8666263>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8666263>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GALVINO, C. C. T.; ROSA, M. N. B.; OLIVEIRA, B. M. J. F. de. O movimento de Acesso Aberto e a Ciência Aberta: uma proposta de repositório de dados e memória na Universidade Federal de Alagoas. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 34–45, 2020. DOI: 10.28998/cirev.2020v7n1c. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9521>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GARVEY, William D. **Communication: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers, and students**. Oxford: Pergamon, 1979. 332 p. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=3RijBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA148&dq=Scientific+communication+as+a+social+system.+In:+Communication:+the+essence+of+science&ots=8HNSI9cK2S&sig=oN1e\\_18Yg2qWmUKgdT-bSS\\_TJAU#v=onepage&q=Scientific%20communication%20as%20a%20social%20system.%20In%3A%20Communication%3A%20the%20essence%20of%20science&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=3RijBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA148&dq=Scientific+communication+as+a+social+system.+In:+Communication:+the+essence+of+science&ots=8HNSI9cK2S&sig=oN1e_18Yg2qWmUKgdT-bSS_TJAU#v=onepage&q=Scientific%20communication%20as%20a%20social%20system.%20In%3A%20Communication%3A%20the%20essence%20of%20science&f=false). Acesso em 17 fev. 2023.

GARVEY, William D.; GRIFFITH, Belver C.. Communication and information processing within scientific disciplines: empirical finding for psychology. **Information Storage and Retrieval**. Great Britain, v.8, n.3, p. 123-136. June 1972.

GILL, Tony. *Metadata and the Web*. In: BACA, Murtha. **Introduction to Metadata**. Third edition. Los Angeles: Getty Research Institute, 2016.

GILLILAND, Anne J. Setting the Stage. In: BACA, Murtha. **Introduction to Metadata**. Third edition. Los Angeles: Getty Research Institute, 2016.

GOMES, J. de O.; COSTA, L. F. da. A comunicação científica frente aos impactos provocados pela pandemia de COVID-19. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1–2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/54758>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GRÁCIO, José Carlos Abbud. **Preservação digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012. 214 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/113727/ISBN9788579833335.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GRISOTO, Ana Paula. **Um estudo acerca dos recursos audiovisuais no contexto do Linked Data**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília - Sp, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138919> . Acesso em: 27 fev. 2023.

GUY, Sarah. **Streaming Media Collection in A Changing Environment: a content analysis of academic library collection development policies**. 2020. 34 f. Master’s paper of Science In Library Science, School Of Information And Library Science Of The University Of North Carolina, Chapel Hill, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17615/5jjg-s246>.

HAGEMeyer, Rafael Rosa. **História & audiovisual**. [Livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HEY, Tony; TANSLEY, Stewart; TOLLE, Kristin. **O quarto paradigma: descobertas científicas na era da eScience**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

INNARELLI, Humberto Celeste. Preservação digital: a influência da gestão dos documentos digitais na preservação da informação e da cultura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 72–87, 2011. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v8i2.1934>. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1934>. Acesso em: 24 jan. 2024.

JESUS, Adriano Miranda Vasconcellos. Iluminação. In: JESUS, Adriano Miranda Vasconcellos de; CÉ, Otávia Alves. (org.). **Produção audiovisual no Brasil**. Porto Alegre: Sagah, 2019. p. 183-200.

KALTURA. **Kaltura Streaming Platform**. 2024. Disponível em: <https://corp.kaltura.com/kaltura-streaming-platform/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

KERR, Michael Abrantes; SILVA, Victor Andrei da; OLIVEIRA, Christine Bahia de; PEREIRA, Gustavo Teixeira de Faria; FORECHI, Marcilene; STEGANHA, Roberta. **Produção audiovisual** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

KHOUJA, Jasmine N.; MUNAFÒ, Marcus R.; TILLING, Kate; WILES, Nicola J.; JOINSON, Carol; ETCHELLS, Peter J.; JOHN, Ann; HAYES, Fiona M.; GAGE, Suzanne H.; CORNISH, Rosie P.. Is screen time associated with anxiety or depression in young people? Results from a UK birth cohort. **Bmc Public Health**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 1-11, 17 jan. 2019. Springer Science and Business Media LLC. DOI: <http://dx.doi.org/10.1186/s12889-018-6321-9>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30654771/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

KOUSHA, K.; THELWALL, M.; ABDOLI, M. The role of online videos in research communication: A content analysis of YouTube videos cited in academic publications. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 63, n. 9, p. 1710–1727, 1 set. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/256435778\\_The\\_role\\_of\\_online\\_videos\\_in\\_research\\_communication\\_A\\_content\\_analysis\\_of\\_YouTube\\_videos\\_cited\\_in\\_academic\\_publications](https://www.researchgate.net/publication/256435778_The_role_of_online_videos_in_research_communication_A_content_analysis_of_YouTube_videos_cited_in_academic_publications). Acesso em 19 maio 2023.

KREUTZ, Katia. **Neorrealismo Italiano**. 2018. Disponível em: <https://www.aicinema.com.br/neorrealismo-italiano/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

LAVOIE, Brian; GARTNER, Richard. **Preservation Metadata**. 2.ed. [s.l.]: Charles Beagrie Ltd. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.7207/twr13-03>. Disponível em: <https://www.dpconline.org/docs/technology-watch-reports/894-dpctw13-03/file>. Acesso em: 30 set. 2009.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEITE, Fernando; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá; COSTA, Michelli. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. 34p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/703> . Acesso em 20 fev. 2023.

LEÓN, Bienvenido; BOURK, Michael (ed.). **Communicating science and technology through online video**: researching a new media phenomenon. New York: Routledge Focus, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/324803700\\_Communicating\\_Science\\_and\\_Technology](https://www.researchgate.net/publication/324803700_Communicating_Science_and_Technology)

[y Through Online Video Researching a New Media Phenomenon](#) . Acesso em: 11 abr. 2023.

LEONARD, Mike; KURNIAWAN, Margaret (col.). **Um guia sobre resolução de vídeo para iniciantes**. 2023. Disponível em: <https://www.adobe.com/pt/creativecloud/video/discover/video-resolution.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LIBRARY OF CONGRESS (Washington, DC, Estados Unidos). **Sustainability of Digital Formats: planning for library of congress collections**. Planning for Library of Congress Collections. 2017. Disponível em: <https://www.loc.gov/preservation/digital/formats/sustain/sustain.shtml>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LOAN, Fayaz Ahmad. Open Access Digital Repositories in Asia: current status and future prospects. **International Journal Of Information Science And Management**, [S.L], v. 12, n. 2, p. 35-45, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/285660942\\_Open\\_Access\\_Digital\\_Repositories\\_in\\_Asia\\_Current\\_Status\\_and\\_Future\\_Prospects](https://www.researchgate.net/publication/285660942_Open_Access_Digital_Repositories_in_Asia_Current_Status_and_Future_Prospects). Acesso em: 29 jan. 2024.

LUNA MORALES, Maria Helena; RUSSELL, Jane M.. **El uso de nuevas tecnologías de información y comunicación científica en el área de partículas elementales: el caso de la física mexicana**. México: Unam, Centro Universitario de Pesquisa Bibliotecária, 2009. Disponível em: <https://dspace-libros.metabiblioteca.com.co/handle/001/213>. Acesso em: 19 fev. 2023.

MACHADO, Caio C. Vieira *et al.* **Ciência contaminada: analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via youtube**. Brasil: Laut, INCT.CC, Cepedisa/USP, 2020. 51 p. (Parte 1 da série Democracia Infectada). Disponível em: <https://inctdd.org/relatorio-analisa-desinformacao-sobre-coronavirus-no-youtube/>. Acesso em: 22 set. 2023.

MACHADO, João Guilherme Nogueira. Um perfil de padrões de metadados de preservação para documentos arquivísticos audiovisuais. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 4, n. 00, p. e023011, 2023. DOI: 10.20396/rebpred.v4i00.17991. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/17991>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MANESS, Jack; PHAM, Kim; REYES, Fernando; RYNHART, Jeff. A Vertical Cooperation Model to Manage Digital Collections and Institutional Resources. **Publications**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 1-14, 26 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/publications8020023>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-6775/8/2/23>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARQUES, Alan. Produção audiovisual: direção, produção, edição e apresentação. In: VALIM, Silvia; MARQUES, Alan. **Do áudio ao visual: produção, técnica e panorama contemporâneo do rádio e da TV no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. p. 142-158.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, Df: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

MOLETTA, Alex. **Criação de curta-metragem em vídeo digital: uma proposta para produções de baixo custo [recurso digital]**. 4.ed. São Paulo: Summus, 2009.

MOLETTA, Alex. **Você na tela**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2019. *E-book*.

MONTERO DÍAZ, J.; PAZ REBOLLO, M. A. Historia audiovisual para una sociedad audiovisual. **Historia Crítica**, [S. l.], v. 1, n. 49, p. 159–183, 2013. DOI: 10.7440/histcrit49.2013.08. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/hiscrit/article/view/4317>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MOREIRA, W. Os colégios virtuais e a nova configuração da comunicação científica. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 34, n. 1, 2005. DOI: 10.18225/ci.inf.v34i1.1102. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1102> . Acesso em: 21 fev. 2023.

NAGUMO, Estevon. Youtube, estudos e desinformação: dilemas dos estudantes universitários. 2022. 174 f., il. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43643> Acesso em: 18 jun. 2023.

NASCIMENTO, Andréa Gonçalves do et al. Plano de preservação digital: Repositório Institucional Arca (Versão 1.0). Rio de Janeiro: Fiocruz/ICICT, 2020. 20 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41394>. Acesso em: 01 fev. 2024.

ORTIZ RAMOS, José Mario; BUENO, Maria Lucia. Cultura audiovisual e arte contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 10-17, jul. 2001. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392001000300003>.

OPENDOAR (UK). **OpenDOAR Statistics**: an overview of the data held in opendoar. An overview of the data held in OpenDOAR. 2024. Disponível em: [https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository\\_visualisations/1.html](https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html). Acesso em: 29 jan. 2024.

PAULA FILHO, Wilson de Pádua. **Multimídia**: conceitos e aplicações [E-book]. 2ªed. São Paulo: Grupo GEN, 2010. ISBN 978-85-216-1993-2.

POZZOBON, Graciela. **O que é audiodescrição**. 2024. Disponível em: <http://audiodescricao.com.br/ad/o-que-e-audiodescricao/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

RIUFF, Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense. **Qual é o software utilizado no RiUFF?**. Disponível em: <http://bibliotecas.uff.br/perguntas-frequentes-riuff/> . Acesso em 09 jul. 2023.

SÁ, Luana Rodrigues da Silva (Cont.); HUBERT, Lídia (Coord); NUNES, Jader de Sousa (Coord.). **Introdução à audiodescrição**: módulo 1. Brasília, DF: ENAP, Escola Nacional De Administração Pública. 2020. 28 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5299>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SÁ, Luana Rodrigues da Silva (Cont.); HUBERT, Lídia (Coord); NUNES, Jader de Sousa (Coord.). **Introdução à audiodescrição**: Técnicas de audiodescrição aplicadas à internet e sites: módulo 2. Brasília, DF: ENAP, Escola Nacional De Administração Pública. 2020.1. 28 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5299>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SALTON, Bruna Poletto; AGNOL, Anderson Dall; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves, Rs: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017. 108 p. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/livro-manual-de-acessibilidade-em-documentos-digitais/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SANTOS, D. S.; ROSA, F. G. M. G. O movimento de acesso aberto e a UFBA: dez anos de implantação do repositório institucional. **PontodeAcesso**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 97–116, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/36682>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SANTOS, Francisco Edvander Pires. **Gestão de acervos audiovisuais em repositórios**. Orientação: Maria Giovanna Guedes Farias. Coorientação: Luiz Tadeu Feitosa. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39305>. Acesso em 20 fev. 2023.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Preservação de documentos arquivísticos digitais: reflexões sobre o uso de padrões abertos nos acervos. **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 32, n. 74, p. 35-53, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2018.74.57905>. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-358X2018000100035&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2018000100035&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 24 jan. 2024.

SANTOS, Renata Maria Silva. **As associações entre tempo de tela e saúde mental no ciclo vital**. 2023. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina Molecular, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1518152>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SANTOS JUNIOR, Edson Benedito; OLIVEIRA, Hilda Carvalho de; OLIVEIRA, Celso Socorro. Acessibilidade na TV Digital Aberta no Brasil para apoio a surdos. In: INTERNATIONAL INFORMATION AND TELECOMMUNICATION TECHNOLOGIES SYMPOSIUM, 9., 2010, Rio de Janeiro. **Conference**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2010. p. 1-8. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/261027538\\_Acessibilidade\\_na\\_TV\\_Digital\\_Aberta\\_no\\_Brasil\\_para\\_apoio\\_a\\_surdos](https://www.researchgate.net/publication/261027538_Acessibilidade_na_TV_Digital_Aberta_no_Brasil_para_apoio_a_surdos). Acesso em: 02 fev. 2024.

SANTOS-D'AMORIM, K. A comunicação científica em movimento: das origens aos debates atuais. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 15, p. e02103, 2021. DOI: 10.36311/1981-1640. 2021. v15.e02103. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11468>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. DOI: [10.18225/ci.inf.v24i1.608](https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i1.608). Acesso em: 08 abr. 2023.

SARAMAGO, Maria Lurdes. **Metadados para preservação digital e aplicação do modelo OAIS**. Biblioteca do Departamento de Biologia Animal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/276549984.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, Luís; TOUTAIN, Lídia Brandão; ROSA, Flavia Garcia; MARCONDES, Carlos Henrique. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 23-54. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SAYÃO, Luís Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 1–31, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2010v15n30p1>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n30p1>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SAYÃO Luís Fernando; SALES, L. F. **Guia de gestão de dados de pesquisa para bibliotecários e pesquisadores**. Rio de Janeiro: CNEN/IEN, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/286455028\\_Guia\\_de\\_gestao\\_de\\_dados\\_de\\_pesquisa\\_para\\_bibliotecarios\\_e\\_pesquisadores](https://www.researchgate.net/publication/286455028_Guia_de_gestao_de_dados_de_pesquisa_para_bibliotecarios_e_pesquisadores). Acesso em: 31 jan. 2024.

SILVA, Joana Diulia Coelho; SILVA, Sabrina Maria Monteiro da; TEOBALDO, Levy Kevin Valério; FERNANDES, Joana D’Arc Páscoa Bezerra. Linguagem audiovisual acessível e inglês na promoção da acessibilidade informacional e da internacionalização no YouTube e Instagram da Biblioteca de Ciências Humanas da UFC. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 7, n. 8, p. 1018, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/72001>. Acesso em 31 jan 2024.

SITEK, Dagmar; BERTELMANN, Roland. Open Access: a state of the art. In: BARTLING, Sönke; FRIESIKE, Sascha. **Opening Science: the evolving guide on how the internet is changing research, collaboration and scholarly publishing**. Germany: Springer Open, 2014. p. 139-153. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-00026-8\\_9](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-00026-8_9). Acesso em: 08 mar. 2023.

SMIT, Johanna Wilhelmina. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, v. 26, n. ja/ju 1993, p. 81-85, 1993. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000866736.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2023.

SOUZA, Arthur Heleno Lima Rodrigues de; OLIVEIRA, Alexandre Faria; D’AVILA, Raquel Tavares; CHAVES, Erinalva Pereira da Silva Sales. O modelo de referência OAIS e a preservação digital distribuída. **Ciência da Informação**, S.L, v. 41, n. 1, p. 65-73, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v41i1.1352>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1352>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, Luciana Gonçalves Silva; AGANETTE, Elisângela Cristina. Políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais: relatos de experiências de Instituições de Ensino Superior brasileiras na constituição do documento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 111677, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245282.111677. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/111677>. Acesso em: 29 jan. 2024.

TADIC, Linda. **Preservação de vídeo para Milênios**. Tradução de Marco Dreer, autorizada pela autora e pela Association of Moving Image Archivists (AMIA). Originalmente publicado em AMIA Tech Review, vol. 4, Maio de 2012. Disponível em: <https://via78.com.br/video-milenios/>. Acesso em 23 jan. 2024.

THE "INVISIBLE COLLEGE", 1645–1662. *Nature* **142**, 67–68 (1938). <https://doi.org/10.1038/142067d0>

TSIPI, Lefteris, VOUYIOUKAS, Demosthenes, LOUMOS, Georgios, KARGAS, Antonios, VAROUTAS, Dimitrios. Digital Repository as a Service (D-RaaS): Enhancing Access and

Preservation of Cultural Heritage Artifacts. **Heritage**. 2023; 6(10):6881-6900. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/heritage6100359>. Acesso em: 29 jan. 2024.

UFC, Repositório Institucional Universidade Federal do Ceará. **Página inicial**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/> . Acesso em: 20 maio 2023.

UFF, Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense. **Apresentação**. 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/page/about/> . Acesso em: 09 jul. 2023.

UFRGS, Lume Repositório Digital. **Apresentação**. 2023. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/apresentacao> . Acesso em: 20 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Comitê Gestor do Repositório Institucional da UFC. **Política de informação técnico-científica do repositório institucional da Universidade Federal do Ceará**. 2023. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/documentos/UFC\\_CONSUNI\\_Resolucao05\\_2023.pdf](https://repositorio.ufc.br/documentos/UFC_CONSUNI_Resolucao05_2023.pdf). Acesso em 22 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Comitê Gestor do Lume. **Portaria 1036 de 11 de março de 2010: Política Institucional de Informação para o LUME**. 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/regulamentacao>. Acesso em: 31 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Comitê de Gestão da Informação. **Norma de Serviço n.655 de 03 de janeiro de 2017: política para depósito de produção técnico-científica**. Rio de Janeiro, 2017. 6 p. (ANO LI - nº 003). Disponível em: <https://bibliotecas.uff.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/06/Pol%C3%ADtica-para-dep%C3%B3sito-no-RIUFF.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2023.

VALIM, Silvia; MARQUES, Alan. **Do áudio ao visual: produção, técnica e panorama contemporâneo do rádio e da TV no Brasil**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2020. *E-book*.

WERSIG, Gernot. Information Science: The Study of Postmodern Knowledge Usage. **Information Processing & Management**. 29, no. 2 (1993): 229-239.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The information scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975. Disponível em : <https://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

ZAGANELLI, Bárbara Martins. A informação científica ao alcance da sociedade. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; VALERIO, Palmira Moriconi (Org.). **Da gênese à contemporaneidade da comunicação e divulgação científicas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. P.235-246.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A - Guia de observação não participante – Metadados (Dublin Core)

Repositório institucional:

Data da Coleta:

Análise aos Metadados utilizados no vídeo:

Metadados vídeo	<b>Elementos DublinCore</b>	<b>Qualificadores</b>	<b>Descrição</b>
	Título ( <i>dc.Title</i> )	<b>Alternative</b>	
	Assunto ( <i>dc.Subject</i> )	-	
	Descrição ( <i>dc.Description</i> )	<b>Table Of Contents Abstract</b>	
	Tipo ( <i>dc.Type</i> )	-	
	Fonte ( <i>dc.Source</i> )	<b>URI (Element Encoding Scheme(s))</b>	
	Relação ( <i>dc.Relation</i> )	<b>Is Version Of Has Version Is Replaced By Replaces Is Required By Requires Is Part Of Has Part Is Referenced By References Is Format Of Has Format Conforms To URI (Element Encoding Scheme(s))</b>	
	Cobertura ( <i>dc.Coverage</i> )	<b>Spatial Temporal</b>	
	Criador ( <i>dc.Creator</i> )	-	
	Editor ( <i>dc.Publisher</i> )	-	
	Colaborador ( <i>dc.Contributor</i> )	-	
	Direitos ( <i>dc.Rights</i> )	<b>Access Rights License URI (Element Encoding Scheme(s))</b>	
	Data ( <i>dc.Date</i> )	<b>Created Valid Available Issued Modified Date Accepted Date Copyrighted Date Submitted</b>	

Formato ( <i>dc.Format</i> )	<b>Extent Medium</b>	
Identificador ( <i>dc.Identifier</i> )	<b>Bibliographic Citation URI (Element Encoding Scheme(s))</b>	
Idioma ( <i>dc.Language</i> )	<b>ISO 639-2RFC 3066 (Element Encoding Scheme(s))</b>	
Público ( <i>dc.Audience</i> )	<b>Mediator Education Level</b>	
Proveniência ( <i>dc.Provenance</i> )	-	
Detentor de direitos ( <i>dc.RightsHolder</i> )	-	

## APÊNDICE B - Repositórios brasileiros de Acesso Aberto (IBICT)

A lista abaixo, trata-se da seleção dos Repositórios Institucionais (RIs) participantes do estudo de caso múltiplo desta pesquisa, listados na página do IBICT. A lista possui 110 itens, sendo selecionados apenas quatro RIs.

<b>Repositórios brasileiros de acesso aberto</b>	<b>Análise da Plataforma Digital</b>	<b>Link de Acesso</b>
1. Acervo Antônio Carlos Jobim	Acervo Cultural.	<a href="https://www.jobim.org/jobim/">https://www.jobim.org/jobim/</a>
2. Acervo Digital da Unesp	Acervo documental Institucional.	<a href="https://acervodigital.unesp.br/">https://acervodigital.unesp.br/</a>
3. Acervo Digital do Inmetro	Área de Vídeo Indisponível.	<a href="http://repositorios.inmetro.gov.br/">http://repositorios.inmetro.gov.br/</a>
4. Adelpha - Repositório Digital da Universidade Presbiteriana Mackenzie	Instituição Privada.	<a href="https://dspace.mackenzie.br/">https://dspace.mackenzie.br/</a>
5. Alice – Repository Open Access to Scientific Information from Embrapa	Possui vídeo. Está em “Filme”.	<a href="https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/">https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/</a>
6. ARES – Acervo de Recursos Educacionais em Saúde	Acervo de Recursos Educacionais.	<a href="https://ares.unasus.gov.br/acervo/">https://ares.unasus.gov.br/acervo/</a>
7. Arkhéia – Universidade Metodista de São Paulo	Site indisponível.	<a href="https://arkheia.metodista.br/jspui/">https://arkheia.metodista.br/jspui/</a>
8. Banco Internacional de Objetos Educacionais	Site indisponível.	<a href="http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/">http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/</a>
9. BDJur – Biblioteca Digital Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça	Biblioteca Digital.	<a href="https://bdjur.stj.jus.br/jspui/">https://bdjur.stj.jus.br/jspui/</a>
10. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin	Biblioteca Digital.	<a href="http://www.bbm.usp.br/">http://www.bbm.usp.br/</a>
11. Biblioteca Digital ALMG	Biblioteca Digital.	<a href="https://dspace.almg.gov.br/xmlui/">https://dspace.almg.gov.br/xmlui/</a>
12. Biblioteca Digital Brasileira de Computação	Site indisponível.	<a href="http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/">http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/</a>
13. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados	Site indisponível.	<a href="http://bd.camara.gov.br/bd/">http://bd.camara.gov.br/bd/</a>
14. Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal	Biblioteca Digital.	<a href="https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/">https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/</a>
15. Biblioteca Digital da FGV (Repositório de Teses-Dissertações-Objetos digitais)	Instituição Privada.	<a href="https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/</a>
16. Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo	Instituição Pública Estadual.	<a href="https://repositorio.usp.br/index.php">https://repositorio.usp.br/index.php</a>
17. Biblioteca Digital da UNIVATES - BDU	Instituição Privada.	<a href="https://www.univates.br/bdu/home">https://www.univates.br/bdu/home</a>
18. Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Maringá	Instituição Pública Estadual.	<a href="http://nou-rau.uem.br/nou-rau/">http://nou-rau.uem.br/nou-rau/</a>

19. Biblioteca Digital de Monografias de Graduação e Especialização da Universidade de Brasília	Biblioteca Digital.	<a href="https://bdm.unb.br/">https://bdm.unb.br/</a>
20. Biblioteca Digital do Comitê do Itajaí	Site indisponível.	<a href="http://189.73.116.32/xmlui/">http://189.73.116.32/xmlui/</a>
21. Biblioteca Digital do Desenvolvimento (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)	Site indisponível.	<a href="http://bibspi.planejamento.gov.br/">http://bibspi.planejamento.gov.br/</a>
22. Biblioteca Digital do Instituto Brasiliense de Direito Público	Biblioteca Digital.	<a href="https://www.idp.edu.br/dspace">https://www.idp.edu.br/dspace</a>
23. Biblioteca Digital do Senado Federal	Biblioteca Digital.	<a href="https://www2.senado.leg.br/bdsf/">https://www2.senado.leg.br/bdsf/</a> <a href="https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/12">https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/12</a>
24. Biblioteca Digital-UFMG	Site Indisponível.	<a href="http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace">http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace</a>
25. Biblioteca Multimídia da FIOCRUZ	Site Indisponível.	<a href="http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/">http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/</a>
26. Biblioteca Virtual em Saúde	Biblioteca Virtual.	<a href="https://bvsmms.saude.gov.br/biblioteca-ms/">https://bvsmms.saude.gov.br/biblioteca-ms/</a>
27. Biblioteca Virtual sobre Corrupção	Site indisponível.	<a href="https://bvc.cgu.gov.br/">https://bvc.cgu.gov.br/</a>
28. Biblioteca Digital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Biblioteca Digital.	<a href="https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/?locale=pt_BR">https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/?locale=pt_BR</a>
29. CarpeDIEN - Dados e Informações em Energia Nuclear	Site indisponível.	<a href="http://carpedien.ien.gov.br/">http://carpedien.ien.gov.br/</a>
30. CBPF Index	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://cbpfindex.cbpf.br/index.php">http://cbpfindex.cbpf.br/index.php</a>
31. GUAICA - Repositório Institucional da UFPel	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://guaiaca.ufpel.edu.br/">http://guaiaca.ufpel.edu.br/</a>
32. Infoteca-e - Informação Tecnológica em Agricultura	Possui vídeo - em "Filme". Não possui política de vídeo.	<a href="https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/">https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/</a>
33. Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	REPOSITÓRIO PARTICIPANTE DA PESQUISA.	<a href="https://lume.ufrgs.br/">https://lume.ufrgs.br/</a>
34. Memoria - Repositório Institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://memoria.ifrn.edu.br/">https://memoria.ifrn.edu.br/</a>
35. Portal Brasileiro de Dados Abertos	Repositório de Dados Abertos.	<a href="https://dados.gov.br/home">https://dados.gov.br/home</a>
36. Portal do Livro Aberto em CT&I	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://livroaberto.ibict.br/">http://livroaberto.ibict.br/</a>
37. Repositório acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação	Site incorreto.	<a href="http://rabci.org/rabci/">http://rabci.org/rabci/</a>
38. Repositório Comum do Brasil - Deposita	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://deposita.ibict.br/">http://deposita.ibict.br/</a>
39. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://repositorio.unicamp.br/">http://repositorio.unicamp.br/</a>
40. Repositório da Universidade Católica de Brasília	Instituição Privada.	<a href="https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/">https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/</a>
41. Repositório da Universidade Federal de Goiás	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.bc.ufg.br/">https://repositorio.bc.ufg.br/</a>

42. Repositório da Universidade Federal de Juiz de Fora	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.ufjf.br/jspui/">https://repositorio.ufjf.br/jspui/</a>
43. Repositório de Monografias da FURG	Site indisponível.	<a href="https://bdtdccs.furg.br/">https://bdtdccs.furg.br/</a>
44. Repositório de Outras Coleções Abertas (UTFPR)	Site indisponível.	<a href="http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/">http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/</a>
45. Repositório Digital - Conselho da Justiça Federal	Site indisponível.	<a href="https://www2.cjf.jus.br/jspui/">https://www2.cjf.jus.br/jspui/</a>
46. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos (RDBU)	Instituição Privada.	<a href="http://www.repositorio.jesuita.org.br/community-list">http://www.repositorio.jesuita.org.br/community-list</a>
47. Repositório Digital da UFMG	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.ufmg.br/">https://repositorio.ufmg.br/</a>
48. Repositório Digital da UNATI – UNESP	Site indisponível.	<a href="http://gpnti.marilia.unesp.br:8080/dspace/">http://gpnti.marilia.unesp.br:8080/dspace/</a>
49. Repositório Digital da Universidade Federal do Maranhão	Site indisponível.	<a href="https://repositorio.ufma.br/jspui/xmlui/">https://repositorio.ufma.br/jspui/xmlui/</a>
50. Repositório Digital da Universidade Federal do Pampa	Site indisponível.	<a href="http://dspace.unipampa.edu.br:8080/xmlui/">http://dspace.unipampa.edu.br:8080/xmlui/</a>
51. Repositório Digital da Universidade Municipal de São Caetano do Sul	Site indisponível.	<a href="http://repositorio.uscs.edu.br/">http://repositorio.uscs.edu.br/</a>
52. Repositório Digital da Universidade Nove de Julho	Site indisponível.	<a href="https://repositorio.uninove.br/xmlui/">https://repositorio.uninove.br/xmlui/</a>
53. Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná	Vídeo não incluso na política de informação.	<a href="https://acervodigital.ufpr.br/">https://acervodigital.ufpr.br/</a>
54. Repositório Digital Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.ifpb.edu.br/">https://repositorio.ifpb.edu.br/</a>
55. Repositório Digital Livre Saber (LiSa)	Universidade Federal de São Carlos.	<a href="http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/">http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/</a>
56. Repositório do Conhecimento do Ipea	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.ipea.gov.br/?type_page=1">https://repositorio.ipea.gov.br/?type_page=1</a>
57. Repositório Eletrônico Institucional da Universidade Federal da Paraíba	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR">https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR</a>
58. Repositório Institucional da ENAP	Não possui vídeo na política.	<a href="https://repositorio.enap.gov.br/">https://repositorio.enap.gov.br/</a>
59. Repositório Institucional da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://www.repositorio.bahiana.edu.br/jspui/">http://www.repositorio.bahiana.edu.br/jspui/</a>
60. Repositório Institucional da Fiocruz (ARCA)	REPOSITÓRIO PARTICIPANTE DA PESQUISA.	<a href="https://www.arca.fiocruz.br/">https://www.arca.fiocruz.br/</a>
61. Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro	Site indisponível.	<a href="http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/">http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/</a>
62. Repositório Institucional da Fundação Santo André	Site indisponível.	<a href="http://www.repositorium.fsa.br:8080/repositorio/">http://www.repositorium.fsa.br:8080/repositorio/</a>
63. Repositório Institucional da UFAL	Não possui vídeo na política.	<a href="https://www.repositorio.ufal.br/">https://www.repositorio.ufal.br/</a>
64. Repositório Institucional da UnB – RIUnB	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://repositorio.unb.br/">http://repositorio.unb.br/</a>

65. Repositório Institucional da Unicentro	Instituição Pública Estadual.	<a href="http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/">http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/</a>
66. Repositório Institucional UNILA da	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://dspace.unila.edu.br/">https://dspace.unila.edu.br/</a>
67. Repositório Institucional da Universidade de Passo Fundo	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://repositorio.upf.br/xmlui/">http://repositorio.upf.br/xmlui/</a>
68. Repositório Institucional da Universidade do Estado do Amazonas	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/jspui/">http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/jspui/</a>
69. Repositório Institucional da Universidade Estadual da Paraíba	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/">http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/</a>
70. Repositório Institucional da Universidade Estadual de Ponta Grossa	Site indisponível.	<a href="http://ri.uepg.br:8080/riuepg">http://ri.uepg.br:8080/riuepg</a>
71. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia	Não possui vídeo na política. Está em “OUTRO”.	<a href="https://repositorio.ufba.br/">https://repositorio.ufba.br/</a>
72. Repositório Institucional da Universidade Federal de Grande Dourados	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://dspace.ufgd.edu.br/jspui/">https://dspace.ufgd.edu.br/jspui/</a>
73. Repositório Institucional da Universidade Federal de Itajubá	Site indisponível.	<a href="http://repositorio.unifei.edu.br:8080/xmlui/">http://repositorio.unifei.edu.br:8080/xmlui/</a>
74. Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (RIUFLA)	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://repositorio.ufla.br/">http://repositorio.ufla.br/</a>
75. Repositório Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Site indisponível.	<a href="http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/">http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/</a>
76. Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://www.repositorio.ufop.br/">http://www.repositorio.ufop.br/</a>
77. Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.ufpe.br/">https://repositorio.ufpe.br/</a>
78. Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://www.ri.unir.br/jspui/">https://www.ri.unir.br/jspui/</a>
79. Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina	Os vídeos estão desagrupados em diversas coleções. Não possui política de vídeo.	<a href="https://repositorio.ufsc.br/browse?type=dateissued">https://repositorio.ufsc.br/browse?type=dateissued</a>
80. Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe	Não possui política de inclusão de vídeo.	<a href="https://ri.ufs.br/">https://ri.ufs.br/</a>
81. Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.ufu.br/browse?type=type">https://repositorio.ufu.br/browse?type=type</a>
82. Repositório Institucional da Universidade Federal de Viçosa	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://www.locus.ufv.br/">https://www.locus.ufv.br/</a>
83. Repositório Institucional da Universidade Federal do Acre	Site indisponível.	<a href="http://repositorios.ufac.br:8080/repositorio/">http://repositorios.ufac.br:8080/repositorio/</a>
84. Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará	REPOSITÓRIO PARTICIPANTE DA PESQUISA.	<a href="https://repositorio.ufc.br/">https://repositorio.ufc.br/</a>

85. Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://repositorio.ufes.br/">http://repositorio.ufes.br/</a>
86. Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/">https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/</a>
87. Repositório Institucional da Universidade Federal do Piauí	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/">http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/</a>
88. Repositório Institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://www.repositorio.ufrb.edu.br/">http://www.repositorio.ufrb.edu.br/</a>
89. Repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.furg.br/">https://repositorio.furg.br/</a>
90. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Site indisponível.	<a href="http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/">http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/</a>
91. Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins	Os vídeos estão desagrupados em diversas coleções. Não possui política de vídeo.	<a href="http://repositorio.uft.edu.br/">http://repositorio.uft.edu.br/</a>
92. Repositório Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Site indisponível.	<a href="http://acervo.ufvjm.edu.br:8080/jspui/">http://acervo.ufvjm.edu.br:8080/jspui/</a>
93. Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense	REPOSITÓRIO PARTICIPANTE DA PESQUISA.	<a href="https://app.uff.br/riuff/">https://app.uff.br/riuff/</a>
94. Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Não possui política de inclusão de vídeo.	<a href="http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/">http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/</a>
95. Repositório Institucional de Produção Científica da ENSP	Site indisponível.	<a href="http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/">http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/</a>
96. Repositório Institucional Digital do Ibict	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://ridi.ibict.br/">https://ridi.ibict.br/</a>
97. Repositório Institucional do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	Site indisponível.	<a href="http://repositorio.cti.gov.br/repositorio/">http://repositorio.cti.gov.br/repositorio/</a>
98. Repositório Institucional do Centro Universitário de Brasília	Instituição Privada.	<a href="https://repositorio.uniceub.br/jspui/">https://repositorio.uniceub.br/jspui/</a>
99. Repositório Institucional do CETEM - Mineralis	Não possui política de vídeo.	<a href="http://mineralis.cetem.gov.br/">http://mineralis.cetem.gov.br/</a>
100. Repositório Institucional do Instituto Nacional de Tecnologia	Site indisponível.	<a href="http://repositorio.int.gov.br:8080/repositorio/">http://repositorio.int.gov.br:8080/repositorio/</a>
101. Repositório Institucional do Museu Paraense Emílio Goeldi	Não possui acervo de vídeo.	<a href="https://repositorio.museu-goeldi.br/jspui/?type_page=0">https://repositorio.museu-goeldi.br/jspui/?type_page=0</a>
102. Repositório Institucional do Sistema CFB/CRB	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://repositorio.cfb.org.br/">http://repositorio.cfb.org.br/</a>
103. Repositório Institucional Pantheon da Universidade Federal do Rio de Janeiro	Site indisponível.	<a href="http://www.pantheon.ufrj.br/">http://www.pantheon.ufrj.br/</a>
104. Repositório Institucional PUCRS	Instituição Privada.	<a href="https://repositorio.pucrs.br/dspace/">https://repositorio.pucrs.br/dspace/</a>
105. Repositório Institucional UNESP	Instituição Estadual.	<a href="http://repositorio.unesp.br/">http://repositorio.unesp.br/</a>

106. Repositório Institucional UNIFESP	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://repositorio.unifesp.br/">http://repositorio.unifesp.br/</a>
107. Repositório Institucional Vitor Marinho	Site indisponível.	<a href="http://vitormarinho.ufsc.br/">http://vitormarinho.ufsc.br/</a>
108. SabeRES (Repositório Saberes em Gestão Pública)	Site indisponível.	<a href="http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=910">http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=910</a>
109. SBI Café	Não possui acervo de vídeo.	<a href="http://www.sbicafe.ufv.br/">http://www.sbicafe.ufv.br/</a>
110. Tribunal Superior Eleitoral - Repositório de dados eleitorais	Página não encontrada.	<a href="https://www.tse.jus.br/eleicoes/e-statisticas/repositorio-de-dados-eleitorais">https://www.tse.jus.br/eleicoes/e-statisticas/repositorio-de-dados-eleitorais</a>

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C - Guia de observação não participante – Políticas de Informação dos Repositórios  
Institucionais

Repositório institucional:

Data da Coleta:

O quadro abaixo lista os pontos a serem observados nas Políticas de Informação dos Repositórios Institucionais do estudo de caso múltiplo. Esses pontos são as principais áreas políticas identificadas e recomendadas pelo OpenDOAR (2024), que satisfazem as melhores práticas em conformidade com o Acesso Aberto. Além disso, será observado também, se esses documentos estabelecem o uso de recursos de acessibilidade nos objetos digitais disponíveis na plataforma, especialmente nos vídeos.

<b>Políticas de informação</b>	<b>Descrição</b>
Política de metadados	Estabelece os direitos e permissões de acesso às informações que descrevem os itens no repositório, bem como os requisitos mínimos de metadados./ (Formatos de arquivos audiovisuais utilizados)
Política de dados	Declara os direitos de acesso e permissões de re(utilização) para o texto completo e outros conjuntos de dados.
Política de conteúdo	Especifica os tipos e versões de documentos e conjuntos de dados mantidos .
Política de submissão	Relativa a depositantes elegíveis, controle de qualidade e declarações de direitos autorais.
Política de preservação	Relativa aos protocolos de retenção, migração e retirada de longo prazo dos itens depositados. (Formatos de preservação)
Acessibilidade	Legendas, Transcrições, audiodescrição e LIBRAS.

Fonte: OpenDOAR (2024)

Abaixo, as áreas políticas mais detalhadamente (OpenDOAR, 2024):

1. Política de Metadados (para informações que descrevem itens no repositório)

- Qualquer pessoa pode acessar os metadados gratuitamente;
- Os metadados podem ser reutilizados em qualquer meio sem permissão prévia para fins sem fins lucrativos, desde que seja fornecido o Identificador OAI (*Open Archives Initiative* - protocolo

para a interoperabilidade de metadados entre sistemas) ou um link para o registro de metadados original;

- Os metadados não devem ser reutilizados em nenhum meio para fins comerciais sem permissão formal.

## 2. Política de Dados (para texto completo e outros itens de dados completos)

- Qualquer pessoa pode acessar os itens completos gratuitamente;
- Cópias únicas de itens completos podem ser reproduzidas e exibidas ou executadas em qualquer formato ou meio para pesquisa ou estudo pessoal, educacional ou para fins sem fins lucrativos, sem permissão ou cobrança prévia;
- Itens completos não devem ser vendidos comercialmente em qualquer formato ou meio sem permissão formal dos detentores dos direitos autorais.

## 3. Política de conteúdo (para tipos de documentos e conjuntos de dados)

- Este é um repositório institucional ou departamental OU repositório multi-institucional baseado em assuntos [listar assuntos];
- O repositório contém todos os tipos de itens OU O repositório permite apenas os seguintes tipos de itens [lista];
- Todos os itens são marcados individualmente com seu status de revisão por pares e status de publicação.

## 4. Política de Submissão (em relação aos depositantes, qualidade e direitos autorais)

- Os itens só podem ser depositados por membros credenciados da organização ou seus agentes delegados;
- Os autores só poderão submeter seus próprios trabalhos para arquivamento;
- O administrador apenas examina itens para exclusão de spam;
- A validade e autenticidade do conteúdo das submissões são de responsabilidade exclusiva do depositante;
- Quaisquer violações de direitos autorais são de inteira responsabilidade dos autores/depositantes. Se o repositório receber prova de violação, o item relevante será removido imediatamente.

## 5. Política de Preservação

- Os itens serão retidos por tempo indeterminado.

- O repositório tentará garantir legibilidade e acesso contínuos.
- O repositório faz backup regularmente de seus arquivos de acordo com as melhores práticas atuais.
- Normalmente, os itens não podem ser removidos do repositório.
- Os motivos aceitáveis para retirada incluem:
  - Violação comprovada de direitos autorais ou plágio;
  - Requisitos legais e violações comprovadas;
  - Segurança nacional;
  - Pesquisa falsificada.